

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 30 DE ABRIL DO ANO 2010
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
PCP	Partido Comunista Português
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 30 de Abril de 2010, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....	410
Membros que pediram substituição	11
Membros convocados	11
Instalações	11
MOÇÕES	
I – REQUERIMENTO – Pedido de retirada do ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos.....	21
II – MOÇÃO – Comércio local e micro e pequenas empresas	27
II – MOÇÃO – Estrada Nacional 217 – Troço do Penacal.	32
III – MOÇÃO – Em defesa do serviço público de correios.	41
IV – MOÇÃO - Portaria n.º 138-A/2010 de 4 de Março	46
V – REQUERIMENTO - Permissão para uso da palavra	107
VI – REQUERIMENTO – Pedido de retirada do ponto 4.5.2 da Ordem de Trabalhos	357
QUORUM- Terceira Sessão Ordinária – 30 de Abril de 2010.....	8,96
INTERVALO PARA ALMOÇO	96

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 26 de Fevereiro de 2010	13
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.....	1 3
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:	16
3.1 – Proposta de solidariedade para com as vítimas da catástrofe, ocorrida no dia 20 de Fevereiro na Ilha da Madeira, designadamente para com os Municípios de Câmara de Lobos, Funchal Ribeira Brava e Santa Cruz.....	16
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	60
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....	60
4.2 – Apresentação e votação da Programação do Município, relativa às Comemorações do Centenário da República.....	115
4.3 – Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2009 e proposta de aplicação de resultados.....	123
4.4 – . Discussão e tomada de conhecimento sobre a proposta da Câmara Municipal de	270

Bragança -Auditoria externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de análise económico-financeiro, reportado a 31 de Dezembro de 2009 e certificação de contas.....	
4.5 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....	298
4.5.1 – Terceira modificação - Proposta da primeira revisão ao Orçamento Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010;.....	298
4.5.2- Resolução de requerer a declaração de utilidade pública de expropriação de uma parcela de terreno, sita na freguesia de Santa Maria, concelho de Bragança, destinada ao alargamento e construção do acesso ao Centro Escolar de Santa Maria.....	304
4.5.3- Contracção de empréstimo de longo prazo (vinte anos), no valor de 1 500 000,00 euros, para financiamento da componente de investimento autárquico referente à execução dos projectos “reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado, requalificação do espaço público dos bairros da zona da Mãe d'Água/Mãe d'Água, requalificação do espaço público dos bairros da zona da Mãe d'Água/Campelo, requalificação do espaço público dos bairros da zona da Mãe d'Água/Estação, circuito de manutenção de Santa Apolónia – ciclovias na zona envolvente do IPB e conservação e sinalização da rede viária municipal;.....	360
4.5.4 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 - criação de um posto de trabalho da carreira de técnico superior - categoria: técnico superior - área cultural.....	379
4.5.5 - Proposta de isenção de impostos municipais ao MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.M.	390
4.5.6 - Proposta de cedência do direito de superfície, sobre uma parcela de terreno, sita no Forte S. João de Deus, Rua Dr. Manuel Bento, destinada ao edifício do Mercado Municipal de Bragança;.....	395
4.5.7- Pedido de isenção de IMI pela firma “Duriensegás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	405
5 – Eleição dos Representantes da AM para os seguintes Órgãos:	
- Comissão Municipal de Comércio [art. 7.º, n.º 4, b) da Lei n.º 12/2004] – 1 Representante; ...	
- Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses [art. 6.º, n.º 2, a) dos Estatutos da ANMP] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);	
- Conselho Cinegético e da Fauna Municipal [art. 157.º, n.º 2, e) do DL n.º 201/2005, de 24 de Novembro] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);	408
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios [art. 5.º, n.º 1, b), Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);	
- Assembleia Distrital de Bragança [art. 2.º, b) do DL n.º 5/91, de 8 de Janeiro – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia).....	.

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Adriano	53
Alexandra Reis	119
Ana Almeida	39,48,348,352,375,393
Bruno Veloso	98,
Carlos Cadavez	55,264,377
Carlos Moreno	119
Eduardo Malhão	19,23
Fátima Renovato	122
Helena Branco	31
Isabel Lopes	37
João Paulo	21
José Lourenço	353
José Brinquete	36,47,113,120,354,375,392,401,407,
José Lourenço	54
Luís Filipe	20
Luís Silvestre	347,350,357,403,
Luís Vale	41,268
Manuel Pires	35,112,266,393
Maria Rosa Pires	100,111
Nuno Miranda	111
Nuno Reis	49,387,404
Presidente da Câmara	69,94,247,263,343,346,350,351,356,372,377,386,389,407
Vereador-Humberto Rocha	58,108
Presidente da Mesa	12,13,14,18,19,20,21,22,23,28,29,30,31,33,34,35,36,37,39,41,43,47,48,49,51,52,53,54,55,56,57,58,60,69,89,91,92,93,94,96,97,99,103,105,106,107,108,109,110,111,112,113,118,119,120,122,123,247,263,264,265,268,269,270,298,304,343,344,345,346,347,348,349,350,351,352,354,356,357,358,359,360,372,373,375,376,377,379,385,386,387,389,390,392,393,394,395,400,401,402,403,404,407,408,
Telmo Afonso	43
Victor Pereira	18,29,49,103,109, 374,386,402,404,

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	93,263,344
Eduardo Malhão	89
Fátima Renovato	118
José Brinquete	89,345,373,385,22,
Luís Filipe	33,92
Luís Silvestre	344
Luís Vale	91

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	30,359
Carlos Cadavez	270
Eduardo Malhão	30,34,57,357
José Brinquete	34,52,269,358
Luís Vale	359,394
Manuel Diz	359
Manuel Pires	270
Maria Rosa	57
Victor Pereira	23,31,51,358

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página (s)
José Lourenço	107

DEFESA DA HONRA

Nome	Página (s)
Bruno Veloso	110

----- Aos **trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Terceira Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das vinte horas, na qual participaram **noventa e dois membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:.....

- 1- **ACTAS**: Leitura, discussão e votação da acta da Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 26 de Fevereiro de 2010
- 2- **PÚBLICO** – Período de Intervenção.
- 3 – **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.
- 3.1 – Proposta de solidariedade para com as vítimas da catástrofe, ocorrida no dia 20 de Fevereiro na Ilha da Madeira, designadamente para com os Municípios de Câmara de Lobos, Funchal Ribeira Brava e Santa Cruz.
- 4 – **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**:
- 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.
- 4.2 – Apresentação e votação da Programação do Município, relativa às Comemorações do Centenário da República.
- 4.3 - **Discussão e deliberação** sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2009 e proposta de aplicação de resultados.
- 4.4 – **Discussão e tomada de conhecimento** sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança -Auditoria externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de análise económico-financeiro, reportado a 31 de Dezembro de 2009 e certificação de contas.
- 4.5 - **Discussão e deliberação** sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:
- 4.5.1 - Terceira modificação - Proposta da primeira revisão ao Orçamento Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010;
- 4.5.2- Resolução de requerer a declaração de utilidade pública de expropriação de uma parcela de terreno, sita na freguesia de Santa Maria, concelho de Bragança, destinada ao alargamento e construção do acesso ao Centro Escolar de Santa Maria;
- 4.5.3- Contracção de empréstimo de longo prazo (vinte anos), no valor de 1 500 000,00 euros, para financiamento da componente de investimento autárquico referente à execução dos projectos “reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado, requalificação do espaço público dos bairros da zona da Mãe d’Água/Mãe d’Água, requalificação do espaço público dos bairros da zona da Mãe d’Água/Campelo, requalificação do espaço público dos bairros da zona da Mãe d’Água/Estação, circuito de manutenção de Santa Apolónia – ciclovia na zona envolvente do IPB e conservação e sinalização da rede viária municipal;.....
- 4.5.4 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 - criação de um posto de trabalho da carreira de técnico superior - categoria: técnico superior - área cultural;
- 4.5.5 - Proposta de isenção de impostos municipais ao MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.M.
- 4.5.6 - Proposta de cedência do direito de superfície, sobre uma parcela de terreno, sita no Forte S. João de Deus, Rua Dr. Manuel Bento, destinada ao edifício do Mercado Municipal de Bragança;.....
- 4.5.7- Pedido de isenção de IMI pela firma “Duriensegás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.....
- 5 – **Eleição dos Representantes da AM para os seguintes Órgãos**:
- **Comissão Municipal de Comércio** [art. 7.º, n.º 4, b) da Lei n.º 12/2004] – 1 Representante;.....
- **Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses** [art. 6.º, n.º 2, a) dos Estatutos da ANMP] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);.....
- **Conselho Cinegético e da Fauna Municipal** [art. 157.º, n.º 2, e) do DL n.º 201/2005, de 24 de Novembro] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);.....
- **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** [art. 5.º, n.º 1, b), Lei n.º 14/2004, de

8 de Maio] – 1 Representante (Presidente de Junta de Freguesia);.....
 - **Assembleia Distrital de Bragança** [art. 2.º, b) do DL n.º 5/91, de 8 de Janeiro – 1 Representante
 (Presidente de Junta de Freguesia).

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
 A PARTIR DE 02 DE MARÇO DE 2010**

Entrada		
Data	Remetente	Assunto
02/03/2010	Coordenador Grupo Trabalho Com.Cent. República	Pedido de audiência ao Sr. Presidente Câmara
03/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Resposta ao pedido de audiência
09/03/2010	Coordenador Grupo Trabalho Com. Cent. República	Formulação Convite à Mesa da AM
09/03/2010	Coordenador Grupo Trabalho Com. Cent. República	Confirmação de convite
10/03/2010	Grupo Municipal do PSD – Nuno Reis	Aditamento à Ordem de Trabalhos da Sessão Extraordinária de 19 de Março de 2010
11/03/2010	Luís Filipe Pires Fernandes	Retira pedido de demissão do Grupo Trabalho Com. Cent. República
12/03/2010	José Carlos Rodrigues Fernandes	Retira pedido de demissão do Grupo Trabalho Com. Cent. República
12/03/2010	José João Martins Lourenço	Retira pedido de demissão do Grupo Trabalho Com. Cent. República
16/03/2010	Presidente Câmara Municipal de Bragança	PROT-N
19/03/2010	Luís Miguel Vale	Retira pedido de demissão do Grupo Trabalho Com. Cent. República
24/03/2010	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Proposta de Aditamento ao orçamento de estado para 2010-PIDDAC
25/03/2010	Coordenador Grupo Trabalho Com. Cent. República	Expedição convite à Câmara Municipal
25/03/2010	Coordenador Grupo Trabalho Com. Cent. República	Formulação convite à Mesa da AM
31/03/2010	Presidente Câmara Municipal de Bragança	Contestação apresentada pelo Movimento Sempre Presente, em Sessão da AM de 26 de Fevereiro/2010 – disponibilização de documentos

		do Município
06/04/2010	Associação Nacional Municípios Portugueses	Intempéries na Madeira. Apoio ao Município do Funchal
08/04/2010	Gabinete do Primeiro Ministro	Moção-Escola Nacional de Bombeiros
08/04/2010	Associação Nacional Municípios Portugueses	Intempéries na Madeira. Apoio aos Municípios
08/04/2010	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Moção-Gestão dos Museus
08/04/2010	Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria	Requerimento da Juntas de Freguesia de Santa Maria sobre a Loja do Cidadão de Bragança
08/04/2010	Coordenador do Grupo de Trabalho-Comemorações C. República	Pedido de envio de convite a Dr. Mário Soares
09/04/2010	Grupo Parlamentar do PSD	Moção-Gestão dos Museus
12/04/2010	Presidente da República	Moção – Escola Nacional de Bombeiros
12/04/2010	Gabinete do Primeiro Ministro	Moção-Gestão de Museus
12/04/2010	Gabinete do Primeiro Ministro	Proposta-Adesão aos Princípios e Subscrição da Carta da Terra
12/04/2010	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Moção-Escola Nacional de Bombeiros
12/04/2010	Coordenador do Grupo de Trabalho-Comemorações C. República	Pedido de envio de convite a Dr. Octávio Teixeira e Dr. Manuel Loff
13/04/2010	Grupo Parlamentar do PSD	Moção Escola Nacional de Bombeiros
14/04/2010	Presidente Câmara Municipal Bragança	Impactos negativos do arrastamento, deposição e circulação de sedimentos na sub-bacia da ribeira da Aveleda/Baçal
14/04/2010	Presidente Câmara Municipal Bragança	Ponte da Coxa, sobre o Rio Fervença
16/04/2010	Grupo Parlamentar do PS	Moção – Escola Nacional de Bombeiros
20/04/2010	Coordenador do Grupo de Trabalho das Comemorações do centenário da República	Pedido de envio de convite ao Sr. Coronel Vasco Lourenço
21/04/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Plano de Actividades e Orçamento 2010 de entidades relacionadas com o Município de Bragança
21/04/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Relatórios e Contas 2009 – Empresas Participadas e Outras
23/04/2010	José Brinquete	Retira pedido de demissão do Grupo Trabalho Com. Cent. República.
26/04/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Relatório e Contas 2009 da PENOG, SA.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENVIADA A PARTIR DE 02 DE MARÇO DE 2010

Entrada		
Data	Destinatário	Assunto
02/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Pedido de audiência – Com. Cent. República
03/03/2010	- Líder Grupo Municipal do Movimento SP; -Líder Grupo Municipal do PS; -Líder Municipal Presidentes Junta do PS	Grupo de Trabalho Comemorações Centenário da República
04/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Deliberações da AM – Ficheiro por assuntos/ Mandato 2005/2009

09/03/2010		
18/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Moção/Recomendação-Orçamento Participativo
18/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Proposta/Recomendação-Balcão Virtual de Serviços Municipais
18/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Proposta de deliberação – Adesão aos Princípios e Subscrição da Terra
19.03.2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Envio Boletins Itinerários (1.º Trimestre) dos membros da AM
19.03.2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Envio Senhas de Presença (1.º Trimestre) dos membros da AM
19/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Envio Senhas Presença(1.º Trimestre) da Vereação da CM
24/03/2010	Secretariado Internacional da Carta da Terra	Proposta de deliberação-Adesão aos Princípios e Subscrição da Carta da Terra
24/03/2010	Primeiro Ministro	Proposta de deliberação-Adesão aos Princípios e Subscrição da Carta da Terra
24/03/2010	-Primeiro Ministro ; Ministra da Cultura e Presidentes dos Grupos Parlamentares	Moção - Gestão de Museus
25/03/2010	Ministro da Administração Interna; Presidente da Assembleia da República; Presidente da República; Primeiro Ministro; Governador Civil de Bragança e Presidentes dos Grupos Parlamentares	Moção – Escola Nacional de Bombeiros
25/03/2010	Marisa Rodrigues Gomes Alexandre	Injustificação de falta
26/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Comemorações Centenário República
29/03/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Representantes da AM em vários Órgãos
29/03/2010	Executivo do Agrupamento de centros de Saúde de Alto de Trás-os-Montes I -Nordeste	Representante da AM no Conselho da Comunidade do ACES de Alto de Trás-os-Montes I-Nordeste
12/04/2010	Dr. Manuel Lof ; Dr. Mário Soares e Dr. Octávio Teixeira	Convite – Comemorações do Centenário da República
16/04/2010	Representantes dos Grupos Municipais	Envio de documentos : ofício n.º 2886 da CMB e ofício n.º132 da Junta de Freguesia de Santa Maria
20/04/2010	Coronel Vasco Lourenço	Convite – Comemorações do Centenário da República
20/04/2010	Nuno Machado Reis	XVIII Congresso da ANMP
21/04/2010	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Organização dos Estudos do Ensino Básico na Cidade de Bragança
23/04/2010	Directora do Agrupamento de Escolas Augusto Moreno	Organização dos Estudos do Ensino Básico na Cidade de Bragança
27/04/2010	Representantes dos Grupos Municipais	Ponte da Coxa sobre o Rio Fervença
27/04/2010	Representantes dos Grupos Municipais	Planos de actividades e orçamento 2010 e Relatórios e Contas de 2009, de várias entidades
27/04/2010	Representantes dos Grupos Municipais	Impactos negativos do arrastamento, deposição e circulação de sedimentos na sub-bacia da ribeira da Avelada/Baçal
27/04/2010	Representantes dos Grupos Municipais	Relatório e Contas 2009 da PENOG, SA.

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Rui Correia; Amândio Gomes; Joaquim Queirós e António Manuel Teixeira Baptista

PS: Marisa Alexandre; Alcídio Castanheira

Movimento S. Presente – José Fernando Cameirão

Presidentes de Junta: Se - Paulo Xavier, vem o substituto – Alexandra Prazeres M. Reis -

Castrelos – Amílcar Pereira Ventura, vem o substituto – Henrique Manuel Pires.....

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: Maria Eugénia C. B. Afonso; Maria Natália Rodrigues; Maria Amparo Mendes Alves e Bruno José Gonçalves Miranda.....

PS: Maria Celina Silva Paula; Francisco Manuel Esteves Marcos e Nuno Filipe Canelhas Miranda.

Movimento S. Presente – Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro.....

PEDIDOS DE SUSPENSÃO:

PS: Luís Carlos Magalhães Pires (26 de Abril a 31 de Dezembro de 2010).

•

•-**MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:** Bruno José Gonçalves Miranda; Manuel Esteves Marcos;

Nuno Filipe Canelhas Miranda; Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro e Alexandra dos Prazeres

Machado Reis.....

INSTALAÇÃO: BRUNO JOSÉ FERNANDES MIRANDA - eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascido em 12/05/1979 , filho de José Vicente Machado Miranda e de Maria da Luz Fernandes, natural da freguesia de Sé e residente na Freguesia de Quintanilha, ambas do Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade n.º 11476346, emitido em 12/09/2006 e Contribuinte n.º 216890853. ...

FRANCISCO MANUEL ESTEVES MARCOS - eleito pela lista do Partido Socialista, nascido em 23/12/1968, filho de Amador Marcos Jorge Marcos e de Fábila Maria Falcão Esteves, portador do Cartão de Cidadão n.º 08562324 5ZZ3.

NUNO FILIPE CANELHAS MIRANDA - eleito pela lista do Partido Socialista, nascido em 26/051982, filho de António Augusto Miranda e de Delfina Rosa Canelhas, natural da freguesia de Lapa, Município de Lisboa, residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade n.º 12139619, emitido em 10/01/2007; contribuinte n.º 226869644 e cartão de eleitor n.º 16516, da Comissão recenseadora da Freguesia da Sé- Bragança.

•

PAULA CRISTINA LIBERATO TEIXEIRA SOEIRO - eleita pela lista do Movimento Sempre Presente, nascido em 12/11/1976, filha de José Augusto Teixeira e de Maria Fernanda Liberato, portadora: do Cartão de Cidadão n.º 10768897 2ZZ6 e cartão de eleitor n.º 1682 da Comissão Recenseadora da Freguesia de Izedá

•-

ALEXANDRA DOS PRAZERES MACHADO REIS - eleita pela lista do Partido Social Democrata, nascida em 06/10/1982, filha de Fernando Augusto Reis e de Maria da Conceição Machado Reis, portadora do cartão de Cidadão n.º 12093844 8ZZ8 e cartão de eleitor n.º 367, da Comissão Recenseadora de Meixedo.

----- **Presidente da Mesa** - Senhores deputados muito Bom dia.-----

----- Os senhores deputados receberam a convocatória, a ordem do dia, é uma ordem do dia , extensa, vamos procurar, dentro do possível, terminar a sessão, hoje, embora me pareça que não seja muito fácil.....

----- Antes de mais e antes de passarmos à votação da acta, a Mesa queria informar a Assembleia e solicitar-se-á alguém do publico que queira, de seguida, após a leitura e discussão e votação da acta, se há alguém do publico presente que pretende inscrever-se, para alguma intervenção. Eu pedia nesse sentido que se dirigissem à Mesa para deixar aqui registado o nome. Então nesse sentido e iniciando a reunião, hoje, esta reunião ordinária de 30 de Abril de 2010.

PONTO 1 - ACTAS– Foi presente e posta a discussão a **acta da Segunda Sessão Ordinária, realizada em 26 de Fevereiro de 2010**.....

Dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.

----- **Presidente da Mesa** - Alguém tem algum reparo, alguma correcção, algum esclarecimento sobre a acta? Que se queira pronunciar? A Mesa não regista nenhuma intervenção, pelo que vamos proceder à votação.

----- **Não tendo havido discussão foi a mesma Acta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, três abstenções e setenta e dois votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa - Declarações de voto?** Não há declarações de voto.

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- A Mesa registou uma inscrição, inscrição do público, para uma intervenção. Portanto chamamos para intervir, terá que vir aqui ao microfone para poder ficar gravada.

----- A senhora presidente de junta só pode intervir no período antes da ordem do dia, ou período da ordem do dia. Agora é o período reservado ao público. Muito obrigado. -

----- Maria Armada Saldanha Ferreira Pombo, pode apresentar o seu ponto, pode... .. -

----- **Armada Pombo** – Bom dia, eu estou aqui, sou Armada Pombo, estou aqui para fazer um agradecimento em nome da Comissão que organizou em Bragança, no Concelho de Bragança, o “Limpar Portugal” que ocorreu no 20 de Março, e queria fazer um agradecimento a todas as Juntas de Freguesia que conosco colaboraram e à Câmara Municipal, a outras empresas privadas, associações ambientais, já fizemos. Esperámos pela Assembleia Municipal para agradecer a todos ao mesmo tempo.

----- A nossa equipa era formada, mais ou menos, por 12 elementos, organizámos tudo, é evidente que só foi possível porque tivemos o apoio da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia e por isso estamos aqui a agradecer.

----- Queríamos também dizer que foram escolhidos para o ecocentro, pela Câmara Municipal e pela CESP, cerca de sessenta e seis toneladas de lixo, e esteve um dia péssimo, com umas condições

ambientais horríveis, uma chuva quase torrencial, mas nós estamos em querer que nesse dia foi apanhado mais lixo, que devem ter sido apanhadas cerca de setenta toneladas, só que, como algum era sucata, houve pessoas que foram aos amontoados de lixo porque não foi possível recolhe-lo todo no mesmo dia, para o ecocentro, e foi retirado algum desse lixo, daí só ter entrado no ecocentro cerca de sessenta e seis toneladas. Apesar do mau tempo tivemos no terreno, aproximadamente, seiscentos voluntários, o que já foi também muito bom. -.....

----- Queríamos também dizer aos Presidentes das Juntas que nos apoiaram e que sabem quais foram os voluntários que estiveram no terreno, que no caso desses voluntários quiserem um certificado de participação, podem fazer o pedido indicando o nome, para o email da CCL, que está ainda no site que ainda está em vigor. Nós temos um certificado de participação para que todas as Juntas de Freguesia que nos apoiaram, que deixamos juntamente com a Mesa que fará o favor de o distribuir, e simbolicamente queríamos entregar ao Senhor Presidente da Câmara para agradecer ao Município a colaboração.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado pela intervenção. Queria antes de continuarmos e passarmos para o período antes da ordem do dia, queria, a Mesa, dar informações e solicitar, formar aqui alguns pedidos.....

----- Primeiro, lembrar aos membros que recebem a documentação via email, e CD, que os anexos das certidões, se encontram aqui na Secção de Apoio, caso não os tenham ainda levantado, os documentos estão aí, podem proceder ao seu levantamento.

----- Segundo, lembram-se que houve talvez na Sessão de vinte e seis de Fevereiro, se falou na questão como é que os membros, pretendiam receber a documentação referente às Assembleias. O pressuposto, lembro a todos e foi entregue por alguns dos senhores deputados e bem, que o pressuposto da escolha, da entrega de documentos por via informática, com base informática seja CD, seja por email, tinha um objectivo claro de poupança. A verdade é que o Município gasta imenso dinheiro em papel, e a Mesa regista o seguinte: há senhores deputados que solicitaram a entrega de documentação por email, ou em CD e também assinalaram e a Mesa está a dar sequência a esse pedido, que os documentos fossem também enviados em papel. Não faz sentido nenhum.....

----- Quero lembrar que esta Assembleia manifestou no dia 26 de Fevereiro a intenção de acatar com boas praticas no que diz respeito ou seja em termos ambientais, assinou a Carta da Terra, no pressuposto de efectuarmos poupança e eliminarmos ao máximo o desperdício. Eu quero solicitar aos

senhores deputados que façam, enfim, ou dentro de algum tempo façam junto da Secção de Apoio a formulação concreta daquilo que pretendem. Sendo que a Mesa tem que vos sensibilizar aqui, para o facto, uma ou outra situação, portanto não é razoável estarem a solicitar que a documentação seja enviada por CD, ou email e depois querem também em papel, este é um voto que a Mesa deixa, e uma solicitação a todos os senhores deputados, portanto peço que se dirijam novamente à Secção de Apoio e registem o meio pelo qual querem receber a documentação, sendo certo aqueles que podem recebê-la por meios informáticos, deviam naturalmente solicitar com prioridade esse meio de remessa.

----- Querida também a Mesa dirigir aqui um pedido à Câmara Municipal, naturalmente e na sequência desta informação e esta solicitação que a Mesa dirige aos senhores deputados, o seguinte: Aqui há um conjunto de anexos, que não vêm em forma digital, portanto em meios informáticos, a Mesa queria solicitar ao Senhor Presidente da Câmara, à Excelentíssima Câmara, que no futuro, e já para a próxima Assembleia se possível se não vamos aos poucos e paulatinamente corrigindo os procedimentos, se os anexos, que são enviados a esta Assembleia, também podem vir em formato digital. Nessa matéria há que poupar de facto e a Câmara é a primeira interessada em que os documentos sejam remetidos em formato digital, e dessa forma poderem chegar aos senhores deputados. -

----- Senhores, pedimos-lhe de facto que reflectam sobre esta matéria, e que possam decidir bem, recebendo em formato digital a documentação. Se a excelentíssima Câmara nos enviar também os anexos em formato digital, não há necessidade de gastar o dinheiro que se gasta, e destruir o papel que é necessário destruir, para fazer chegar em suporte papel a informação.

----- Por fim, queria-vos dizer o seguinte: Com alguma pena da Mesa, a verdade, e cumprindo o Regimento, algumas faltas dos senhores deputados não estão a ser consideradas, eu quero aqui dizer que o procedimento da Mesa, durante este Mandato, vai ser assim. As faltas que os senhores deputados venham a dar, têm que ser remetidas como meio de justificação à Mesa dentro do prazo que é estritamente indicado no Regimento que é cinco dias após a falta, tem que haver a vossa comunicação justificativa da falta. É verdade que para esta assembleia houve um conjunto de deputados, hoje não estão presentes, que enviaram no devido tempo, antecipadamente, a informação, até para a própria Secção fazer a convocatória dos elementos seguintes, correspondentes às listas das quais os senhores deputados pertencem. No entanto foram rejeitadas e portanto não foram consideradas algumas faltas, poucas mas que vieram fora de prazo e algumas delas com mais de um mês de atraso, e eu quero pedir

a vossa compreensão, entendam, peço por favor que entendam que não é nenhuma atitude que não seja legal, por parte da Mesa, procurando disciplinar esta metodologia de justificação de faltas. E sobre essa matéria estamos falados.

----- Termino este início de intervenção, são dez e cinco da manhã, está no momento em que nós podemos fazer, a indicação de alguns elementos que não fizeram ainda o registo da sua presença. No Partido Social Democrata, Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho não está presente, Hélia de Fátima não, não é que alguns senhores deputados fizeram os registos eventualmente naquela folha, mas não fizeram no registo que é na lista de início e há depois uma lista do final. Hélia depois peço-lhe o favor de fazer se dirigir à secção de apoio para fazer o devido registo. António de Almeida Dionísio, Nuno Filipe Machado Reis, Nuno Reis tens que ir à Secção de Apoio fazer a assinatura, Vânia Alexandra Rodrigues, Vânia não está presente. No Partido Socialista, Dinis Costa, Fernando Jorge Loução Lima, Francisco Manuel Esteves Marcos, no Movimento Sempre Presente, Agostinho Gonçalves Esteves, Vânia, depois tens que te dirigir há secção de apoio para fazer a inscrição. Armando José Morais, Cristina Afonso, José João Martins Lourenço, ok. Nos senhores presidentes de Junta: senhor presidente de Gimonde, Vitor Alves; Senhora presidenta de Junta de Izeda, Maria Rosa Pires; Outeiro, João Sardinha; Parada, Norberto dos Santos Costa; Senhor Presidente da Junta de Paradinha Nova, Domingos Seca; Senhor Presidente de Junta de Pinela, António Pires; Senhor Presidente Junta de Pombares, Afonso Domingues; Senhor Presidente de Junta de Quintanilha, José Fernandes; Senhor Presidente Junta de Quintela Lampaças, Victor Costa; Senhor Presidente Junta da Sé, não está presente mas está a substituta, Alexandra Reis, tens que assinar a folha junto dos serviços de apoio; Senhor Presidente Junta de Serapicos, Armando Miranda. Está feita a leitura, nós registamos a presença visualmente de alguns, os restantes a Mesa lamenta, a lista será retirada naturalmente para marcação de faltas.

----- Então continuamos os trabalhos dando início ao ponto nº 3 - Período de Antes da Ordem do Dia. Neste ponto a Mesa quer apresentar o ponto seguinte.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

PONTO 3.1 – PROPOSTA DE SOLIDARIEDADE PARA COM AS VÍTIMAS DA CATÁSTROFE, OCORRIDA NO DIA 20 DE FEVEREIRO NA ILHA DA MADEIRA, DESIGNADAMENTE PARA COM OS MUNICÍPIOS DE CÂMARA DE LOBOS, FUNCHAL RIBEIRA BRAVA E SANTA CRUZ.

----- **Presidente da Mesa - A Assembleia Municipal recebeu em 06/04/2010 dois ofícios da Associação Nacional de Municípios Portugueses com o seguinte teor:**

“Ofício referência 43/2010-PBRAGA de 25-03-2010

Assunto: Intempéries na Madeira, apoio ao Município do Funchal.....

As chuvas diluvianas que afectaram a cidade do Funchal no passado dia 20 de Fevereiro de 2010 provocaram gravíssimos problemas ao nível hidráulico e, conseqüentemente, múltiplos deslizamentos de terras.

Em consequência daquele acidente natural, no Município do Funchal 881 imóveis foram afectadas pelas condições meteorológicas adversas, sendo necessário proceder-se à reconstrução de 579 casas, com o objectivo de rapidamente permitir que as pessoas possam regressar às suas habitações em condições de segurança.

Para tal efeito, o Conselho Directivo da ANMP, no espírito de entreaajuda que historicamente caracteriza o Poder Local, deliberou solicitar aos Municípios Portugueses uma manifestação de solidariedade para com o Funchal, que pode ser traduzido em:.....

- a) Ajuda financeira, ficando o montante ao critério de cada Câmara Municipal, auxilio que deverá ser remetido aos serviços da ANMP, que o fará chegar àquela nossa associada;.....
- b) Envio de materiais, que poderão ser entregues no Porto de leixões, sendo que o seu transporte para o Funchal não implicará quaisquer custos para os dadores.

Temos o prazer de enviar a V. Ex.^ª, em anexo, listagem dos materiais necessários para os trabalhos de reconstrução/recuperação de habitações, bem como os contactos dos interlocutores deste processo.

Na certeza da melhor cooperação, apresentamos os melhores cumprimentos”

“Ofício referência 50/2010-PB de 05-04-2010

Assunto: Intempéries na Madeira, apoio aos Municípios

Através da circular n.º 43/2010-PBRAGA, de 25-03-2010, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) salientou a V. Ex.^ª os graves acontecimentos ocorridos na Região Autónoma da Madeira, consequência das chuvas diluvianas que se abateram sobre aquele território e que provocaram gravíssimos problemas ao nível hidráulico e, conseqüentemente, múltiplos deslizamentos de terra.

Porque também, designadamente, os Municípios de Santa Cruz, Câmara de Lobos e Ribeira Brava foram bastante afectados pela catástrofe, somos a solicitar a V. Ex.^ª que esse município se solidarize com aquelas populações e possa, também, equacionar formas de ajuda e de apoio aos municípios afectados.. Na certeza da melhor cooperação, apresentamos os melhores cumprimentos”

----- **Presidente da Mesa** - A Associação de Municípios, remeteu uma comunicação para os Municípios, Câmaras, Municipais e Assembleias Municipais, solicitando apoio financeiro, ou apoio em espécie, nomeadamente materiais, cimento, tijolo, nomeadamente materiais destinados à construção civil, sanitários etc. No sentido de promover o apoio aos Municípios que constam desta lista que está no 3.1, e nessa sentido a Assembleia Municipal não tendo naturalmente fundos e disponibilidade financeira, o que é trazido pela Mesa aqui é que a Assembleia Municipal demonstre a sua solidariedade para com as vítimas da catástrofe ocorrida na Madeira, de alguma forma a Mesa e de resto olhando para trás, no passado já houve situações, que o mesmo aconteceu para com outros processos de catástrofe, ou de, enfim que envolveram pessoas também com poucos recursos, ou instituições, nessa altura foi decidido pela Assembleia Municipal de Bragança remeter a senha de presença que é individual e de cada um de nós, para esse objectivo. Portanto o que está aqui em causa hoje, é naturalmente, e assim foi também decidido na Comissão Permanente, que este assunto debatido hoje e agendado para ser debatido aqui, que é naturalmente a expressão da nossa solidariedade, fazendo encaminhar a senha de presença, desta reunião do dia 30 de Abril de 2010, para a conta da Associação Nacional de Municípios, que endereçará depois, reencaminhará essas verbas para os Municípios de Câmara de lobos, Funchal, Ribeira Brava e Santa Cruz. É esta a matéria.

----- Pedidos de esclarecimentos, ou intervenções, sobre este facto. Senhores deputados façam favor. -

----- A Mesa regista, duas inscrições: Vítor e Eduardo Malhão. Victor, do Partido Socialista, tem a palavra.

----- **Vítor Pereira** – Muito bom dia a todos, cumprimentar a Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Executivo, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, que, parece-me que ainda não está presente. Eu queria começar por dizer que todos nós somos solidários com aquilo que se passou na Madeira, efectivamente, e todos nós ficamos sensibilizados e sentidos com aquilo que

vimos e nos entrou pela casa a dentro pelas televisões, afectou-nos isso, e muitos de nós já contribuimos para essa onda de solidariedade que efectivamente nos foi proposta, aos Portugueses.

----- O próprio Governo, como se sabe, disponibilizou todos os meios e mais alguns para fazer face aos muitos erros urbanísticos e de planeamento, também é preciso assumi-lo que se fez efectivamente na Madeira.

----- Agora a proposta aqui pela Comissão Permanente, não sei se houve unanimidade, se não houve unanimidade na dita Comissão Permanente, o que nós pensamos é que primeiro acho que isto tem laivos de ilegalidade.

----- Ponto Um - Porque? Porque eu não posso condicionar uma decisão do Plenário, não pode condicionar a minha vontade própria de contribuir ou não para a Madeira. Primeiro ponto. Portanto acho que está a imiscuir-se nas liberdades e garantias de cada um de nós.

----- Segundo ponto - Eu não posso votar aqui uma decisão que diz respeito ao fórum de cada um, se quer ou não quer contribuir para a Madeira, é evidente que todos nós queremos contribuir e queremos ajudar a Madeira, agora eu acho que foi precipitada esta tomada de decisão pela Comissão Permanente, ente os quais eu incluo o meu digníssimo representante do Partido Socialista, também não sei qual é a posição mas ele melhor do que ninguém poderá vir explicar aqui isso, mas que foi precipitada foi, e portanto nós, nós enquanto grupo parlamentar do PS, também eu não poderia impor seja o que for na votação que se faz nisto, e portanto deixo à consideração de cada um, sendo que, sendo que apelo para a ilegalidade que isto pode ter. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Eduardo Malhão, registamos também a intenção de intervenção dos representantes dos Presidentes de Junta do Partido Social Democrata.

----- **Eduardo Malhão** – Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Membros da Assembleia, minhas senhoras e meus Senhores a todos, muito bom dia.....

----- É óbvio que a Assembleia Municipal não podia ficar insensível a um pedido desta natureza, e num momento de catástrofe e fragilidade não podemos aqui discutir erros de planeamento, ou questões que não são, neste momento, e é óbvio que esta catástrofe ocorrida no passado dia 20 de Fevereiro gerou um grande movimento de solidariedade e apoio ao qual eu não posso ficar indiferente.

----- Naturalmente, como disse o Senhor Deputado Vítor Prada Pereira, isto não obedece a nenhuma disciplina partidária, isto está na consciência individual de cada membro, na certeza porém que, esta Assembleia não ficará bem na fotografia, sendo um órgão com a importância que tem, que passe para o exterior um sinal de falta de solidariedade. Portanto não é uma questão de ilegalidade. Isto portanto é uma forma de nós também nos associarmos a essa campanha de solidariedade e as pessoas vão-no fazer a título individual, portanto não irá haver nenhuma deliberação colectiva, cada um vota de acordo com a sua consciência. E quem quiser contribuir, contribui, e quem não quiser não contribui, desta forma o órgão não fica insensível ao pedido que lhe foi formulado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor deputado. Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Rebordãos, em representação dos presidentes de junta, senhor Adriano.

----- **Adriano Rodrigues** – Ora bom dia a todos. Eu acho que isto quem devia estar aqui, concordo plenamente com o Victor quando disse que este órgão não deve ter poderes para estarmos sequer a falarmos numa coisa destas, cada um, voluntariamente, pode oferecer a senha, mas não tem nada que ser a Assembleia, porque como é que podemos condicionar alguém que não queira dar votando que essa pessoa tem que dar.

----- E também há outra situação, houve uma tragédia na Madeira, toda a gente foi sensível, como o Tsunami e essas catástrofes que há, mas nós cá em Trás-os-Montes todos os dias temos uma tragédia. Eu estou a viver numa tragédia há cinquenta anos, mas há pessoas com noventa e tal anos que vivem numa tragédia, que é viver em Trás-os-Montes, nós nem daqui a cem anos temos o poder de compra que tem a Madeira. Por isso eu acho que isto nem devia vir aqui, devia ser retirado, e devia cada um, voluntariamente, que desse, que inclusivamente dão-lhe um recibo, que há muita gente que aqui já contribuiu e dão-lhe um recibo para descontos no IRS e assim quem vai levar os louros disto, não vai ser esta Assembleia, vai ser a Anafre que vai mandar o dinheiro e nem sabe se foi de Bragança se foi o Presidente da Junta de Rebordãos se foi o de Izeda, se foi o de Rossas. Eu acho que isto devia-se e quem quiser, voluntariamente, que assine um papel a dizer que oferece a senha de presença. É só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Luís Filipe do Partido Socialista.

----- **Luís Filipe** – Ora muito bom dia a todos, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, e bom dia a todos também os presentes.

----- Eu vinha aqui um pouco, também, e já não faz muito sentido aquilo que eu vou dizer porque o Adriano acabou de dizer aquilo que eu pretendia, no fundo é exactamente dizer isso, é que este documento seja retirado, se é uma questão de consciência individual cada um de nós assuma essa consciência, e cada um de nós de certeza que já assumiu essa consciência noutras situações. Várias solicitações que houve de podermos contribuir para a Madeira, e no fundo o que eu pedia era que o documento como está ou nos foi apresentado, que seja retirado e que haja uma folha que passe aqui para cada um de nós poder solicita-lo de outra maneira qualquer, mas que o documento como tal seja retirado.

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa regista este requerimento entrado, peço só ao Luís que formalize isso por escrito se faz o favor.

----- **Luís Fernandes – Apresentou, por escrito, o seguinte**

“REQUERIMENTO

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista solicita a retirada do Ponto 3.1 da Agenda de Trabalhos e que os donativos sejam dados a título individual, atendendo a que uma tomada de posição global da Assembleia poderá ser ilegal.

Pelo Grupo Municipal – Luís Filipe Pires Fernandes”

----- **Presidente da Mesa** - Assim sendo existe um requerimento no sentido de ser votada a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, sendo que cada um dos senhores deputados, de forma individual, que entenda proceder ao encaminhamento da sua senha de presença para a conta da Associação Nacional de Municípios, e dessa forma chegar aos Municípios que estão aqui referidos.

----- Na Secção de Apoio estará então uma lista onde poderá ser recolhida essa informação para depois se lhe dar o devido encaminhamento.

----- Pretendes fazer uma intervenção, Paulo? Faz favor.

----- **Paulo João** – Bom dia a todos, vou ser, de facto, breve. Não é possível a Assembleia Municipal ser ela própria a fazer a transferência para a Madeira em vez de o dinheiro ir para a ANAFRE ?! Ser a Assembleia Municipal..... Porque, mas poderia ser..

. ----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pela contribuição, mas penso que ultrapassamos essa questão, a questão agora é, quero lembrar aos senhores deputados a questão agora da votação de um,

peço desculpa, a ideia que a Mesa passa já para os senhores deputados na sequencia de um requerimento do Partido Socialista, que é retirar este ponto da agenda de trabalhos de hoje, e que cada deputado, de forma individual, se dirija à Secção de Apoio e determine e dê indicação que a sua senha de presença pode ser encaminhada para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que a fará chegar como donativo àqueles Municípios que estão aqui indicados.

----- Assim sendo vamos por à votação do plenário a retirada deste ponto, na sequência do requerimento que deu entrada na Mesa, está a ser elaborado agora, a retirada deste ponto da agenda de trabalhos.

----- **Após análise e discussão foi o mesmo Requerimento submetido a votação, tendo sido aprovado, por maioria qualificada, com zero votos contra, sete abstenções e setenta votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.**.....

----- **Presidente da Mesa** – Portanto, senhores deputados quem pretender fazer encaminhar a sua senha como donativo para a Associação Nacional de Municípios como destino que é referido neste ponto, faça o favor, mostre essa intenção junto da Secção de Apoio. Muito obrigado, senhores deputados.

----- Declarações de voto?

----- Senhor deputado José Brinquete tem então a palavra para a sua declaração de voto.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores, bom dia a todo.

----- Estava ali a chamar-me a atenção um dos membros da Assembleia Municipal que para além dos sete votos de abstenção da AM, havia também os da Mesa, então passavam a ser dez. A CDU absteve-se, neste requerimento, pelo facto de achar que não foi a melhor medida, mas também não tinha espaço, nós não temos tempo para nos pronunciarmos durante a discussão que se estava a fazer da moção, se o fizéssemos ficávamos sem qualquer outro espaço para dizer outras coisas a seguir, mas a AM, penso eu, que não entendeu o sentido da proposta da Comissão Permanente. A intervenção do Adriano, legítima e correcta, deixou aqui uma ideia muito forte, que é, nós temos todos os dias uma catástrofe, é verdade, permanente, mas muitas vezes só os mais fracos ou aqueles são mais vitimas que dão os grandes sinais de solidariedade para com os outros, e nós interessava pouco quem é que ia entregar o dinheiro, o que interessava era que aqui esta A.M tinha um gesto de solidariedade para com

outros, também Portugueses, e isso ficava-nos muito bem, não foi essa a decisão, há que respeitar e portanto eu não ter espaço para poder desenvolver melhor o sentido da nossa posição tive que me abster.

----- **Presidente da Mesa** -Muito obrigado senhor deputado, declaração de voto Victor Prada Pereira.

----- **Victor Prada** – A nossa declaração de voto, enquanto grupo parlamentar, vem reforçar aquilo que eu disse aqui. No fundo não está em causa, ao contrário do que diz o senhor deputado Brinquete, a solidariedade desta AM, porque evidentemente, como eu reforcei na altura, com certeza já muita gente usou da forma solidariedade como quis e como achou por mais conveniente, este tipo de solidariedade. O que está aqui em causa é uma hipotética ilegalidade entrar na individualidade de cada um e na decisão pessoal, que é pessoal, é única e não podemos de maneira nenhuma condicionar, e como tal o Partido Socialista foi isto, e foi o que teve como base, esta ideia porque efectivamente apresentou o requerimento só simplesmente por isso, nunca em causa a solidariedade.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, senhor deputado. Estão terminadas as inscrições para declaração de voto, passamos ao período antes da ordem do dia. Inscrições para o período antes da ordem do dia, registamos

----- Mantenham os braços no ar, peço desculpa, há várias inscrições.

. ----- Ora, vou ver se não houve nenhum esquecimento, inscrições para o período antes da ordem do dia? Senhora deputada Isabel Lopes; nossa Presidente de Junta Grijó de Parada, Helena,; o professor Pires; o José Brinquete; Eduardo Malhão; Cláudia; Luís do Vale; Telmo e o presidente da Junta de Rebordãos, o Adriano.

----- A Mesa não esqueceu ninguém? Não! Então

----- Senhor deputado Eduardo Malhão tem a palavra.

----- Houve uma intenção de mudança, feita no grupo, os tempos de cada grupo estão da sua responsabilidade, não há problema,

----- **Eduardo Malhão** – Ok, temos que arranjar uma micro câmara

----- Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Membros da AM, minhas Senhoras e meus Senhores, a todos votos de bons trabalhos, neste dia que vai certamente ser longo, onde iremos ter oportunidade de discutir matérias bastante importantes, apelando, desde já, ao bom poder de síntese e à capacidade de nos centra-mos de facto naquilo que é

essencial, no sentido de tomarmos, todos, as melhores decisões em prol da qualidade de vida do nosso concelho e das suas populações.

----- As notícias mais recentes relativas à descida reteng da República são impiedosas para a nossa economia e para o país, com enormes custos financeiros para todos e com grande impacto negativo ao nível de emprego. A primeira consequência desta medida é que o acesso ao dinheiro vai ficar mais difícil e mais caro para todos nós.

----- A segunda consequência é que os encargos com a dívida publica irão aumentar exponencialmente criando dificuldades acrescidas na obtenção de mais financiamentos no exterior, no limite, dado o grande endividamento do país corremos o risco de ter novamente o fundo monetário internacional a obrigar-nos a apertar ainda mais o cinto. Percebe-se melhor agora a razão daqueles que não eram a favor de obras que consomem capital intensivo, obtido através de mais endividamento externo, tais como o TGV, o novo Aeroporto de Lisboa, a terceira Auto Estrada Lisboa Porto, e ainda a terceira travessia sobre o Tejo. Todas obras megalómanas que destroem ainda mais a coesão nacional e demonstram que o território em matéria de investimento público, continua a estar inclinado para Lisboa, onde se concentra a maior parte da riqueza nacional.

----- O papel do Governo perante esta conjuntura financeira não é certamente fácil, ao ter de demonstrar aos mercados internacionais que a nossa situação não é tão grave como a da Grécia.

----- Esta desconfiança sobre a nossa economia deriva essencialmente da falta de trabalho de casa e das insuficiências de reformas, ao nível orçamental e das finanças públicas, cabendo aqui responsabilidades óbvias aos sucessivos governos que fizeram como a Avestruz, enterraram a cabeça na areia. -

----- Não podemos, desde já, sobre pretexto algum, uma vez que está em causa o interesse nacional, que da situação económica gravosa do País resulte ainda mais instabilidade política e que as medidas de austeridade do PEC e do orçamento de Estado para 2010, resultem em fracasso.

----- O País está sempre acima dos partidos, e neste momento difícil temos que estar cada vez mais unidos.

----- É verdade que na vida tudo tem um princípio e um fim. Os projectos esgotam-se porque tem uma validade que depende muito da conjuntura económica e política e principalmente dos resultados obtidos ao longo de um ciclo político.

----- Temos todos que reconhecer que o balanço da governação do Partido Socialista não é positivo. Os principais indicadores económicos falam por si. A dívida pública aumentou para valores nunca antes vistos, a taxa de desemprego atingiu valores recordes com mais de setecentos mil trabalhadores em situação difícil.

----- O défice superou todas as projecções do governo, e atingiu o valor mais alto da história da democracia. A produção agrícola e industrial cai ano após ano. O número de insolvência das empresas aumentou 7% só no último ano. As desigualdades sociais acentuaram-se ainda mais entre os 20% mais pobres e os 20% dos mais ricos. Ninguém se pode congratular com estes números e muito menos com a falta de um rumo e de uma solução efectiva e concreta para ultrapassarmos esta difícil e complexa situação política, económica e social.

----- O PEC “Plano de Estabilidade e Crescimento” apresentado recentemente em Bruxelas e o Orçamento de Estado para 2010, que entrou ontem mesmo em vigor, lamentavelmente não acrescentou nada de novo, apenas irão agravar ainda mais a situação sobretudo ao nível do desemprego.

----- Estes dois panos económicos não tem nada de positivo para a criação de investimento para a criação de emprego e para a retoma da actividade económica. O Programa de Estabilidade e Crescimento PEC, enquanto quadro programático que visa definir as orientações estratégicas de médio prazo tem em vista a criação de condições para um crescimento sustentado da economia num contexto de estabilidade das contas públicas.

----- No entanto o documento apresentado e aprovado pela Assembleia da Republica, limita-se a enunciar medidas de agravamento fiscal e cortes no investimento e não estabelece qualquer estratégia de crescimento do País.

----- De igual forma o Governo através do Orçamento de Estado para o ano 2010 deveria escolher um caminho assente na redução nas despesas não produtivas, e no rigor da gestão dos dinheiros públicos e não em meros cortes nos investimentos de proximidade, os quais são fundamentais para dinamizar a economia e criar emprego.

----- A conjuntura actual obriga que as preocupações com a dívida e com a posição de Portugal nos mercados internacionais assumam um papel central no PEC, mas este não se pode limitar a reagir à pressão externa e relegar o apoio à economia para segundo plano. O investimento total irá ser de 0,8% em 2010, registando uma queda consecutiva pelo terceiro ano. Aproveitar os fundos comunitários disponíveis e

acelerar a execução do CREN “Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007/ 2013, no âmbito do qual estão ainda por executar mais de 90% das verbas disponíveis, é não só obrigatório como urgente, pois é inaceitável desperdiçar estes recursos que representam o último grande pacote comunitário ao nosso desenvolvimento. Esta poderá ser mais uma oportunidade perdida para mal das próximas gerações, e do futuro do nosso país.

----- Estas políticas cegas afectam ainda mais a já de si débil economia, sempre negligenciada pelos governos do Partido Socialista, provocando o desemprego em massa, podendo determinar que a perda de emprego acumulado desde de 2002, só na construção e no imobiliário, um sector que eu bem conheço, possa atingir 200.000 (duzentos mil) postos de trabalho até ao final do corrente ano.

----- Em Bragança a situação não é diferente desta tendência macro económica, e tende mesmo agravar-se. Urge agir e rápido.....

----- O desemprego é, hoje, dos maiores e perigosos flagelos sociais. O trabalho constitui, para além da importante função de sustento económico, uma fonte de realização pessoal de auto estima, de saúde física e mental e diria mesmo dignidade humana. No actual contexto é por isso fundamental manter uma dinâmica de investimento de proximidade com reflexos directos nas economias locais, no pequeno comércio e nas micro e pequenas empresas, salvaguardando desta forma a sustentabilidade dos aglomerados de dimensão média predominantes no interior.

----- Deveria ser igualmente reconhecido o carácter prioritário da reabilitação, como segmento de mão de obra intensiva e único capaz de estancar a sucessiva perda de postos de trabalhos na construção civil, avançando-se de forma efectiva com a revisão da lei das rendas, o alargamento da taxa reduzida de IVA a todas obras em edifícios destinados à habitação, na linha aliás do que tem sido defendido pela Comissão Europeia, e ainda a criação de instrumentos financeiros específicos, a simplificação administrativa ao nível do processo de licenciamento, com tratamento prioritário e isenção de taxas, a par de políticas públicas de investimento nas cidades e de valorização do património imobiliário do próprio estado.....

----- Portugal não pode ignorar o potencial de criação de emprego, de captação e optimização de investimento, de requalificação do território e consequente dinamização de actividades como a agricultura, o turismo, o comércio, a caça e pesca e a gastronomia que o nosso património rural assegura. O país não pode perder mais tempo, e deve iniciar a construção de um país mais próspero, mais justo e mais solidário com os desempregados, com os pobres e todos os mais desfavorecidos.

----- É neste sentido que gostaria aqui, hoje, de apresentar uma moção, como um pequeno sinal de apoio da Assembleia Municipal de Bragança para com os desempregados da nossa região, para com os comerciantes e pequenos empresários que lutam com dificuldade e sobrevivência, e para a qual pedia antecipadamente o apoio de todos grupos municipais, e passaria então, se me permitem, a ler a moção ...

“MOÇÃO

1 - Considerando a importância do comércio local e das micro e pequenas empresas na coesão económica e social do concelho, quer ao nível do emprego quer ao nível da fixação da população, evitando um ainda maior declínio demográfico e um mais acentuado empobrecimento da região; .

2 - Considerando as graves dificuldades que o comércio local e as micro e pequenas empresas atravessam presentemente, com consequências gravosas ao nível da preservação dos postos de trabalho e consequente aumento galopante do desemprego no concelho de Bragança, e que não existem outras actividades geradoras de emprego e de fixação dos jovens;.....

3 - Considerando ainda as especificidades e a estrutura da economia da região, caracterizada por um tecido empresarial frágil, de pequena dimensão e fortemente concorrencial e por isso mesmo mais exposto aos efeitos de conjunturas económicas negativas, como a que vivemos presentemente, ainda mais fragilizada pela falta de infra-estruturas fundamentais que possam competir em igualdade com outras regiões do país, nomeadamente ao nível das acessibilidades; ...

A Assembleia Municipal de Bragança reunida em sessão ordinária de 30/04/2010 deliberou propor ao Governo as seguintes medidas excepcionais de apoio ao comércio local e às micro e pequenas empresas, visando o seu equilíbrio financeiro e a protecção do emprego:

1.º _ A eliminação do PEC - Pagamento Especial por Conta e o ajustamento dos prazos de entrega e reembolso do IV A.

2.º _ A liquidação das dívidas em atraso por parte do Estado, bem como a liquidação automática dos juros de mora relativos a dívidas atrasadas.

3.º _ A criação de uma linha de crédito específica e ajustada ao pequeno comércio e micro e pequenas empresas do interior, destinada à gestão de tesouraria e à manutenção dos postos de trabalho.....

Mais deliberou a Assembleia Municipal de Bragança remeter a presente Moção ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro da Economia, ao Senhor Ministro das Finanças e à

Assembleia da República.....

Bragança, 30 de Abril de 2010

O Grupo Municipal do PSD

a) António Eduardo Fernandes Malhão”

----- **Presidente da Mesa** – Para economizar tempo vamos levar esta metodologia até ao final da reunião de hoje, para todos os grupos, para todos,

----- Todos os grupos, de resto, o Partido Socialista tem muito pouco tempo, e portanto esta metodologia, hoje, é para sermos mais céleres, mas também dar alguma disponibilidade de tempo aos seus grupos.

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento sobre esta matéria? Senhor deputado Bruno, faça o favor, da próxima vez mais atentos, hoje vamos estar num ritmo um bocadinho mais acelerado, atenção devida, senhores deputados.

----- **Bruno Veloso** - Muito bom dia a todos. Serei rápido. O proponente da moção quando entregou a moção à Mesa disse que iria propor a esta AM uma moção de apoio aos desempregados. Aquilo que eu vejo e gostava que o preponente desta moção me explicasse porque, que não consegui entender, é que é uma medida de apoio aos empresários e não aos desempregados. Gostaria que em explicasse em que medida é que entende que esta moção é uma medida de apoio aos desempregados. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, senhor deputado. Não há mais pedidos de esclarecimento, a Mesa não regista mais pedidos de esclarecimentos pelo que o Senhor Deputado faça o favor de responder ao questionado.

----- **Eduardo Malhão** – Julgo que o Senhor Deputado não esteve bem atento, porque eu o que disse na minha intervenção, e ao longo do texto que eu aqui reproduzi, é que era importante criar condições económicas e um ambiente amigo dos negócios, para preservar o emprego e desta forma criar postos de trabalho, e evitar uma sangria ainda maior ao nível do emprego.....

----- E eu gostaria de lembrar ao Senhor Deputado que isto não é pedido nenhum de apoio aos empresários, portanto os empresários são uma componente da sociedade fundamental para criar emprego, e mau, de facto, é que por vezes pensa-se que é possível redistribuir apoios sociais, temos um estado social, sem criar condições para estimular a economia. Portanto o que eu pedi ali foi ao pequeno comercio, os empresários, e às micro e pequenas empresas que eu recorde-lhe, que relativamente às PMES existem já instrumentos financeiros que é o PME, investe 1,2,3,4, e 5, agora que saiu, agora mas

que não se adaptam ao pequeno comercio. Portanto eu pergunto como é que é possível proteger o emprego e absorver a grande lista de desempregados inscrita nos centros de emprego, se o sector do comércio e de economia local em geral, não tiver condições financeiras para absorver esses desempregados. Portanto isto, estamos aqui perante um drama social que poderá ser agravado se nós de facto tivermos atitudes dessas e não fizermos nada. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.....

----- Ora, vamos passar à votação da moção, já tínhamos dito, a Mesa já tinha pedido esclarecimentos e intervenções, depois de ter dito isso registamos o pedido de esclarecimento, mas voltamos a formular intervenções, Victor! Ouviste o que eu disse há pouco, pedi que o expressassem. Intervenções, ainda há duas intervenções.

----- **Victor Pereira** – Bom, é numa época e eu vou escusar a fazer o enquadramento, porque o próprio deputado fez o enquadramento da situação gravíssima que vive o país, numa época em que todos nós devemos assumir as nossas responsabilidades, e todos nós devemos pensar aquilo que devemos fazer, em prol do país e não o que o país pode fazer em prol de nós como dizia um ilustre estadista.....

----- Numa época destas vir propor, vir propor, eu acho que seria o cenário ideal que se perdoem todas as dividas, é o que diz a moção, a todo e qualquer comerciante do Nordeste Transmontano, parece-me que eu nem vou dizer que

- ----- **Presidente da Mesa** – Deputado, talvez seja melhor... não é isso que está dito aqui na moção.....

----- **Victor Pereira** - Então o que é que diz.?.. ..

----- **Presidente da Mesa** – “ Liquidação das dívidas em atraso por parte do Estado, bem como a liquidação automática dos juros de mora das dívidas atrasadas, do Estado às empresas “.

----- **Victor Pereira** – Mas isso, mas isso, o Senhor Deputado tem andado desatento, porque ainda agora saiu uma norma legislação do Governo, a dizer, a dizer que qualquer gestor publico, qualquer pessoa que tenha responsabilidades de gestão no Estado, se não pagar ao final de três meses será castigado. Será? Tem que assumir as suas responsabilidades e portanto e se há normas, e há! Para combater tudo que propõem na moção. Se há apoios concretos e linhas de crédito e mais algumas para fazer face à crise que vivem os comerciantes, que inclusivamente, como ainda há pouco tempo veio o Secretário de Estado do Comercio a dar apoios ao comercio local e poucas candidaturas apareceram, depois de isto tudo vir apresentar uma moção destas eu acho que, eu não queria dizer que era demagógico, não quero usar essa palavra forte, mas acho que é pouco sério neste momento numa altura

destas, e foi o senhor ilustre deputado que fez o enquadramento, como eu disse na minha intervenção, é pouco sério e como tal o Partido Socialista vai votar contra.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, passamos então à votação -.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com doze votos contra, sete abstenções e cinquenta votos a favor, estando momentaneamente sessenta e nove membros presentes.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto sobre a moção? Eduardo Malhão, Cláudia. Eduardo Malhão faça o favor. Regista a Mesa três declarações de voto. ..

----- **Eduardo Malhão** - Voto obviamente a favor desta moção, como não podia ser doutra forma, registo aqui que o Grupo Municipal do PS quis tratar as coisas pela rama, não quis ver ao pormenor a moção, porque não percebeu exactamente o espírito da moção.

----- Registo também que houve o cuidado do Grupo Municipal do PSD, ao estruturar a moção, não pedir aqui nada que viesse a criar mais dificuldades, em termos de despesa fiscal, pelo contrário.

----- Pedimos a eliminação do PEC, chegou a ser aprovada e depois não foi posta em prática. Eu recordo que o PEC é um pagamento que eu digo que é estúpido, porque não é sobre impostos. Uma empresa que esteja sem qualquer actividade que não facture um euro que seja, tem que fazer as entregas periódicas do PEC. Portanto não faz sentido, eu penso que isso é até ilegal, e tudo o resto são medidas que visam apenas um estímulo e um sentido ao comercio, não vêm a afectar em nada, o problema da despesa fiscal, nem a criar mais perturbações, porque nós entendemos que o País não está bem e não somos demagogos a esse nível. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Na representação do CDS-PP, ANA Cláudia, tem a palavra para a sua declaração de voto. A Mesa regista já, hoje, uma sua disponibilidade e mais capacidade de mobilidade para se deslocar até ao microfone o que nos apraz registar.

----- **Ana Cláudia** – Bom dia a todos. Nesta primeira Assembleia Primavera e depois do 25 de Abril, venho só a esclarecer o sentido do meu voto de abstenção, desde logo porque não podia votar contra a moção acompanhando a posição do Partido Socialista, na medida em que isso seria também premiar o incumprimento do mau pai e patrão que temos, que é o Estado, e portanto obviamente nessas politicas não poderia embarcar, não poderia ser pajem delas. Mas por outro lado também não poderia ser cúmplice das más politicas, das opções politicas Municipais, que não têm promovido a fixação e a promoção das actividades comerciais na cidade, penalizando-as mesmo, nomeadamente taxando

comercio onde para agora chamo a atenção, já fazendo a ponte com um dos pontos da ordem do dia, precisamente estamos a pedir empréstimos para requalificar, nomeadamente as zonas históricas. Relembro que o nosso Município é dos municípios que pratica as taxas mais elevadas em termos de EMI e EMT. Portanto não podia acompanhar esta posição. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Senhora Deputada. Victor Prada Pereira, declaração de voto. --

----- **Victor Pereira** – A nossa declaração de voto vai no sentido que não poderíamos, da minha intervenção, não poderíamos, de maneira nenhuma, estar a condicionar o Governo com as medidas que aqui foram propostas, e a senhora deputado do CDS tirou-me aquilo que eu queria acrescentar, que efectivamente as politicas de proximidade são feitas por alguém que pode efectivamente exercer o poder concreto, e ela mencionou muito bem, falou em taxas, falou em IMIS, falou numa série de impostos municipais que podem ser retirados e nada disto o Senhor Deputado aqui disse, e é por isso que nós, de maneira nenhuma, podíamos votar a favor e votámos contra esta proposta. Sendo sempre que estamos ao lado dos comerciantes, mas não é com este tipo de coisas, pouco sérias, que favorecemos os comerciantes, de maneira nenhuma.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra, para a sua intervenção, a Senhora Presidente de Junta de Grijó de Parada, Helena Branco.

----- **Helena Branco** – Muito bom dia a todos. O que me trás, hoje, aqui é o mau estado da estrada nacional 217 e como tal tenho aqui uma moção para aprovação desta AM. Está subscrita por oito Presidentes de Junta, incluindo eu, que a seguir vão ver, não sei se a vou ler eu se

... ..

----- **Helena Branco** - É uma moção.

----- **Presidente da Mesa** – Peço desculpa, a Mesa estava a entender que era uma intervenção, mas é uma intervenção ou a leitura da moção?.

----- **Helena Branco** – É a leitura da moção.

----- **Presidente da Mesa** – Então a mesa lê. Muito obrigado Senhora Deputada, peço desculpa , pensei que ia fazer a intervenção prévia...muito bem, muito obrigado.

----- Senhores deputados, regista, a Mesa, esse vosso murmúrio simpático, mas quero dizer que a Mesa estava a entender que era uma intervenção e não moção, peço desculpa, a metodologia, e se a

Mesa se desviar daquilo que foi indicado por mim no início, vocês terão um momento para expressar em liberdade e lembrar à Mesa essa atitude, que nós tínhamos como voto respeitar nesta AM.....

“MOÇÃO

Estrada Nacional n.º 217 – Troço do Penacal

Considerando que:

1. A Estrada Nacional n.º 217 garante a ligação da Vila de Izeda e de toda a zona sul/nascente do Concelho a Bragança e ao futuro nó da A4, em Samil, serve as freguesias de Calvelhe, Coelhoso, Faílde, Grijó de Parada, Izeda, Parada, Paradinha Nova e São Pedro de Serracenos, e encontra-se em elevado estado de degradação e de insegurança, nomeadamente o troço do Penacal.....

2. Em 2008, algumas das Juntas de Freguesias supra referidas promoveram abaixo-assinado, entregue à Câmara Municipal de Bragança, tendo esta remetido o documento ao Exmo. Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em 23 de Abril de 2008, através do ofício Ref. 4455.....

3. Na comunicação efectuada, pela Câmara Municipal de Bragança, ao Exmo. Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi solicitada a execução urgente de obras de correcção do traçado.

4. Passados dois anos não foi realizada qualquer intervenção por parte das Estradas de Portugal, EP, pelo que o estado de degradação da via é agora mais acentuado, situação que preocupa os Presidentes de Junta e as populações das aldeias que diariamente são obrigadas a circular nessa estrada, sem condições de segurança e cada vez mais precárias.

Tendo presente que

a) A Constituição da República Portuguesa, no seu art.º 9.º, Define as tarefas fundamentais do Estado: na alínea d) "*Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais*"; e na alínea g) "*Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional (...)*".....

b) As infra-estruturas rodoviárias assumem um papel fundamental para o desenvolvimento das regiões, para o reforço da coesão territorial e social, e para a emergência de novas dinâmicas de crescimento económico, evitando o isolamento e desertificação dos povos.

Os Presidentes das Juntas das Freguesias de Calvelhe, Coelhoso, Faílde, Grijó de Parada, Izeda, Parada,

Paradinha Nova e São Pedro de Serracenos, apresentam a seguinte moção para aprovação da Assembleia Municipal:.....

1. Que seja solicitado ao Governo da República Portuguesa a beneficiação urgente da Estrada Nacional n.º 217, de modo a garantir que até à data prevista de conclusão da circular da A4, em Bragança, as referidas obras, nomeadamente o troço do Penacal, estejam concluídas.
2. Que seja remetida deliberação de aprovação da presente moção ao Exmo. Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; e para conhecimento e acompanhamento ao Sr. Governador Civil de Bragança.

Bragança, em 30 de Abril de 2010.....

Subscrita por:.....

Presidente da Junta de Freguesia de Calvelhe – Ernesto Augusto Morgado Gomes

Presidente da Junta de Freguesia de Coelhooso – Paulo Manuel Veiga.....

Presidente da Junta de Freguesia de Faílde – Gualter Dinis Gonçalves Garcia.....

Presidenta da Junta de Freguesia de Grijó de Parada – Maria Helena Santos Branco

Presidenta da Junta de Freguesia de Izeda – Maria Rosa Galhardo Pires.....

Presidente da Junta de Freguesia de Parada – Norberto dos Santos Costa

Presidente da Junta de Freguesia de Paradinha Nova – Domingos António Seca.....

Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Serracenos – António Carlos de Sá”

-----**Presidente da Mesa** - Pedidos de esclarecimentos sobre a moção apresentada? Não há pedidos de esclarecimentos.....

-----Regista, a Mesa, uma inscrição para intervenções. Senhor Deputado Luís Filipe, tem a palavra. ---

-----**Luís Filipe** – Bom dia a todos, não há dúvida que esta moção tem todo apoio do grupo parlamentar do Partido Socialista como não podia deixar de ser. Gostava de relembrar aqui que, neste momento, a zona sul do concelho é a zona mais desprotegida em termos de acesso viário, sem qualquer duvida, não há, neste momento, um acesso que permita às populações deslocarem-se normal e regularmente para a sede de concelho no seu dia a dia, devido às más condições de duas vias. E congratulo-me efectivamente por aparecer aqui esta moção e o Governo Central terá que

assumir a sua responsabilidade em relação àquela via, mas gostava também ter visto aqui paralelamente outra moção assinada por os senhores Presidentes de Junta, também, em relação à estrada de Vale Verde. Porque temos aquela estrada de acesso a Mós/Vale Verde que é uma estrada da responsabilidade da Câmara, está num estado péssimo também onde felizmente ainda não houve ali acidentes mortais, mas tem havido muitos acidentes, muitos estragos, porque é uma estrada muito, muito estreita, as pessoas, cada vez que há um cruzamento é um perigo constante, e aí também penso que a Câmara terá que assumir as suas responsabilidades e rapidamente também, já que vocês pedem que o governo quando tiver a A 4 pronta, também quando a A 4 pronta devia aquele acesso por aquela parte de Mós /Vale Verde também a Câmara ter, esse projecto que já nos foi aqui mostrado, também para permitir para quem quiser deslocar-se por aquela zona do concelho, faze-lo, portanto era também o meu desejo.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Não há mais intervenções. Presidente de Junta de Izeda, Rosa, quer fazer uma intervenção sobre esta matéria? Não , não. Bom, então vamos passar à votação.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.**

-----**Presidente da Mesa** - Bom, passamos às declarações de voto. Declaração de voto da CDU, José Brinquete, Eduardo Malhão. José Brinquete tem a palavra.

-----**José Brinquete** – Senhor Presidente da AM, é para transmitir que a CDU votou a favor como não podia deixar de ser e para dizer à senhora Presidente de Junta de Grijó, que o PCP, o grupo parlamentar do PCP há dez anos que propõe, todos os anos, para o PIDAC, verbas para que esta obra seja realizada. Para lhe dizer também que neste ultimo Orçamento, que nem sequer foi ainda publicado... ah!, pelos vistos foi ontem, mas que foi discutida entre Fevereiro e Março, o PCP voltou a propor verba para o arranjo desta obra e o seu Partido, o PSD votou contra, o CDS votou contra e o PS também, votaram contra. Como devem compreender para mim é uma grande alegria ver que vocês todos estão contra os vossos partidos nesta matéria.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor deputado, Eduardo Malhão tem a palavra para a declaração de voto.

----- **Eduardo Malhão** – Renovo os meus cumprimentos. Vim aqui apenas para me congratular pela aprovação desta moção, aliás esta é uma luta que os Presidentes de Junta têm travado há muitos anos, felicitar os Presidentes de Junta pelo sentido de oportunidade e pela grande luta em defesa do prol e em prol das populações, e dizer, de facto, que na zona sul tudo o que seja estradas municipais estão devidamente reparadas e transitáveis. Tudo o que seja estradas nacionais, como noutras regiões, estão num estado de conservação péssimo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.

----- Vamos passar à intervenção seguinte. Senhor professor Manuel Pires tem a palavra.

----- **Manuel Pires** – Ora, muito bom dia a todos, Ex.ma Mesa, Ex.mo Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Ex.mo Público, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Quem viaja pelo nosso distrito e pela região de Trás-os-Montes, o que vemos neste enorme espelho, o que vemos neste reino maravilhoso que nos descreveu Miguel Torga? Vemos por vontade do homem de Vilar de Maçada, as fragas e os penedos transformarem-se em caminhos deste reino. Vemos edificar pontes, vemos o nosso reino integrar-se noutros reinos, e ficarmos perto dos Portugueses, dos Portugueses, dos Espanhóis e da Europa. Vemos os caminhos mais curtos e mais diretos, vemos a integração plena desta região maravilhosa, nas rotas das vias de comunicação que sucessivamente foi esquecida, e é de uma e uma assentada este governo colocou tudo a bulir numa vertigem impressionante, que nos levará até dois mil e doze, como por magia, a tornar aquilo que nos parecia impossível em realidade.

----- Este retrato e este espelho que vos apresentamos, o que estão a fazer os autarcas do distrito para potenciar esta riqueza aqui instantaneamente colocada? Porque isto está a ser feito muito rapidamente e quem naturalmente viaja pelo distrito, percebe o que se está a fazer. Pelo distrito e pela região. Já pensaram o que vão fazer no futuro nos territórios onde governam os autarcas do Distrito? Já convocaram as forças sociais económicas e políticas para juntarem esforços e definirem estratégias? Alguém do governo deste e doutros Municípios desencadeou alguma iniciativa para reunir as tropas, para iniciar o combate pelo desenvolvimento? O que viram nas nossas grandes opções do plano para este mandato autárquico? Nada!... minhas senhoras e meus senhores, o planeamento estratégico, não é com este município, porque sabemos da história, que por mais obras que haja promovidas pelo município e pelo governo central, a culpa será sempre dos que com este

governo, dá tudo, mas terá que dar ainda mais, porque quem governa o município pensa que lhe devem sempre, devem sempre dar, sempre mais, porque nunca soube agir potenciando as obras com oportunidades de desenvolvimento económico e humano.

----- Minhas senhoras e meus senhores, no dia em que fechamos este ciclo e obras públicas, fechamos este ciclo de obras públicas no distrito, temos que ter respostas e soluções para o nosso desenvolvimento e teremos que ser nós a fazê-lo sob pena de definhar-mos e estarmos condenados a desaparecer, é bom aproveitemos esta oportunidade, tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos passar para a outra intervenção, José Brinquete, CDU, faça o favor.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da AM de Bragança, esta AM realiza-se entre Abril e Maio. Abril, de liberdade e democracia. Maio, de trabalho e luta. Sobre Abril já dissemos alguma coisa, hoje falamos de Maio, dia internacional do Trabalhador, que amanhã se comemora pelos cinco continentes. Bragança também comemorará o seu primeiro de Maio como sempre o faz.

----- Neste primeiro de Maio, a luta estará mais presente do nunca e um dos objectivos será dar combate ao tenebroso PEC. Os trabalhadores saíram à rua para lutar contra o desastre económico e social que as políticas de direita tem conduzido o país. Num tempo em que o PS e o PSD voltam a juntar-se para tramar os trabalhadores e as populações, fazendo o frete aos grandes grupos económicos internacionais, e às empresas de retingi, é preciso desmascarar o famigerado PEC, que vai impor mais sacrifícios aos mesmos de sempre, vai acentuar as injustiças sociais, vai agravar a situação económica, com menos produção e mais dependência externa, vai cortar nos salários, nas despesas sociais, no aumento do preço do corte e dos investimentos.

----- Na véspera de mais um primeiro de Maio é oportuno recordar o poeta, Papiende Carlos. In Itinerário. Os milhares de anos que passaram viram a nossa escravidão. Nós carregámos as pedras das pirâmides, o chicote estalou, abriu rios de sangue no nosso dorso. Nós empunhámos nas galés dos Césares, os abomináveis remos e o chicote estalou de novo na nossa pele. A terra que há milhares de anos rotíamos, não é nossa e só nós a fecundámos. E quem abriu as artérias? Quem rasgou os pés? Quem sofreu as guerras? Quem apodreceu ao abandono? E quem serrou os dentes? Quem serrou os dentes e esperou! Spartacus voltará, milhões de Spartacus os anos que aí vêm, não-de ver a nossa libertação.

----- Por ultimo pretendia chamar a atenção da Mesa para duas questões relativas à AM, à sessão solene da AM do 25 de Abril. A primeira era recomendar uma coisa que me parece lógica e normal, que é, que a sessão solene tenha também uma acta, como qualquer Assembleia Municipal, para registar as intervenções e para que na história do município e da AM fique registado o que aconteceu, em texto e também em digital.

----- O segundo, chamar a atenção, o que, na minha opinião, se cometeu um erro protocolar, de alguma gravidade que não pode voltar a ser repetido. Nós estamos num estado Republicano, que tem como primado a separação do estado e da igreja e portanto com todo o respeito mútuo que temos pelo Reverendíssimo Bispo, ele não tinha lugar no local onde estava. Devia ser tratado com todo o respeito e dignidade como as demais entidades, no espaço das entidades convocadas. Aliás o governo anterior aclarou até isso muito bem em legislação própria, portanto penso que foi um lapso que devia ser corrigido no futuro, porque senão torna-se caricato quer para o senhor Bispo quer para nós. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado Senhor Deputado. Chamamos para sua intervenção a deputada Isabel Lopes.

----- **Isabel Lopes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Comunicação Social, Senhores Presidentes de Junta, restantes membros desta AM, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Antes de começar a minha intervenção só gostaria de questionar a Mesa e o Senhor Presidente da Mesa, pelo seguinte, eu realmente quando me passou a folha para ver a forma como gostaria de receber os documentos desta AM eu ia colocar só CD, só que eu gostava de trazer para aqui o meu portátil, e eu até sou professora de informática, e costumo andar com o portátil atrás de mim. Só que é assim, o meu portátil não tem bateria para o dia todo e realmente esta sala não tem condições, vou ligar o portátil aonde? Não tem tomadas. Portanto eu coloquei CD e coloquei papel, Porque? Porque eu, quando acaba a AM, ponho no papelão os documentos e fico no meu arquivo em casa com o CD que é mais prático e não os papéis. Portanto quando a sala tiver condições, se calhar, eu vou optar só por uma opção, porque eu peço CD, depois tinha que imprimir em casa para ler e para trazer para aqui. Portanto é na mesma papel a mais, eu realmente pronto, esta também é para o

Senhor Presidente da Câmara, se pudessem adaptar esta sala, para uma pessoa trazer os portáteis era óptimo. Pronto isto foi só um aparte e vou começar agora a minha intervenção.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Os políticos, nomeadamente os que ocupam cargos de grande responsabilidade e visibilidade tem que ter a consciência que estão permanentemente sujeitos a escrutínios vários.....

----- Da opinião publica, da comunicação social, dos eleitores e outros mais.

----- E devem ter presente que esses escrutínios sendo variáveis, penderes de factores diversos, conjunturas voláteis tem com tudo um denominador comum:

----- Contribuem para o escrutínio definitivo, o da História!

----- E se por si só cada um deles vale pouco a verdade é que todos juntos contribuem decisivamente para a imagem com que vindouros avaliarão os políticos de determinada geração.

----- E a isso não há como fugir.....

----- Porque sendo certo que todos os políticos tem virtudes e defeitos, acertos e erros no desempenho das suas funções, é igualmente certo que é pelos momentos mais marcantes do seu desempenho que serão recordados na posteridade.

----- Sejam bons ou maus.....

----- Salazar será recordada pela longa ditadura que protagonizou, Mário Soares por ter combatido os totalitarismos antes e depois do 25 de Abril, Sá Carneiro pela defesa do estado de direito e fim das tutelas militares, Cavaco Silva pelas reformas estruturais.

----- António Guterres pelo dialogo e pelo pântano, Duram Barroso pela saída repentina para Bruxelas, Pedro Santana Lopes pela inédita dissolução de um Parlamento com uma maioria estável. ...

----- Apenas para citar políticos Portugueses.

----- Todos eles, excepto Salazar por razões óbvias, perderam e ganharam eleições.

----- Dentro e fora dos seus partidos.

----- Ou seja a opinião dos eleitores mudou quando entendeu que podia mudar e a avaliação a que foram permanentemente sujeitos foi também ela variável.

----- José Sócrates não foge à regra.....

----- Na avaliação da opinião pública começou tudo muito bem, em 2005, mas perdeu lastro e a maioria em 2009, e não se prevê que venha a recuperar.....

----- Mas dificilmente fugirá a ficar para a História como primeiro-ministro que mais desprestigiou o cargo em toda a História da democracia Portuguesa.

----- Casos e mais casos, histórias muito mal explicadas, as casas, a licenciatura, os projectos que não fez mas assinou, uma tentação fora de moda de controlo da imprensa, os amigos metidos em negócios perigoso, as cumplicidades inaceitáveis a vários níveis do aparelho de Estado.....

----- E aquela desconfiança de que apenas se vai sabendo parte de algo que parece ser Muito mais vasto.

----- Que o futuro se encarregara de confirmar ou não.

----- Mas perante julgamento da História dificilmente ficará bem na “fotografia”.

----- A nível da opinião pública Sócrates ainda podia ter ilusões. Mas com os relatórios das últimas semanas que colocam o país em pré-falência. São indicadores mais do que suficientes da política desastrosa conduzida por este fantasioso primeiro-ministro que nos governa. E tudo aponta para que não fique só na história Nacional, mas *infelizmente* também na *história* internacional”.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhora Deputada.

----- Tem a palavra, em representação do CDS/P, Ana Cláudia. Tem três minutos.

----- **Ana Cláudia** – Bom dia de novo a todos. O que me traz aqui é a sensibilização para uma tarefa que uma incumbência constitucional que me parece da maior importância para o nosso município.

----- De facto se compulsarem a nossa Constituição fala-se num órgão de colaboração municipal que é a policia municipal e que Bragança tarda em assumir essa realidade de facto desde o diploma da criação das policias municipais, que trinta e três municípios à criação da figura, sendo que se vocês fizerem pesquisa, se todos fizerem pesquisa na internet, os municípios que mais aderiram e mais fortes em termos de efectivos, no quadro das policias municipais, são curiosamente municípios do Norte, e municípios do Norte, todo litoral, mas Norte interior.

----- Eu chamo a atenção para o facto de que esta polícia municipal, nos termos do diploma que a criou em noventa e nove, a Lei 140 de noventa e nove, é uma polícia administrativa e que colabora com a segurança e a prevenção das pessoas, tendo um primordial na colaboração com o Senhor Presidente da Câmara do qual depende directamente, portanto, ou seja numa hierárquica do qual recebem ordens e instruções sob pena de poder disciplinar, poderem ajudar no cumprimento dos regulamentos e das normas municipais em vigor.....

----- Eu creio que é isso que o município de Bragança está a precisar, nomeadamente optando a Câmara Municipal pela criação dessa figura poderíamos, e sujeita a aprovação por esta Assembleia, na aprovação do seu regulamento estabelecer quais as competências em que queríamos que essa polícia municipal funciona-se mais. E acho que tínhamos a oportunidade para efectivamente aproveitar aquilo que são as atribuições que a lei lhe atribui e não apenas aquilo que estamos habituados a ver, que é o controle do cumprimento do trânsito.

----- Para isso temos cá, se calhar podemos libertar a outra polícia para as funções próprias para a segurança das pessoas e podemos aproveitar um recurso, uma figura constitucional, reforço que depende dos órgãos municipais e que tem este papel reforçado de colaboração com o município na fiscalização de cumprimento das normas de várias índoles.

----- Eu fiz um levantamento nomeadamente das competências que deixaram de ser do governo civil e passaram para a Câmara e imaginem aquilo, os efectivos que poderíamos libertar e as mais valias ter da criação do órgão de policia Municipal, nomeadamente no caso da fiscalização das feiras, no caso da própria fiscalização em acções policia ambiental, nas acções de fiscalização dos regulamentos no domínio estacionamento e do transito, do urbanismo, da construção, da defesa dos recursos cinegéticos, do património cultural, da natureza, do ambiente. Portanto mais valias que não se cingem à segurança que essa e também à segurança na medida que são órgãos colaboradores da outra policia e inclusive da policia criminal, podendo deter criminosos em flagrante delito e entregá-los à policia competente.

----- Portanto eu só chamo a atenção para isto e acho que a Câmara Municipal devia ponderar muito bem isto, tanto mais que, a própria lei dá opção dos fiscais municipais optarem pela carreira de polícia Municipal, e eu alerta para o seguinte. Se o Senhor Presidente da Câmara estiver atento às últimas alterações à lei do regime jurídico do regime da urbanização e da edificação, com certeza

depreenderá do regime que a figura da fiscalização municipal nomeadamente em matéria urbanística tende a desaparecer, está claramente na teleologia nas intenções do legislador, mais uma vez, fazer o auto ??? e criar empresas privadas de fiscalização, é isso que nós cremos, deixo a interrogação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhora Deputada. Para a intervenção seguinte em representação do Bloco de Esquerda, o Senhor Deputado Luís do Vale.

----- **Luís do Vale** – Senhor Presidente da AM, Senhora e Senhores Secretários, Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, membros desta AM, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público, bom dia a todos. Antes de mais fazer duas notas à Mesa, a primeira relacionada com o Regimento, já foi votado, já foi votado o novo Regimento para quando vai ser possível ter o Regimento disponível?

----- A segunda, reforçar aquilo que o José Brinquete disse relativamente à Sessão do 25 de Abril, porque de facto também não me parece que tenha sido o mais correcto por parte desta Assembleia, o facto de sentarem o Senhor Bispo no local em que esteve até porque ele já esteve presente em outras sessões solenes anteriores e nunca, pelo menos no tempo que eu estou nesta Assembleia, e nunca tinha acontecido esta situação. E depois queria-lhe deixar então uma moção para ser lida. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Passamos a ler a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda:

“MOÇÃO

Em defesa do serviço público de correios

Considerando que:

- O mal chamado PEC – “Plano de Estabilidade e Crescimento” – apresentado pelo governo português em Bruxelas contempla a privatização de diversos sectores e empresas públicas, entre as quais os CTT que em 2009 renderam ao Estado cerca de 46,5 milhões de euros em dividendos, segundo dados da revista "Visão" de 31/03;.....

- O sector dos correios sempre foi público mesmo nos regimes mais conservadores, pois essa é a única forma de garantir a homogeneidade das comunicações postais no conjunto do território nacional e a igualdade de acesso às mesmas em regiões afastadas dos grandes centros, como é o caso de Bragança e mesmo, de toda a região Transmontana;

- A submissão estratégica dum sector vital para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável a objectivos de lucro rápido e imediato traduzir-se-á inevitavelmente pelo fecho de estações de correio, agravando uma tendência que já se vinha a verificar nos últimos anos;

- O encerramento da estação de correio, a juntar à da escola, do posto médico, etc., pode significar o golpe final no despovoamento de muitas aldeias do concelho de Bragança e restante região e provocaria, de imediato, graves danos à população já que, por exemplo, a larga maioria da população idosa recebe as magras reformas pelo correio e usa os CTT como o seu único banco.

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária a 30 de Abril de 2010:.....

1.º- Manifesta a oposição frontal às medidas gravosas constantes do PEC, em especial à ameaça de

privatização dos CT2º - Como órgão deliberativo do município, decide propor aos trabalhadores dos CTT e aos seus órgãos representativos a realização de uma campanha de esclarecimento da população sobre os perigos da privatização dos correios.....

3 - Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada à Presidência da República, Ministérios da Economia, do Trabalho e da Solidariedade Social, Governo Civil de Bragança, Presidentes das Câmaras Municipais do distrito de Bragança, Presidente da Assembleia da República e seus Grupos Parlamentares, comunicação social nacional e regional.

a) *Luís Vale*

Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.

----- **Presidente da Mesa** - Pedidos de esclarecimentos sobre esta moção? A Mesa não regista nenhum pedido de esclarecimento, pelo que solicita que os senhores deputados expressem a sua vontade de proceder a alguma intervenção sobre esta matéria. Não há registos de intervenções sobre esta matéria. Passamos de imediato à votação:

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, nove abstenções e sessenta e seis votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.....**

----- **Declarações de voto?** Não há declarações de voto. Muito obrigado, senhores deputados. Tem a palavra para a sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Espinhosela, Telmo Afonso.

----- **Telmo Afonso** – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados, Comunicação Social e Público presente. Três assuntos me trazem aqui, o primeiro é que penso eu e venho reforçar o convite para estarem presentes, amanhã, no 10º encontro de jogos tradicionais, que se

realiza na Freguesia de Espinhosela na aldeia de Terroso e portanto vamos ter todo o gosto em recebe-los lá e trata-los bem.

----- O segundo ponto é só uma nota de alerta em relação à correspondência recebida na Junta de Freguesia de Espinhosela, correspondência que penso eu que era importante para os cidadãos, uma é da Confederação dos Agricultores Portugueses, outra é do instituto de Emprego e Formação Profissional. Portanto em relação à CAP havia uma sessão de esclarecimento dia 12 de Janeiro às 10h no Auditório Paulo Quintela, que era de interesse dos agricultores da Junta de Freguesia, na Junta de Freguesia só foi recepcionado, este convite ou esta convocatória para a reunião, no dia 13 de Janeiro.

----- A outra diz respeito ao instituto de Emprego e Formação Profissional, que era para estar, ou um convite na apresentação e iniciativa de emprego 2010, em que portanto às 10:30 da manhã, foi recepcionada, na Junta de Freguesia, dia 27, portanto à tarde, quando o carteiro distribuiu as cartas lá na freguesia.

----- Em relação ao 3º assunto está relacionado com a portaria nº 138/A de 2010 de 4 de Março que revoga a portaria nº 1245 de 2009, de 13 de Outubro. Em relação ao artigo Primeiro diz, - “tem como objecto presente o regulamento que define as taxas devidas pelos actos e serviços pelo instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade e CNB - E deixo uma pergunta, será que os habitantes do Parque Natural de Montesinho precisam destes serviços?

----- Artigo 2, ponto 3, relativo às isenções das taxas. Podemos ver algumas situações de isenções, por exemplo na alinha e) que diz - pedidos relativos a acções decorrentes do sistema de defesa da floresta contra incêndios - E depois uma pergunta também que eu deixo é se então os particulares é que tem que ter medidas ou acções para proteger a floresta contra incêndios, e por isso é que estão a ser isentos destas taxas? Ou seja, é lhe dado um rebuçado para tomar estas medidas e por isso é que não pagam taxas?.....

----- Na alinha J) diz - as actividades recreativas ou culturais relacionadas com romarias, procissões, festas populares e festejos locais, bem como as feiras e mercados de produtos tradicionais - Também estão isentos. Digo eu, que esta isenção para as festas populares não é bem assim, como vamos ver mais à frente e eu vou mostrar, vou mostrar ou vou ler.

----- Em relação ao artigo 7º e que diz respeito às receitas, diz - o produto das taxas cobradas ao abrigo da presente portaria constitui receita própria do ICNB - E pergunto em

que vai ser aplicado esse dinheiro? O funcionamento do ICNB não deveria vir do Orçamento do Estado? É uma questão também que eu deixo.....

----- Se consultarmos esta portaria podemos verificar que os valores das taxas podem chegar a alguns milhares de euros, por incrível que pareça. Já vivemos numa região tão desprotegida e empobrecida, com aplicação destes valores ainda mais desertificados vamos ficar.---

----- Esta Portaria é revista num prazo de um ano e a continuarmos assim, com acréscimos de taxas, qualquer dia o senhor Zé que é meu vizinho lá na aldeia, quando andar a trabalhar a sua horta no campo e tiver vontade de satisfazer uma necessidade fisiológica, provavelmente vai ter que pagar também uma taxa, ou então tem que vir a casa e deixar o trabalho e perde duas ou três horas.....

----- Passo a falar de alguns exemplos de taxas que são cobradas a que diz respeito esta portaria. Ponto 1 que diz respeito a declarações, pareceres, informações ou autorizações, alguns exemplos: Edificações para residência Própria e permanente incluindo as respectivas infra-estruturas de abastecimento de água energia e comunicações, valor único, 150€. Pedidos relativos,desculpem, do ponto 1 ponto 7, pedidos relativos a outras edificações não previstas no ponto anterior e cuja área de implantação seja superior a 200m², tem como valor base 200€, por cada 10m² mais 10€ , que pode ir até ao valor máximo de 10.000€. Digo, o senhor que também era agricultor ou o filho que é agricultor queria construir uma vacaria, porque na aldeia já não pode ter os animais, como vai fazer?.....

----- Mais exemplos, ponto 2 - actividades recreativas ou culturais como actividades motorizadas, organizadas, concursos e competições desportivas, valor único 200€. Como tinha referenciado quando li o artigo 2º alinha J, as isenções para as festas populares não são assim tão liminares a não ser que venhamos ter festas da aldeia sem música. É que na alinha 2.2 que diz respeito a festivais de musica, tem taxa no valor único de 500€. Pergunto será que um conjunto musical quando está a tocar não é um festival de música? E não há sequências de conjuntos musicais a tocar nas festas das nossas aldeias?

----- Outro ponto importante, interessante, são os valores cobrados pelas prestações de outros serviços não previstos, se não vejamos. O tal senhor Zé que é viúvo vive com duas reformas, que tem no total de 400€ mensais. No Inverno geralmente faz frio, e a sua fonte de aquecimento é a lareira. Possui umas touças, que já eram do pai do avô, etc., etc.,

portanto que herdou de todos os seu antecessores ou progenitores, que foram eles que as preservaram e que o ICNB não fez nada para preservação das mesmas. Como precisa de cortar uns carvalhos para a tal lareira, pede o parecer ao Parque Natural de Montesinho, tem como taxa de base 150€, depois tem a acrescentar por cada hora de afectação de meios humanos 20€, em que o valor máximo de taxa pode chegar aos 500€. Coitado, ganha 400€ por Mês, e na feira um tractor de lenha só custa 400€.

----- Haja respeito pelas pessoas que vivem na região ou na zona do Parque Natural de Montesinho, foram elas que preservaram o que está lá, ou o que está feito.....

----- Assim, proponho que seja aprovada uma moção.

“MOÇÃO

Considerando que:

A Portaria n.º 138-A/2010 de 4 de Março vai contribuir para uma maior desertificação do Parque Natural de Montesinho (PNM) e ainda tornar os residentes nesta área mais pobres.....

O financiamento do PNM deve vir do Poder Central e não dos habitantes desta região.....

A Assembleia Municipal reunida em 30 de Abril de 2010, delibera propor, à Administração Central, que abdique das taxas que dizem respeito a esta portaria na área abrangida pelo PNM.

Enviara a:.....

Presidente da República, Ministro do Ambiente, ICNB-IP e Grupos Parlamentares da Assembleia da República.....

O Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela.....

a) Telmo Afonso”.....

----- **Presidente da Mesa** - Pedidos sobre esclarecimentos sobre a noção apresentada.? Victor Prada Pereira, é o único pedido de esclarecimentos.

----- **Victor Pereira** – Eu queria pedir ao Telmo, e nós estamos inteiramente de acordo com isto, evidente, só queria solicitar ao Telmo se efectivamente a palavra “abdicar” é a mais correcta para a moção, é esse sentido?

----- Exactamente, parece-me que eliminar é a palavra correcta.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Junta pode vir aqui ao microfone responder.

----- **Telmo Afonso** – Desculpem, eu proponho eliminar, esses termos jurídicos... Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado. Ó! Telmo, faz o favor, se não te importas, vens aqui corrigir. Com este esclarecimento que foi aceite pelo subscritor da moção, e terminados os períodos de esclarecimentos, a Mesa questiona o plenário se há intenções de proceder a alguma intervenção sobre esta matéria. Registada a intervenção do CDU, José Brinquete, faça o favor. Não há nenhuma inscrição mais, que a Mesa tenha registado.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da AM, a CDU também acha que o que está a acontecer com estas portarias que estão a sair, porque esta já é uma segunda, é uma autêntica vergonha, e é completamente inaceitável. O governo tem que decidir, ou é a favor das áreas protegidas ou extinguias e acaba com elas.

----- Aqui no Município também já temos falado nisso para outros efeitos. Uma área protegida pretende preservar a biodiversidade, pretende preservar ecossistemas, pretende preservar fauna e flora muito especial, mas não há nenhuma em Portugal que seja habitada por humanos, e portanto se é habitada por humanos a primeira espécie a preservar são os humanos, os seres humanos, os homens e as mulheres. Depois vêm com aquela treta de que é preciso que o ICNB, agora também já é B, é que se torne auto-sustentável, e isto atravessa todos os departamentos do Estado e coloca ...já acabou os três minutos?

----- **Presidente da Mesa** – Já terminou os três minutos.

. ----- **José Brinquete** – Não terminou nada, Senhor Presidente, chamo atenção, chamo atenção, que para além do tempo que cada um tem por cada um nova moção, temos direito a mais três minutos. É verdade ou mentira?

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Deputado é verdade, é verdade.

----- **José Brinquete** – Então... ..

----- **Presidente da Mesa** – Não, eu estou a dizer, um minuto, a Mesa vai proceder e tem vindo a proceder, não foi o caso de hoje que os senhores têm correspondido de facto na integra com os tempos, mas quando faltar um minuto para intervenção nós avisamos os senhores deputados.

----- **José Brinquete** – Obrigado. Portanto dizer que o que se passa é inaceitável, as pessoas que vivem nos Parques não têm culpa de lá viver, aliás foram até elas que preservaram toda aquela paisagem e toda aquela realidade, para que hoje se pudesse criar um Parque. E portanto nós vamos votar a favor mas com uma, só estarmos a favor com uma condição, que é, que isto não seja uma exigência só específica para o nosso Parque, qualquer dia é só para a nossa rua. Este é um problema nacional e portanto propunha aos proponentes **que fosse a revogação da portaria**, porque há uma que já foi revogada, que ainda era mais escandalosa, e esta continua a não resolver o problema principal que é as populações que vivem nesses Parques não podem ser prejudicadas, as do nosso Parque e dos restantes. Não terá grande força, como calculam, se nós só pedirmos para nós, ou se só exigirmos para nós. Isso não tem força nenhuma. Ou estamos com um objectivo maior que é de todos os pobres que vivem nos Parques, ou então isto é um pecado lutar só pela nossa paróquia.

----- Portanto a sugestão era que fosse a revogação da portaria e a isenção das populações das áreas protegidas de qualquer taxa. Este é que seria o grande objectivo, em meu entender. .

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado.

----- Ana Cláudia, faça o favor.....

----- **Ana Cláudia** – Não podia estar mais de acordo com o colega da CDU, obviamente que o que acabou de dizer tem toda a pertinência, mas eu também acho que devias acautelar outra coisa e que temos que ter a noção de como é que são elaborados os planos especiais de ordenamento do território, entre quais constam os planos de protecção, e efectivamente nas comissões de acompanhamento está lá o Município, das áreas. Portanto eu creio que além de sermos nós, enquanto munícipes, a lutar pelos nossos interesses, que temos um órgão representativo em sede das comissões de acompanhamento e na emissão dos pareceres, devia ser demonstrado onde é que os nossos municípios defendem os nossos interesses. Portanto acho não nos podemos aliar do processo de elaboração dos planos e lamento informar-lhe, Telmo, é verdade, são os particulares que têm que fazer a prevenção da defesa da floresta, a não ser que o próprio Município crie o plano de defesa da floresta, seja contra incêndios, seja o quer que seja, e eu desconheço o plano de defesa da floresta contra incêndios de Bragança. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Senhora Deputada. Victor Prada Pereira, não sei se quer acrescentar algo, lembro que tem dois minutos.

----- **Victor Pereira** – Eu quero acrescentar e quero dizer que souo determinantemente contra este tipo de legislação. Quero dizer que já o ano passado ou há dois anos, salvo o erro, quando foi o plano de ordenamento do Parque Natural de Montesinho, fomos a principal força politica que nos debatemos contra, fizemos pressão, a todos os níveis, contra esse plano de ordenamento, e obtivemos algumas alterações. E agora a prova é que efectivamente vem aqui esta norma, esta portaria, que efectivamente é feita por gente que, se calhar, por um lado, e eu assumo aqui a palavra com toda a força que tem, fanática, porque isto não é conservar a natureza.

----- Meia dúzia de pessoas que saem das universidades, e eu já ouvi dizer isto a gente do Parque Natural de Montesinho, gente com muito experiência, porque por lá passou, e que ajudou a construir o Parque natural de Montesinho, gente fanática que sai das universidades, com aquilo que lhes empinam, aquilo que decoram nos livros, e que depois tentam por na prática coisas que nem conhecem e desconhecem completamente a realidade.

----- E portanto nós somos determinantemente contra isto, mas também queremos que a Ex.ma Câmara Municipal que ajude e faça pressão neste sentido para eliminar muitas das coisas que estão nesta portaria, porque isto é efectivamente inadmissível.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Uma intervenção de Nuno Reis, Partido Social Democrata, tem a palavra.

----- **Nuno Reis** – Muito bom dia, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da AM. A minha intervenção é motivada, desde logo, para prestar um esclarecimento à Dr. Cláudia Guedes de Almeida e dizer-lhe que o Município de Bragança tem um plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, e é está verdadeiramente aprovado é eficaz e tem um plano operacional devidamente aprovado nos termos da lei.

----- Depois dizer, dizer também ao Partido Socialista, que desde logo refutar e recusar esse ideia que o Partido Socialista foi a principal força de combate a algumas das opções que vierem a ser preconizadas, até pelo Governo do Partido Socialista na altura, a respeito daquilo que foi o plano, o plano de ordenamento da área do Parque Natural de Montesinho.

Ninguém se bateu mais, deste Município, do que os Presidentes de Junta, do que a Câmara Municipal e do que o Partido Social Democrata, para que algumas das opções que lá estavam previstas, fossem removidas. E a verdade é que o PS lá foi andando, sem grande convicção é certo, mas lá foi andando, lá foi andando, porque aquilo que consta para os registos, aquilo que fica na história, foi o Partido Social Democrata e foram os Presidentes de Junta desta área do concelho que se debateram fortemente para que algumas das opções que lá estavam previstas, depois não fossem concretizadas.....

----- E portanto dizer também uma coisa, se há razão para eu vir fazer aqui esta intervenção, ela radica muito também na intervenção que o deputado Victor Prada Pereira agora tomou. Porque o Victor Prada Pereira, sendo dirigente do Partido Socialista, parece querer imputar um conjunto de responsabilidades a técnicos que efectivamente não as têm. Porque a decisão de suspender a vigência da anterior portaria, sobre a qual nos pronunciámos nesta Assembleia, foi da nova Ministra do Ambiente. E decisão de fazer vigorar estas taxas e a opção de fixar os valores destas taxas é também da Ministra do Ambiente, não é de quaisquer técnicos fanáticos. E portanto o Partido Socialista, nesta Assembleia, tem que assumir as suas responsabilidades, e assumir que esta portaria e estas taxas são acto político e são uma opção estratégica de voltar a sacrificar as populações das áreas desprotegidas, não só de Bragança, das áreas protegidas deste país todo, condicionando o seu desenvolvimento.

----- E portanto Senhor Deputado esta tentativa de desresponsabilização política de quem tem nesta matéria responsabilidades é a todos os títulos intolerável inadmissível e eu, desde já, me desmarco dela. Porque a responsabilidade é da Ministra, é da Ministra, é do Governo e os senhores são solidários com o Governo e com o vosso Partido Socialista a nível nacional, devem dizer-lo, porque não pode haver um discurso do Partido Socialista a nível nacional e o discurso do Partido Socialista a nível local. Vocês são todos Socialistas, vocês defendem e lutaram pelas causas do vosso Governo e são co-responsáveis pelas opções que os vossos ministros assumiram e adoptaram. E portanto neste domínio, não querendo quebrar os eventuais consensos necessários para aprovação da lei, acho que cada um de nós deve assumir as suas responsabilidades e quando em certos momentos, deputados do Partido Socialista, vieram a esta bancada, vieram a esta tribuna dizer que havia divergências

no âmbito do Partido Social Democrata, eu devo dizer, então é altura de vocês assumirem as vossas divergências, é altura de assumir as vossas responsabilidades. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Ora bem, não há registo de mais intenções para intervenções.

----- Entretanto a Mesa quer lembrar ao subscritor desta proposta, se pretende alterar o texto, foram solicitadas aqui, já...você colocou “eliminar” - que elimine as taxas que dizem respeito a esta portaria - Não é? Mas foi solicitado aqui se queria alterar este texto para derrogação da portaria. Mantêm-se como está a moção. Ainda vai haver uma intervenção , portanto, pense nisso e dirija-se aqui à Mesa para proceder às alterações que achar convenientes.

----- A Mesa lembra ao subscritor se pretende fazer alguma alteração ao texto que está aqui escrito na moção. Mantêm-se o texto como está? Não. Entretanto, o tempo passa, nós temos que acelerar e votar esta matéria.....

----- Enquanto se está a proceder aqui à alteração, a Mesa quer informar os senhores deputados que há deputados, que chegaram já depois do período regulamentar. E sobre essa matéria que fique claro, o regulamento é claro, quem vem depois do horário que é, neste caso, meia hora da hora que está marcada para a sessão que é nove e meia, dez da manhã, quem vier depois desse horário, não assina a ficha de presença e tem falta. Que fique claro sobre essa matéria.

----- A Mesa quer chamar mais uma vez a atenção dos senhores deputados, deste facto, não criámos caso nenhum, apenas cumprimos o Regulamento.

----- Está alterada a Moção, a Mesa vai ler só a parte final:.....

----- **“ A AM reunida em 30 de Abril de 2010 delibera propor à Administração Central que, proceda à revogação da portaria Nº 138-A de 2010 de 4 de Março, com a isenção das taxas para os residentes”**.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.**.....

----- **Declarações de voto?** Registamos dois pedidos de declaração de voto, primeiro Victor Prada Pereira e a seguir José Brinquete da CDU.

----- **Vítor Pereira** – Como não podia deixar de ser, o nosso voto foi favorável à moção, sendo que, e porque o Partido Socialista de Bragança sempre assumiu as suas responsabilidades, o Partido Socialista de Bragança não é acéfalo, o Partido Socialista de Bragança tem pessoas que pensam e quando é necessário discordar seja das medidas, seja ela qual for, do governo, em favor, em favor das nossas populações, seja qualquer outro tipo de medida, o Partido Socialista fê-lo e fazê-lo-á sempre que necessário, para que fique bem registado.

----- E quero dizer-lhe mais, em relação às lutas que se fizeram contra o plano de ordenamento do Parque Natural de Montesinho, nós inclusivamente pedimos, fomos os únicos que tivemos a coragem de pedir a demissão do Senhor Presidente do ICNB, se bem se lembra.

----- E quero lhe dizer mais, já que se fala em Partido Socialista local e em Partido Socialista distrital. Foi um autarca do Partido Socialista, e é um autarca do Partido socialista, que tem mais enfrentado, e de que maneira, a política deste Ministério do Ambiente em relação ao Parque Natural de Montesinho. Esse autarca chama-se Américo Pereira e é de Vinhais.

----- **Presidente da Mesa** - Muito Obrigado, Senhor Deputado, José Brinquete, da CDU, faça o favor, para a declaração de voto.

----- **José Brinquete** – A CDU votou a favor e congratula-se pela correcção final, porque assim a reedificação ganha outra dimensão e outra robustez, aliás se a moção não tiver no fim, para o senhor Presidente da Republica, senhor Primeiro Ministro, grupos parlamentares, era importante que ficasse também essa recomendação, se não fica entre estas quatro paredes, não é?

----- A CDU também vota ou teve esta votação, votou favoravelmente dentro deste conceito porque também entende que as portarias e os decretos-lei não são feitos por técnicos fanáticos, são feitos por responsáveis políticos, e não se pode fugir a essa questão, por muito jeito que dei-a ao partido que está no poder em cada circunstância, temos que assumir responsabilidades. É a política do governo de quem quer viver num Parque que pague uma taxa. De qualquer maneira também nos parece que foi positivo o PS, estar a desvincular-se desta posição. O PS de Bragança, os militantes do Partido Socialista de Bragança, desvinculem-se desta anormalidade da política governamental.

----- Por ultimo dizer, que o doutor Américo Pereira para a comunicação social diz umas coisas, na assembleia municipal, dele, diz outras. Votou contra uma moção, e o PS, todo, votou contra uma moção da CDU, contra, que era para a revogação destas taxas, e depois na comunicação social diz cobras e lagartos. Portanto do ponto de vista institucional dos cargos que tem não pensa a mesma coisa. Para que a verdade conste fica também aqui este testemunho.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.....

----- Terminaram as declarações de voto, vamos para a intervenção. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Rebordãos.

----- **Adriano** – Bom dia a todos, outra vez. Queria fazer dois ou três reparos, e queria ler uma nota que eu tive uma reunião, eu e o Paulo de Rabal, com o Senhor Director de Finanças Dr. Luís Mário, e ele pediu-me para falar com os colegas Presidentes de Junta sobre um assunto que eu passo a ler.....

----- “Chegou ao conhecimento deste Serviço de Finanças, que a maioria das Juntas de Freguesia já possui toponímia nas suas ruas. Tendo em conta que a lei geral tributária, no Nº 2 do artigo 19 estipula que é obrigatório, nos termos da lei, a comunicação do domicilio do sujeito passivo à Administração Tributária, procedimento do processo tributário diz que os interessados que intervenham ou possam intervir em qualquer procedimento ou processos no serviço de Administração Tributária, ou nos tribunais tributários, comuniquem no prazo de quinze dias qualquer alteração do seu domicílio ou sede, venho junto de Vossa Excelência solicitar cooperação neste processo, no sentido de evitar coimas aos contribuintes, por não terem agido em conformidade ou no prazo legal.....

----- Assim, solicito que apele a todos os contribuintes da sua freguesia, que ainda não procederam à actualização da morada, que o façam de imediato. Em alternativa poderá você servir-se da tabela anexa, proceder ao preenchimento dos campos, com os dados correctos e posteriormente remete-los a este serviço de Finanças. Nos temos aqui anexos vamos pedir aos serviços de Apoio da Assembleia, que nos dêem uma cópia, a cada Presidente de Junta, e depois cada um, em sua freguesia, deve pôr um edital a dizer que: quem não tem, nas Finanças, a morada certa, passar pela Junta de Freguesia e ficar aqui e depois nós devolvermos às Finanças. Ò! pá devemos ter que ajudar, porque não podem

todos vir aqui a Bragança a alterar, então nós fazíamos a alteração nas nossas sedes de Freguesia.

----- Também queria pedir, nós os Presidentes de Junta não temos nada que nos identifique. Senhor Presidente da Câmara, não sei se é consigo se é com o Presidente da Assembleia, nós temos que ter uma identificação. Neste momento nós não conseguimos levantar nenhuma carta nos correios, porque nada nos identifica. Temos que vir com o livro de actas com o selo branco e não é cómodo. Por isso temos que arranjar um cartão para nós, para os secretários e tesoureiros da Junta, porque não temos identificação nenhuma, mesmo nas nossas freguesias, quem aparece de fora dizemos que somos o Presidente e as pessoas ficam a desconfiar, que não temos nada que nos identifique. Por isso, nós já tivemos aqui a primeira vez que eu vim aqui nesta Assembleia, que era o senhor Henrique Ferreira o Presidente da Mesa, ele deu um cartão a cada membro. Não sei como isso vai ser mas tem que tratar disso o mais urgente possível, e é só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente de Junta. Estão terminadas as intervenções que tinham sido solicitadas, pelo que damos por terminado, o período antes da ordem do dia.

----- Eu queria, entretanto, porque não o fizemos no início, passar muito rapidamente à leitura da correspondência recebida e emitida pela AM no período compreendeu entre a anterior Assembleia do dia 26 e a de hoje. Muito rapidamente.

----- (ver página seis).....

----- Está terminada a leitura da correspondência para ficar registada para o futuro, na sessão desta AM.

... ..

----- **Presidente da Mesa** - Querias fazer uma intervenção? Uma intervenção. Ainda tinha sido pedida, houve aqui uma pequena descoordenação aqui com a Mesa. Uma matéria que terá de ser discutida depois na Comissão Permanente e tem a ver com as faltas e participação dos membros, não vamos falar sobre isso agora, reservaremos para a Comissão Permanente um debate sobre esta matéria, traremos depois para a AM. Lourenço faz o favor. -

----- **Lourenço** – Bom dia, Senhor Presidente, caros elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, caros Vereadores, companheiros desta Câmara. O assunto que

efectivamente queríamos trazer aqui, ou queríamos pelo menos lançar aqui, um alerta para todo o nosso Município. É na sequência de termos conhecimento da existência de uma proposta de reorganização de rede escolar na área deste Município. Este assunto é efectivamente de uma gravidade e de uma sensibilidade tal, em nossa opinião, que não podíamos deixar, nesta sessão, de abordar e vínhamos propor, atendendo que tivemos conhecimento ou digamos, o aprofundamento desta matéria foi realizada a nível de reunião de Câmara pelo Vereador eleito pelo Movimento Sempre Presente. E o que vínhamos era a solicitar, nessa sequência já houve alguma tentativa de respostas por parte do Executivo, não cabal, e acho que ainda veio lançar mais questões e dúvidas sobre esta matéria e o grupo parlamentar do Movimento Sempre Presente vem, ao abrigo do artigo 48 Nº 3 lei 169/99, na redacção aprovada pela lei de 5-A de 2002, requerer ao Plenário que solicite ao Vereador Dr. Humberto Rocha esclarecimentos e que nos ponha a par desta matéria, que visa efectivamente o encerramento de várias escolas nas aldeias, que visa o encerramento de escolas na cidade, e que implica um conjunto de consequências, tanto para as crianças em primeiro lugar obviamente, assim como para o pessoal docente e não docente e acho que era importante fazermos um ponto de situação sobre esta matéria e saber-se o que é que se está efectivamente a passar neste assunto.....

----- Por conseguinte, ao abrigo do articulado referido solicitávamos que o Plenário aprovasse a prestação de informações do Senhor Vereador, e era isto que vos solicitava.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, quer-se renunciar sobre esta matéria?

----- Plenário, quer-se renunciar sobre o que se acaba de ser solicitado?.....

----- Pedidos de esclarecimento, no fundo, sobre esta matéria há alguém do Plenário que queira... ..

----- Registei uma intervenção, também um pedido de intervenção por parte da Senhora Presidente de Junta de Izeda, mas não é sobre o caso que agora acaba de ser trazido à Assembleia? É a seguir, é a seguir. Doutor Cadavez dizia alguma coisa? Então faça o favor.

----- **Carlos Cadavez** – Bom dia a todos. Desde que eu me lembro, perto de trinta anos e que nesta Assembleia já várias vezes, principalmente no principio da década de oitenta, foi solicitado sempre aos Vereadores para dar a sua impressão sobre aquilo que se passava,

qual era a sua opinião pessoal, e nunca esta Assembleia autorizou esse tipo de situação. Tudo o que se passa em termos de Executivo, é o Presidente da Câmara que deve informar, é o Presidente da Câmara que deve informar a Assembleia Municipal. Excepções, foram pedidas várias e eu lembro-me mais precisamente no princípio da década de noventa e nunca esta Assembleia autorizou.

----- **Presidente da Mesa** – No cumprimento... faça favor de vir ao microfone, sim, estás a pedir a palavra, não é?

----- **José Lourenço** – Ora, na sequência das palavras do Doutor Cadavez, a lei mudou, à parte da lei mudar acho que a nossa forma de estar perante quem nos elege, perante as pessoas que estão lá fora, também deve mudar. A matéria que está aqui a ser abordada neste momento acho que se envolve de uma importância para o futuro da região, que não é, acho que não pode ser, não permite esse tipo de atitudes que o senhor doutor teve.

----- Se o Senhor Presidente de Junta de Rebordãos quiser explicar à sua população porque é que a escola de Rebordãos vai ser encerrada, no plano que existe, ou não, se quiser falar sobre isso. Se a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Izeda não quiser explicar à população porque que no plano está previsto o encerramento da escola vertical do agrupamento de Izeda, não vamos falar sobre isso!? Se não se quiser falar sobre o conjunto de professores e funcionários educativos que vão ter que ser integrados não se sabe bem aonde, não vamos falar sobre isso!? E principalmente não se quiser falar sobre as crianças que vão ter que se levantar uma hora e meia, duas horas mais cedo para poderem partilhar as salas de aula com os alunos da cidade, não vamos falar sobre isso!? Acho que é uma opção de todos nós, se entendermos que devemos calar-nos, calemo-nos. Acho que as escolas são o nascer do dia, e dá-me a impressão que isto está a ser um por do sol nas escolas. Façamos como entendermos.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, então eu só quero lembrar porque de facto houve alterações regimentais sobre esta matéria, relativamente ao mandado anterior, eu passava a ler para esclarecimento de alguns deputados, porque pode fazer alguma confusão com questões que aconteceram aqui no passado nesta Assembleia.

----- Secção V, que diz: “Da participação de outros elementos”, artigo vigésimo sexto – “Participação dos membros da Câmara na Assembleia Municipal”, ponto 3 – “Os vereadores devem assistir às sessões da AM sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a

voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal”.

----- É que, de facto, no Regimento anterior os vereadores, caso o Senhor Presidente da Câmara não mostra-se vontade de participação de um qualquer vereador, não podiam fazelo. Neste Regimento foi feita uma alteração, portanto a solicitação do Plenário ou com a anuência do Senhor Presidente da Câmara.

----- Senhor Presidente de Câmara não manifestou nenhuma intenção contrária, a questão que é colocada ao Plenário portanto quem se... vamos proceder portanto de acordo com o que foi solicitado pelo senhor deputado.

... ..

----- **Presidente da Mesa** - Sim, sim, exactamente, o Senhor Presidente de Câmara não manifestou vontade nem contrária nem a favor, portanto não manifestou nenhuma expressão sobre essa matéria.

----- O Plenário pretende então ouvir o Senhor Vereador, Doutor Humberto Rocha, sobre a matéria que foi colocada?

----- **A proposta foi aprovada com maioria, com nenhum voto contra, onze abstenções e 64 votos favoráveis.**

----- Declarações de voto? Eduardo Malhão.

----- **Eduardo Malhão** - Bom dia a todos, mais uma vez. É obvio que o Grupo Municipal do PSD não teme o debate aberto, é um partido democrata e é um partido que gosta de estimular o debate e participar no debate. É só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, senhor Doutor Humberto Rocha.

----- Tem a palavra a Câmara Municipal, dispõe da totalidade de tempo, tem

... ..

----- **Presidente da Mesa** - Declaração de voto? Eu peço desculpa, faça o favor senhor deputado, mas a Mesa quando solicita que o Plenário se prenuncie para declarações de voto etc. que avisem de imediato. Declaração de voto.

----- **Maria Rosa** - Bom dia a todos. Eu só venho dizer que realmente me absteve porque tenho conhecimento, não que eu quero esclarecer a minha população daquilo que se está a passar, mas porque efectivamente não há uma proposta escrita, ao não haver uma proposta

algo palpável, portanto não vamos, não vamos fazer demagogias sobre aquilo que efectivamente ainda não existe.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Doutor Rocha, faça o favor, tem a palavra.....

----- A Mesa quer informar, ao Plenário, que está praticamente esgotado o período de sessenta minutos do Período Antes da Ordem do Dia, o que por forma em termos regimentais não podemos continuar depois da intervenção do Doutor Rocha, não podemos continuar os trabalhos, e vamos terminar este ponto. Doutor Rocha faça o favor.

----- Começámos os trabalhos eram dez horas e quinze minutos, portanto está o período praticamente esgotado. Doutor Rocha tem quatro minutos.

----- **Humberto Rocha** – Senhor Presidente da AM, Senhor Presidente da Câmara, Senhores membros da Mesa, Caros colegas Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados Municipais, público assistente.

----- Senhor Presidente da Mesa, começa por me dizer que tenho quatro minutos para falar, o que eu tenho para dizer também é muito pouco e vou resumi-lo, se calhar, a três. Ora bem, eu tive conhecimento, antes da penúltima reunião de Câmara, de que haveria uma proposta do Delgado da DREN, foi assim que a questão me foi apresentada, no sentido de proceder ao encerramento das escolas em Izeda. E a conversa da pessoa que me informou começou assim: Então os seus vizinhos lá vão ficar sem escola, isso, o que é que se passa? A escola de Izeda vai fechar tanto no pré-primário como no primário e perspectiva-se também o encerramento do secundário.

----- Eu disse - só pode estar a brincar comigo.

----- Ele Diz - não! e a questão é tanto mais grave quanto é certo, que o fecho dessas escolas se estende a todas as escolas do concelho com menos de 21 alunos.

----- Eu disse - não posso acreditar naquilo que você diz, ninguém se atreveria a cometer uma barbaridade dessas.

----- Entretanto fiquei apreensivo com esta questão e no dia seguinte como tinha reunião de Câmara, eu aproveitei, como é óbvio, para colocar a questão tal como me tinha sido apresentada. Dá-se a coincidência do Senhor Presidente da Câmara não estar presente, mas é de realçar que tanto a Senhora Vereadora, como o Senhor Presidente em exercício de funções, Engenheiro Rui Caseiro, se disponibilizaram a prestar os esclarecimentos que eu

pedisse. Entendi, no entanto, que esses esclarecimentos deviam vir da boca do Senhor Presidente da Câmara, como responsável máximo pelo concelho.

----- No entanto deixei em acta que está ao acesso de todos, não é novidade para ninguém, uma série de questões a que eu queria que o Executivo, pela pessoa do Senhor Presidente, me desse resposta. A resposta veio na ultima reunião de Câmara, portanto na passada segunda feira, mas também, digamos, o Senhor Presidente além de me adiantar a sua discordância, com aquilo que se perspectivava, não pôde, ou não quis, ou não teria elementos, mais elementos disponíveis para me acrescentar, portanto não esclareceu muitas das questões que eu tinha colocado.

----- Agora o que eu quero dizer em relação a isto, porque também sou Vereador, também tenho responsabilidades e ver-me confrontado, seja qual for o caminho que se adopte, para tratar deste tipo de assuntos e ver-me confrontado com a necessidade de tomar posição em reunião de Câmara, e o que eu quero dizer, é que uma proposta desta natureza merece o meu repúdio total e absoluto.

----- Nós não estamos a falar de questões de somenos importância. Estamos a falar de crianças, estamos a falar de pessoas e de crianças, tomem nota, a partir dos três anos de idade, e se a lógica de quem manda nestas coisas passa por poupar dinheiro, eu digo-lhes, fico fracamente preocupado, porque são crianças, repito, com três anos de idade, que a concretizar-se esta proposta, esta monstruosidade desta proposta que é apresentada como sendo autoria do doutor Luís Martins, nós vamos ver pegar nessas crianças, todos os dias, enfiá-las no autocarro, crianças com três anos de idade, enfiá-las num autocarro e despeja-las num qualquer centro escolar, seja o da Sé, seja o de Santa Maria.

----- Não podemos contemporizar com situações desta natureza, são problemas que atingem as freguesias envolvidas neste processo, mas que atingem todo o concelho. E o apelo que eu deixo aos senhores Presidentes de Junta e aos membros desta Câmara é que independentemente de qualquer divergência de ordem politica ou pessoal saibam unir-se, saibam unir-se e fazer uma frente comum para impedir que esta barbaridade seja posta em prática. Pela parte que me toca, eu não terei qualquer problema votar ao lado do Executivo ou votar qualquer proposta que surja dos Vereadores do Partido Socialista, para tentar

contrariar aquilo que se perspectiva como sendo uma solução para a reestruturação da rede escolar.

..... É evidente que eu preferia dizer isto que vou dizer de seguida, olhos nos olhos, ao doutor Luís Martins, mas também não vale a pena, digamos, lançar demasiadas achas para a fogueira neste momento, e penso que tem de imperar o bom senso, de qualquer maneira eu não posso deixar de dizer ao doutor Luis Martins o seguinte: Se esta proposta, que aparece como principal autor, é o preço político que a pagar pela sua recente nomeação, eu sugiro ao senhor doutor Luís Martins, que se demita ou se demarque desta proposta, porque no caso concreto de Izeda a população certamente lhe agradecerá e quanto ao concelho também não lastimará, digamos assim, a sua partida, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado Senhor Vereador. damos por terminado.... ..

.....

----- **Presidente da Mesa** – Não, peço desculpa, fazeis intervenção no período da ordem do dia. O período antes da ordem do dia está terminado. Peço desculpa, vamos iniciar o período de imediato. O período antes da ordem do dia tem sessenta minutos está terminado, peço desculpa. A Mesa dá por terminado o período antes da ordem do dia. Tendes tempo a seguir, para falar. Acabou o período antes da ordem do dia. Bem, vamos esclarecer. Regimentalmente o período antes da ordem do dia, está claramente identificado na lei e no nosso Regimento, tem sessenta minutos. Estão esgotados, não há mais disponibilidade da Mesa para vos dar a palavra. As intervenções que entenderem fareis essas intervenções no período da ordem do dia, se entenderdes.

----- Está terminado o período antes da ordem do dia, pelo que passamos ao período da ordem do dia, com a apreciação de informação escrita do senhor presidente da Câmara, sobre o estado e vida do Município.

PONTO 4 – PARÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO 4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara

sobre o Estado e Vida do Município.

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO –

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 26 de Fevereiro de 2010, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia

As actividades no âmbito da secção decorreram com regularidade ao nível da arrecadação da receita.

De 1 a 31 de Março de 2010 o total da receita arrecadada ascendeu a 256.921,05€.

1.1.2 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 12 de Abril de 2010, a execução bruta do Orçamento da receita é de 21,5% (no montante de 8.684.260,25 euros), para um Orçamento da despesa paga de 21,13% (no valor de 8.530.088,80€) em relação às previsões do orçamento municipal de 2010, no valor global de 40.369.000,00€.

Foram, deliberados em reunião de Câmara, a atribuição dos seguintes apoios: - Transferências para as Juntas de Freguesia: 111.101,76€; Subsídios e Participações: 22.279,48€.

1.1.3 – Tesouraria

O processo de recebimentos e pagamentos decorreu com um movimento ligeiramente inferior comparativamente ao período homólogo do ano anterior tendo, até 31 de Março do corrente ano, sido realizados os seguintes procedimentos: registo de leituras de contadores – 1299; recibos de água cobrados – 13543; guias de receita cobradas – 4794; ordens de pagamento pagas – 2220; certidões de dívida emitidas – 1661.

1.1.4 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento

Durante o período de 1 de Fevereiro a 9 de Abril de 2010, no âmbito do **Aprovisionamento** foram abertos 31 procedimentos por Ajuste Directo referentes a aquisição de bens e serviços, tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns no valor total adjudicado de 244.405,78€+IVA. Foram emitidas 577 Notas de Encomenda no valor total de 445.918.58€,

correspondendo a uma despesa de capital de 136.475.85€, enquanto que a despesa corrente ascendeu ao montante de 309.442,73€.

No âmbito do **Notariado e Património** do Município, destacam-se a celebração das seguintes **Escrituras**: Escritura de Venda a Nuno Miguel Gonçalves Estevinho, do lote 1A, sito na Zona Industrial de Bragança, pelo valor total de 33.162,75 euros, destinado à construção de um edifício para fábrica de enchidos, prevendo a criação de 10 postos de trabalho; Escrituras de Venda relativas a 9 lotes sitos no Antigo Campo de Viação, Loteamento de S. Tiago, destinados a jovens e jovens casais, pelo valor global de 330.622,50 euros; Escritura de Venda à firma Bule, Soc. de Construção Imobiliária, Lda, conforme Hasta Pública realizada a 15/02/2010 - Lote A, sito na Quinta da Trajinha, em Bragança, pelo valor final de 183.600,00€.

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 4230 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 14 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – decorrem nesta secção os seguintes processos: 4 contratos de trabalho a termo certo; 10 contratos por tempo indeterminado; 7 aposentações. De salientar também, a colocação de 4 subsidiadas afectas ao Centro de Emprego de Bragança.

Estão a decorrer 5 estágios profissionais ao abrigo do PEPAL e 11 estágios curriculares, integrados na formação académica dos respectivos estagiários.

Na Secção de Cadastro e Remunerações, são realizadas as tarefas normais de processamento de salários, e informação de controlo de despesa com pessoal.

No Sector de Arquivo foram introduzidos 591 registo na aplicação informática ArqHist, que se destina à gestão da documentação histórica.

- **Informática e Sistema** - Para além das tarefas normais de funcionamento do Serviço, destaca-se a elaboração de uma candidatura para implementação de um projecto que engloba a modernização das escolas EB1 do Concelho, no valor de 478.825,65€ , abrangendo um total de 17 estabelecimentos de ensino, 44 salas de aula e 754 alunos.

Pretende-se com este projecto, apetrechar todas as salas de aula com computadores com acesso à Internet e com videoprojectores.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 – Sector de Educação – nesta área de actividade, destaca-se: acompanhamento e monitorização dos serviços de refeições e das actividades de enriquecimento curricular; actividades na Escola Fixa de Trânsito; acompanhamento do projecto “Cinema de Animação na escola” com os Jardins de Infância do meio rural; comemoração do Dia da Árvore; preparação do próximo ano lectivo; apoio à deslocação de um teatro de marionetas dirigido aos jardins de infância

2.2 - Área Cultural

Centro de Arte Contemporânea Graça Morais – No dia 10 de Abril foi inaugurada, no Núcleo de Exposições Temporárias, a exposição The Great Houdini de João Louro.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente a exposição “A Procissão”. Foram realizadas 29 visitas/jogo, solicitadas por escolas e instituições, nomeadamente de Mirandela, Matosinhos, Senhora da Hora, Valpaços, São Mamede Infesta, Espinho, Torre D. Chama, Macedo de Cavaleiros e Valladolid. Neste período visitaram o espaço 1 675 pessoas. Foi, também, promovido um concurso destinado às escolas “Arte ao Cubo”, com a participação de 20 escolas. Os prémios atribuídos foram três obras do artista Luís Melo. Foram realizadas várias visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Foram realizadas, neste período, 11 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro. Em termos de visitantes, até 15 de Abril, 1 274 pessoas visitaram o Museu.

Teatro – Durante os dois meses em análise, realizaram-se 15 espectáculos. Destaca-se a realização, durante o mês de Março, da coprodução com o Teatro da Garagem, “L.A. Lost Angels Project”, que envolveu alunos de escolas da cidade e praticantes do Parcours: a estrear o 27 - Festival Internacional de Teatro; 7 sessões do espectáculo para o público escolar do Patinho Feio; o V Capote Feminino e o espectáculo Caravan Cabaret. No mês de Abril, no âmbito do 27-FIT, realizaram-se três espectáculos, “Lufa-Lufa”, “Vai-se andando”. No dia 10 de Abril, realizou-se a homenagem aos actores António Feio e José Pedro Gomes com a colocação de um placa no Teatro Municipal, à semelhança do que aconteceu com as

actrizes Eunice Muñoz e Maria do Céu Guerra. No mês de Março, a taxa de ocupação foi de 92,40%, com 1990 espectadores.

Bibliotecas Municipais - Executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 1068 monografias na biblioteca municipal. Na secção infantil, realizaram-se algumas actividades: desenho e pintura, projecção de filmes, hora do conto, com a participação de 699 crianças. Na Biblioteca Adriano Moreira foram catalogadas durante este período 1459 monografias. Está patente no espaço da Biblioteca a Exposição “A poesia saiu à rua” organizada por alunos e professores da Escola Emídio Garcia. No dia 3 de Março realizou-se a Eliminatória Distrital do Concurso Nacional de Leitura 2009/2010 com a participação de 40 alunos, distribuídos pelo 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, de 11 Escolas do Distrito. Os alunos classificados para a final, em Lisboa, pertencem às Escolas EB2,3/S de Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Emídio Garcia.

Outras actividades – No dia 11 de Março, inauguração das exposições “CALEJO” de Luís Filipe Folgado e “ Ao redor de Pedras Rolantes” de Sileno JP, patentes no Centro Cultural. No dia 24 de Março, decorreu a comemoração do Dia da Poesia, com a colocação, na Rua Almirante Reis, de trabalhos de alunos de escolas da cidade e entrega de flores. No dia 7 de Abril, decorreu a comemoração do Dia da Saúde com diversas actividades. No dia 19 de Abril, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, realizou-se o percurso/visita à ponte Medieval São Lázaro e ao moinho do Sabor.

2.3 - Áreas do Desporto – Durante este período foram feitas a gestão e distribuição das instalações desportivas; o apoio à realização de torneios, competições oficiais; actividades orientadas na Piscina Municipal; apoio à coordenação do programa “Mexa-se”. Destaque para a realização das seguintes iniciativas: no âmbito do projecto “Bragança Saudável, Bragança Solidária” duas caminhadas rurais, nas freguesias de Serapicos e do Parâmio, com a participação de cerca de duas centenas de pessoas; V Maratona de Hidroginástica e V torneio Internacional de Natação da Cidade de Bragança.

No mês de Março, utilizaram os equipamentos desportivos municipais 15368 utentes.

2.4 - Área de Habitação e Acção Social

Acção Social: Atendimento social; realização de visitas domiciliárias nas Freguesias rurais e urbanas. Foram concentrados esforços, no âmbito da Acção Social Escolar, em processos relativos à CPCJ de Bragança, e colaboração em processos do Rendimento Social de Inserção

(RSI). Gestão, acompanhamento e classificação dos processos de isenção de casos atípicos sem aplicação do abono de família. Destacam-se ainda: Planeamento da 14ª Sessão Plenária, a realizar no dia 27 de Abril, para aprovação da adesão de novos parceiros; aprovação/ratificação dos pareceres técnicos relativos a equipamentos sociais, novas respostas sociais; Participação no Grupo Operacional da Plataforma Supra-Concelhia de Alto Trás-os-Montes, realizada em Mirandela, dedicada à discussão de boas práticas e definição de critérios de validação das mesmas.

No Sector da **Habitação Social**, destaque para a sinalização e acompanhamento de casos de pedidos de habitação urgentes.

2.5 - Área do Turismo - Durante o mês de Março, no Posto de Turismo foram atendidos 619 turistas, sendo a maioria de nacionalidade estrangeira, nomeadamente de Espanha. Foram realizadas duas visitas guiadas a pedido do Município de Espinho e da Associação Juvemédia. Foi distribuído material turístico, mapas e roteiros, a várias entidades.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo – Tratados 308 processos correntes.

3.2 – Divisão de Obras: Foram, neste período, abertos 7 concursos destacando-se a beneficiação, alargamento e pavimentação da E.M. 521 de S.º Pedro a Alfaião.

No período em análise foram adjudicadas obras e fornecimentos num valor de 186.547,71€, de onde se destaca o projecto de remodelação dos edifícios Sede do Município tendo em vista a implementação do Balcão Único de Atendimento

No âmbito da Divisão de Equipamento, foram efectuadas 21 intervenções de conservação de vias públicas/conservação de edifícios, com destaque para a reparação de escolas e fogos no Bairro Social da Mãe d'Água e Coxa para realojamento de novas famílias.

Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, destacam-se os trabalhos de limpezas e manutenções da rede viária municipal bem como a limpeza de caminhos e ainda o alargamento da estrada de ligação a Labiados (em execução) e da estrada de ligação desde a EN 208-Fronteira/ Rio Manzanias (concluída).

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Saneamento Básico

Procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes, a trabalhos de: mudanças de nome de clientes; execução de novas ligações; ligações após corte;

fugas/reparações, na cidade: à substituição da rede de abastecimento de água, na Rua Gil Vicente; na ciclovia, ampliação da rede de abastecimento de água para fornecimento ao IPB; na Estrada EN107-3, substituição da conduta de FF por PVC PN16 Ø200mm, devido ao desabamento da estrada; na zona Industrial das Cantarias, ampliação da rede de abastecimento de água. Nas aldeias: em Paço de Mós à reabilitação do reservatório de água; em Parada à limpeza do reservatório e da conduta de distribuição; Em execução as seguintes empreitadas: rede de saneamento básico de Calvelhe; substituição/ampliação da rede de água nas localidades de Deilão e Outeiro. Início da elaboração do caderno de encargos, tendo em vista a concretização da elaboração do Plano Estratégico da Rede de Distribuição de Água de Bragança (PERDAB); Foram elaboradas as peças processuais para abertura do concurso, tendo em vista garantir nova prestação de serviços de tratamento de águas; Em fase de conclusão a elaboração do projecto para execução das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento das águas residuais na localidade da Freixeda;

Finalização da execução do levantamento topográfico para elaboração do projecto de drenagem das ruas João Fernandes, Ana Garcia e do Bairro de S. Lourenço; Em fase de elaboração encontram-se os projectos para execução das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento das águas residuais nas localidades de Vilarino, Faílde, Fontes de Transbaceiro e Cova de Lua.

No âmbito da política de controlo da qualidade da água, no 1º trimestre de 2010, na ETA de Bragança, foram efectuadas 25 análises de rotina, tendo sido analisados 185 parâmetros. Nos sistemas independentes do Concelho de Bragança, realizadas 245 análises, e em Izeda 4.

No âmbito do **Dia Mundial da Água**, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas: instalados, nas torneiras dos edifícios do município, dispositivos redutores de caudal (cerca de 300); na página da Web do município, disponibilizado um módulo multimédia sobre as boas práticas para o uso eficiente da água; distribuído pelas escolas e ao público nos balcões dos edifícios municipais um CD didáctico sobre o tema “Água é Vida”; distribuídos gratuitamente no balcão de atendimento ao público, da Divisão de Saneamento Básico e ao balcão de atendimento da Tesouraria, redutores de caudal para instalação em torneiras domésticas, no acto de celebração de um contrato de fornecimento de água ou em acto coincidente com o pagamento de facturação destes serviços prestados.

Na Secção de Saneamento, realizaram-se trabalhos de manutenção da rede de colectores; execução de ramais domiciliários; desobstrução de colectores (117) e limpeza de fossas (58) na área rural do Concelho. No Bairro do Seixo, em execução a rede de saneamento básico.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

Espaços Verdes – Para além das tarefas normais de manutenção dos espaços, de destacar como actividades mais relevantes; Plantadas 410 árvores e 1073 arbustos em vários espaços verdes; cedidas 344 árvores e 237 arbustos às Juntas de Freguesia e Escolas do Concelho; participação na iniciativa “Limpar Portugal”; no Dia Mundial da Árvore, foram plantadas 120 árvores em Espaços Urbanos, com a participação de alunos das escolas do 1º Ciclo; no âmbito das comemorações do Centenário da República, foi plantado um carvalho negral, na Estação Rodoviária, e colocada placa comemorativa e caracterizadora; colocação de placas identificativas e caracterizadores de árvores classificadas (Teixos do Jardim da Gulbenkian e da Quinta da Trajinha - Unidade de Doentes Crónicos de Psiquiatria do CHNE).

Actividade Veterinária - Captura e abate sanitário de 16 canídeos errantes.

Manutenção Urbana – Repostos 23 pilaretes; acções de manutenção de sinalética - 71 sinais rodoviários; executados 17 rebaixamentos de passeios junto a passadeiras; reposição e manutenção de 10 sinais de trânsito; colocados 27 sinais novos; marcação lugares de aeronaves; manutenção dos parques infantis da Braguinha, Espinhosela e Zoio.

Cemitérios Municipais – asseguradas as actividades correntes de inumações e de limpeza em geral dos espaços.

Gabinete Técnico Florestal - actividades mais representativas: participação na elaboração da candidatura aos “Prémios Novo Norte” – Mobilidade Sustentável; preparação do programa de “Queimadas 2010”, no âmbito da CMDFCI; realização de reunião com todas as Comissões de Baldio para eleição do representante dos Baldios na CMDFCI; colaboração na elaboração de cartografia para o projecto “Limpar Portugal”; Vistorias às seis áreas requeridas para realização de queimadas no âmbito do programa de “Queimadas 2010” e instrução dos processos; elaboração de propostas para Spots Rádio no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Biodiversidade; preparação de apresentação didáctica para as escolas do 1ºCiclo, subordinada ao tema - Floresta.

Gabinete de Protecção Civil – Actividades mais relevantes: exposição “Riscos Naturais e Tecnológicos do Concelho de Bragança” na Escola Emídio Garcia – Semana da Protecção

Civil; simulacro de derrocada de habitação na Cidadela – Semana da protecção Civil, envolvendo os seguintes recursos da CMB: sete meios humanos, 3 viaturas e uma retroescavadora.

No dia 23 de Março realizou-se, nos Paços do Concelho do Município de Bragança, uma reunião motivada pelos impactos negativos causados pelo arrastamento, deposição e circulação de sedimentos na sub-bacia da ribeira da Aveleda/Baçal, relacionados com a extracção de inertes, na zona das antigas minas de Portelo, visando a avaliação da situação e dos danos ambientais e outros (do domínio público e privado), das causas que provocaram os respectivos danos e das eventuais medidas de remediação na origem para eliminação do foco de desagregação e arrastamento de partículas finas, de eventuais soluções para resolução definitiva na zona do areal, de medidas de recuperação a jusante, bem como o envolvimento das entidades presentes de acordo com as suas competências legais e forma de responsabilização do explorador dos inertes.

Estiveram presentes as seguintes entidades: CCDR-N; Empresa de Desenvolvimento Mineiro; Guarda Nacional Republicana – SEPNA; Direcção Geral Energia e Geologia; Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade ; Administração da Região Hidrográfica do Norte ; Junta de Freguesia de França e Junta de Freguesia de Aveleda.

4.3- Divisão de Transportes e Energia – acompanhamento das centrais mini-hídricas e micro fotovoltaicas. Procedeu-se ao ajuste directo para actualização da central de amplificação da Cidadela, por forma a permitir a recepção da Televisão Digital Terrestre espanhola e no futuro a portuguesa.

Participação na Sessão Pública de Apresentação da Agenda Regional para a Energia, realizada no dia 17 de Março de 2010, no Auditório Paulo Quintela, promovida pela Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste.

Na área de transportes, foi assegurado o funcionamento normal, em termos de transportes escolares, urbanos e de turismo.

Relativamente ao Aeródromo, no 1º trimestre foram verificados 627 movimentos de aeronaves e 867 embarque ou desembarque de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período de 2009, a uma diminuição de 17 % nos movimentos das aeronaves e a um a diminuição de 3,7 % no número de embarque e desembarque de passageiros.

No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao período homólogo, um aumento de 5,9% no número de embarque e desembarques de passageiros e um aumento de 11,9% nos movimentos das aeronaves. Foi aberto procedimento para a manutenção e assistência técnica dos equipamentos electrónicos do Aeródromo.

No que diz respeito aos parques de estacionamento, de salientar o registo de entrada, no 1º trimestre do ano, de 14.358 veículos no parque Camões e 53.888 veículos no parque Sá Carneiro.

Município de Bragança, 20 de Abril de 2010.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

Tomado conhecimento.

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.

... .. -

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa mas vós percebeis, essa matéria, e tendes tempo disponível durante o dia para falar sobre essa matéria. E estarão presentes os vereadores que entenderdes, naturalmente para apreciar a vossa comunicação.....

----- Senhor Presidente tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** - Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social, caros Vereadores da Câmara Municipal

----- O Estado e Vida do Município consta de documento distribuído aos senhores Deputados, pelo que não farei a sua leitura, procederei ao desenvolvimento de alguns tema, prestando os necessários esclarecimento se solicitados.

----- Na área cultural salientar algumas das iniciativas mais relevantes respectivamente no Centro de Arte Contemporânea e no Centro Cultural.....



Área Cultural (actividades mais relevantes)



- Exposição “A Procissão”;
- Exposição “The Great Houdini” de João Louro.



Área Cultural (actividades mais relevantes)

Centro Cultural

- Exposições: “CALEJO” de Luís Filipe Folgado e “Ao redor de Pedras Rolantes” de Sileno JP;
- Comemoração do Dia da Poesia, com a exposição, na Rua Almirante Reis, de trabalhos de alunos de escolas da cidade;
- No Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, realizou-se o percurso/visita à ponte Medieval São Lázaro e ao moinho do Sabor.





10 Abril: Homenagem a António Feio e José Pedro Gomes.



- **Teatro da Garagem** - "L.A. Lost Angels Project";
- **27 - Festival Internacional de Teatro;**
- Patinho Feio,;
- V Capote Feminino ;
- Caravan Cabaret;
- **27-FIT:** "Lufa-Lufa", "Vai-se andando";
- **Homenagem** aos actores António Feio e José Pedro Gomes.

- Biblioteca Municipal
- Biblioteca Adriano Moreira

- **Exposição** "A poesia saiu à rua";
- Eliminatória Distrital do **Concurso Nacional de Leitura** 2009/2010;
- Informatização de monografias;
- Organização consultas e apoio a actividades diversas.

- Fundação "Os Nossos Livros"

- **Exposições** temporárias – livros da doação de Fernando Vasconcelos - **Temas:** **A música** – uma convicção de Cultura, e **História de arte.**





Área do Desporto



• Projecto “Bragança Saudável, Bragança Solidária”: caminhadas rurais Serapicos , Parâmio e Grijó de Parada.



Área do Desporto



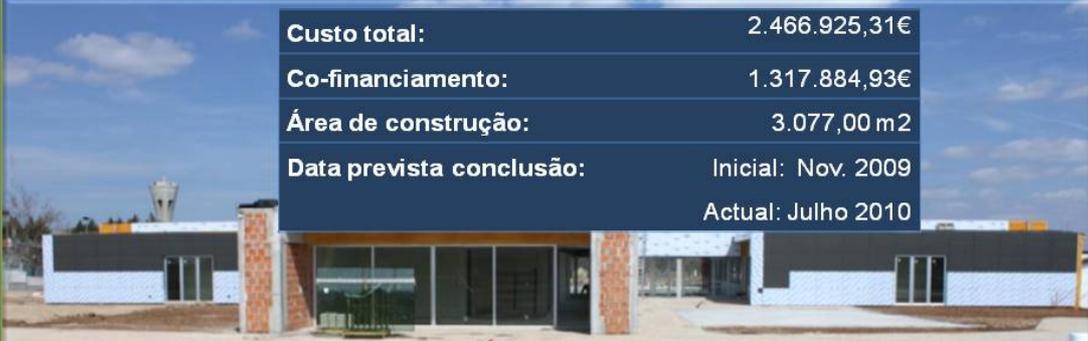
• V Torneio Internacional de Natação, com a participação de **210 atletas** distribuídos por 9 clubes de: Zamora, Vila Real, Santo Tirso, Chaves, Bragança, Vinhais, Mirandela;
• V Maratona de Hidroginástica, com a participação de **60 atletas**.





Obras – Centro Escolar da Sé

Custo total:	2.466.925,31€
Co-financiamento:	1.317.884,93€
Área de construção:	3.077,00 m ²
Data prevista conclusão:	Inicial: Nov. 2009 Actual: Julho 2010



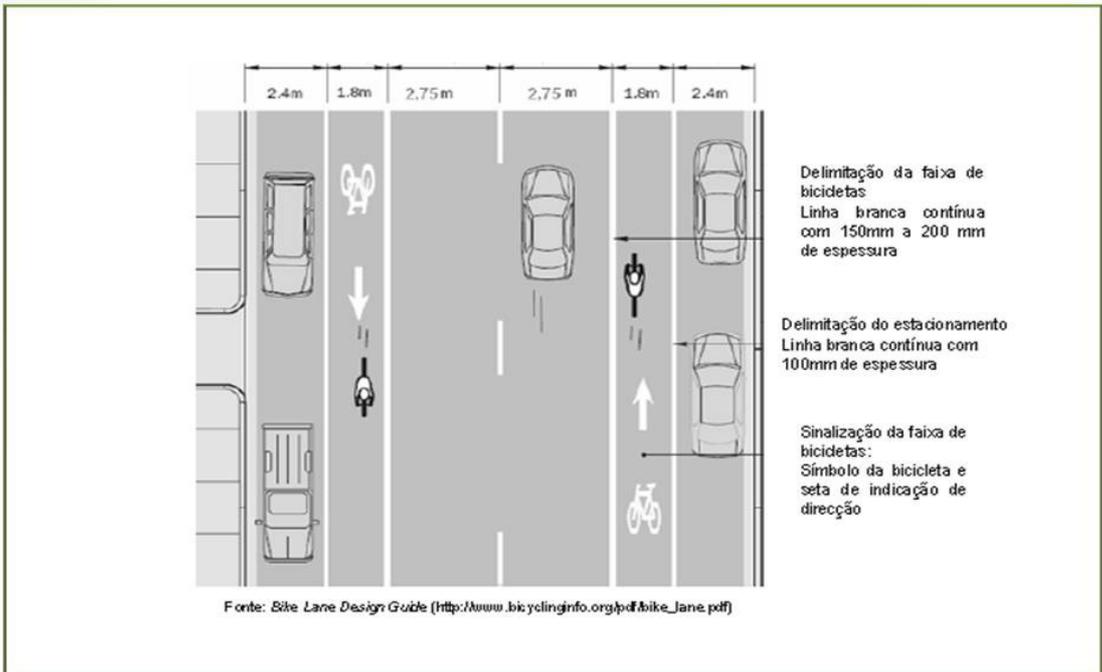
Obras – Ciclovia (1ª Fase) – 3,035 Km

Melhor Mobilidade,
Mais Sustentabilidade
Mais qualidade de Vida

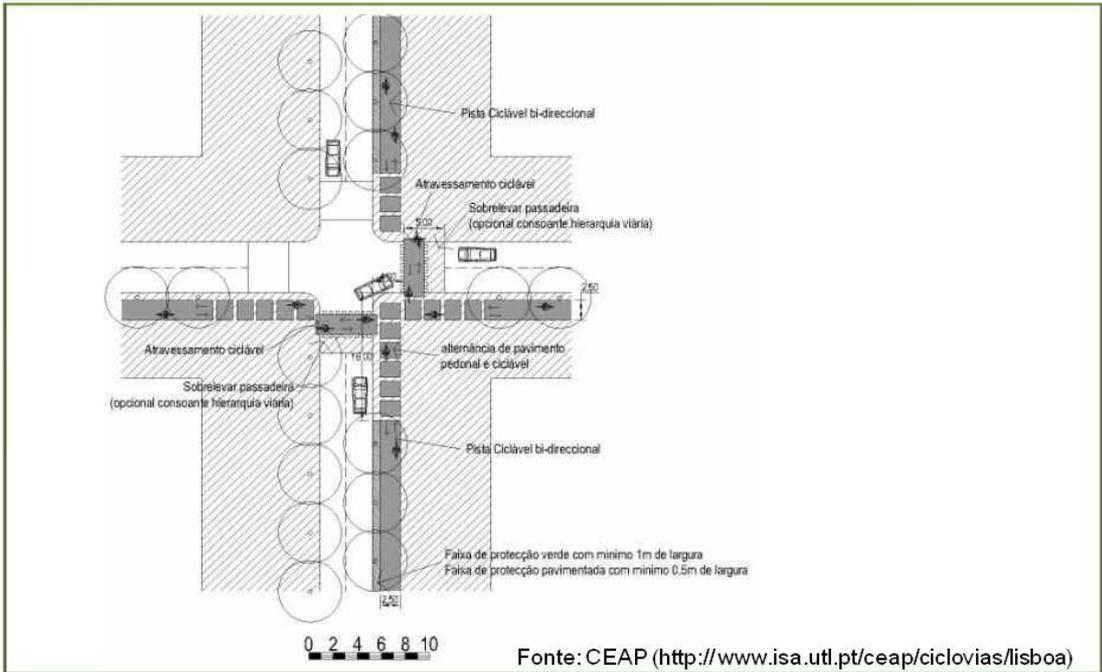


- Valor de adjudicação: 1,96 M€
- Previsão de conclusão: Set. 2010

Exemplo de Perfil de Ciclovia



Exemplo de Perfil de Ciclovia





Algumas soluções de ciclovias, construídas em cidades europeias com as quais podemos comparar a solução em construção na nossa cidade. Podemos comparar e perceber sendo as soluções de projecto, para as várias e diversificadas situações urbanas, projectadas de acordo com objectivos de melhoria da mobilidade urbana, as soluções são necessariamente diferentes, mas desenvolvidas com princípios básicos de engenharia e de enquadramento urbanístico. A solução projectada para Bragança, sendo adequada a um espaço específico, não deixa de cumprir de modo evidente bons princípios de projecto, o que fica mais evidente para quem não tem formação técnica própria, se comparadas as soluções agora apresentadas, de cidades de primeiro nível em termos europeus.....



Ciclovia de Paris



Ciclovia de Londres





Ciclovia de Viena



Ciclovia do Porto



Algumas referencias a trabalhos diversos de administração directa



Obras – Manutenção Urbana



Obras — Alargamento da ligação desde a EN 208-Fronteira/ Rio Manzanias (0,55 Km)





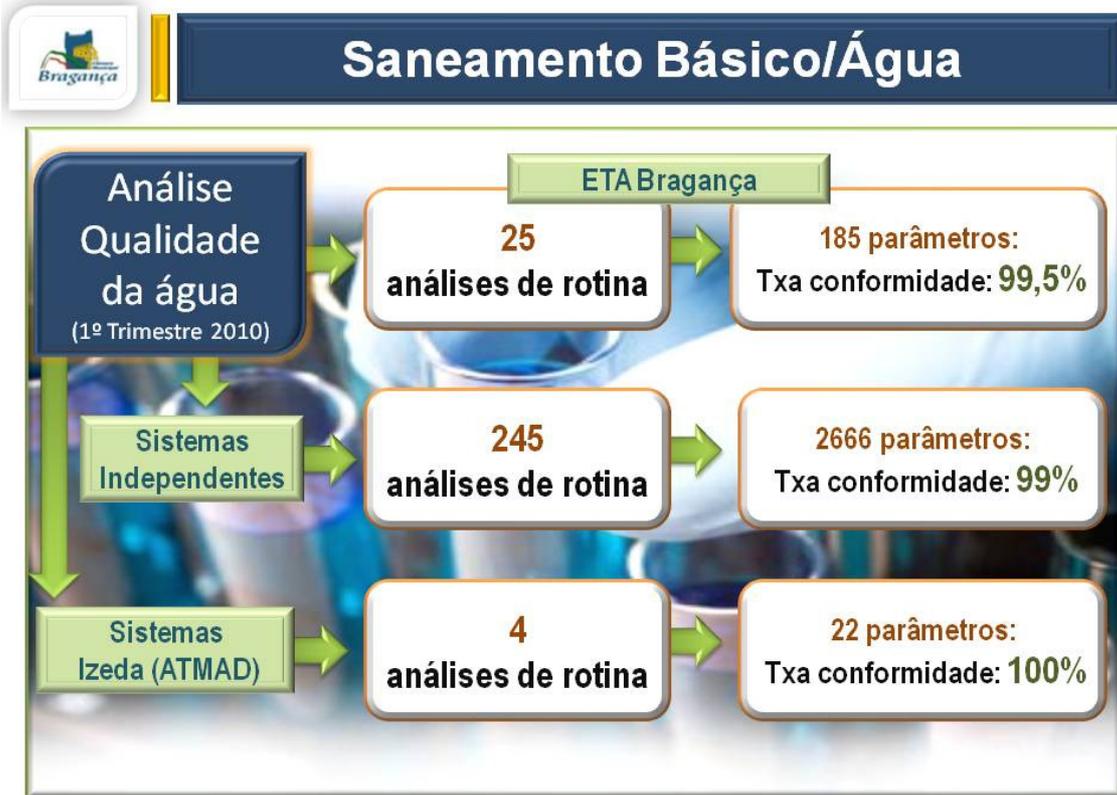
Obras — Alargamento da Estrada Labiados (6 Km)



Obras e Equipamentos



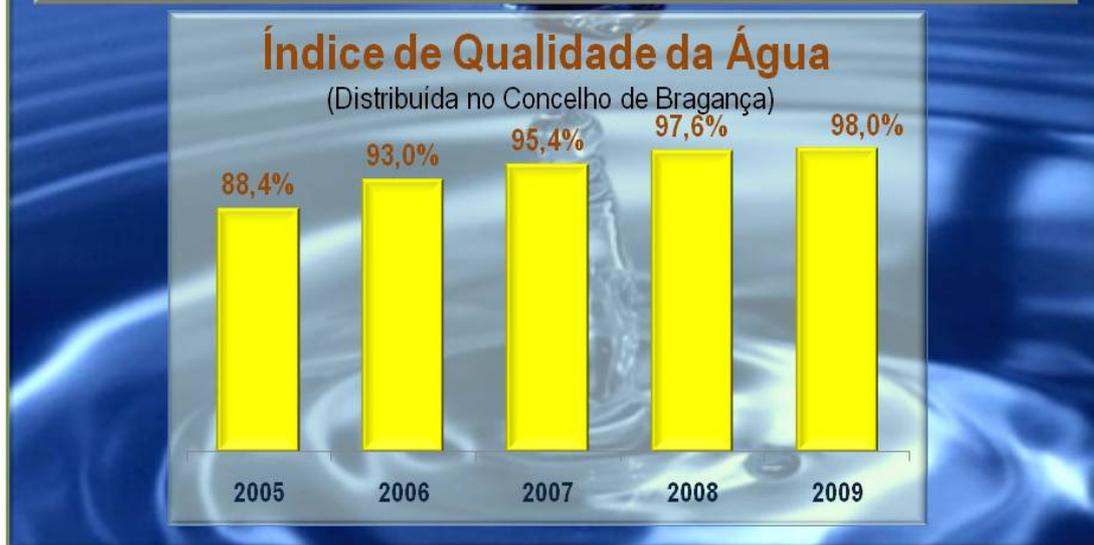
----- No âmbito de saneamento básico salientar que foi concluído o projecto para o saneamento de Freixeda, quando houver disponibilidades financeiras procederemos ao início dos trabalhos.





Saneamento Básico/Água

A Câmara Municipal tem vindo a garantir elevados níveis de qualidade no abastecimento de água para consumo humano.



----- Estão em execução projectos para Vilarinho, Failde, Fontes Transbaceiro e Cova de Lua. Na ultima AM informei dos projectos de saneamento que foram já candidatados a fundos comunitários, aguardando a respectiva decisão, para além de decorrerem diversos trabalhos de reabilitação de redes de água e tratamento de esgotos.

----- Também uma intervenção que ocorreu em Parada; substituição, ampliação da rede de distribuição e adução de água, nas aldeias de Outeiro e Deilão, tendo sido resolvidos problemas importantes que preocupavam as Juntas de Freguesia em causa.

----- É apresentada Informação relativa à qualidade de água, no sistema integrado e nos sistemas independentes incluindo Izeda. São indicadas as análises concretizadas e grau de conformidade. ...

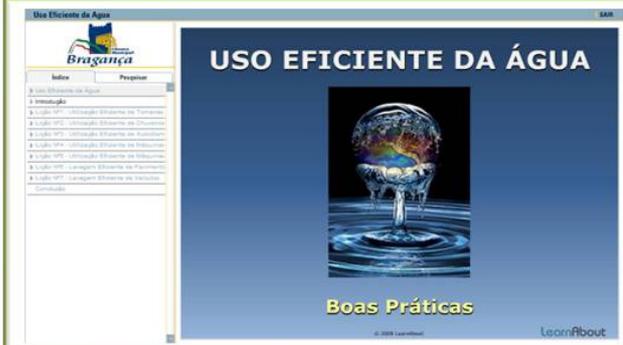
----- Algumas iniciativas que o Município adoptou, junto dos munícipes, no sentido do uso eficiente da água, e instalação de dispositivos redutores de caudal nas instalações Municipais.

----- A distribuição, nas escolas e ao público em geral, nos balcões de edifícios do município, de um CD didáctico sobre o tema do uso eficiente da água, documento também disponível no site da Câmara Municipal.



Dia Mundial da Água

- Iniciativas desenvolvidas pela CMB -



Distribuído pelas escolas e ao público nos balcões dos edifícios municipais um **CD didático** sobre o tema "Água é Vida"



No **Website módulo** multimédia sobre as boas práticas para o uso eficiente da água



Instalados, nas torneiras dos edifícios do município, **dispositivos redutores de caudal** (cerca de 300)

Distribuídos gratuitamente aos Municípes **redutores de caudal** para instalação em torneiras domésticas

----- A iniciativa "Limpar Portugal", coordenada pela Armanda Pombo, que envolveu a Câmara Municipal, várias Juntas de Freguesia, vários cidadãos, felicitando todos os que se associaram a esta iniciativa. O município cooperou e participou, tendo sido recolhidas sessenta e cinco toneladas de resíduos sólidos pelo concelho, sendo catorze por cento material valorizável

Defesa do Ambiente

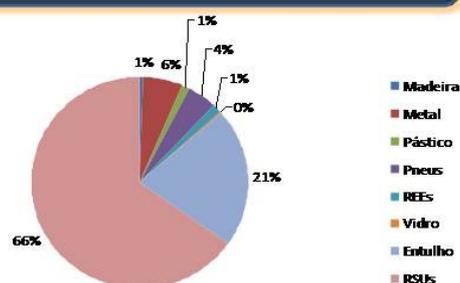


Projecto "Limpar Portugal"



- Fornecimento de 100 pares de luvas e 100 sacos de lixo;
- Divulgação;
- Identificação, selecção e validação dos locais de deposição;
- Fornecimento de 4 carrinhas;
- Custeio de todos os quantitativos de resíduos recolhidos, processados e tratados.

Recolha, transporte e depósito de 65 ton., sendo 14% material valorizável.



Defesa do Ambiente

Dia Mundial da Árvore

Plantadas 120 árvores



Plantada a Árvore do Centenário (carvalho negro) – Estação Rodoviária



Protecção Civil

Simulacro de derrocada de habitação na Cidadela



Dia da Protecção Civil: Exposição “Riscos Naturais e Tecnológicos do Concelho de Bragança”, na Escola Emídio Garcia.



Outras Iniciativas



**16 Março:
Reunião do Patronato da FRAH**



----- Apresentação da Agenda Regional de Energia que ocorreu neste auditório.....



Outras Iniciativas



17 Mar. – Apresentação da Agenda Regional para a Energia



18 Mar. - Assinatura de protocolos de cooperação



-Tôna Tuna; - Real Tuna Universitária de Bragança Boémios e Trovadores; - Teatro Estudantes Bragança, Agrupamento de Escolas Augusto Moreno e Paulo Quintela, Escolas Secundárias Emídio Garcia, Abade Baçal e Miguel Torga e Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança; Associação Bragança Histórica; ACISB



Outras Iniciativas



**Comemorações
do 25 de Abril**



Outras Iniciativas



**24 Abr. - 5ª Exposição Canina Monográfica do
Cão de Gado Transmontano.**

Concurso:
73 exemplares da raça

Apoio CMB:
oferta de troféus e apoio
logístico diverso



Outras Iniciativas



----- Relativamente à Carta Educativa e à intervenção do Senhor Vereador, acho que esta matéria é importante mas, tem que ser discutida nos termos próprios e nos locais próprios, com documentos concretos, não podemos trabalhar na informalidade que é adversa do rigor e da procura de soluções necessárias para resolver problemas que são importantes para os cidadãos, e tem por isso, que haver alguma prudência e cuidado na forma como os processos são abordados.....

----- Compreendem, que o Município deve, do nosso ponto de vista, abordar este processo de forma sustentada, com documentos e envolvendo de forma positiva os principais responsáveis do sistema educativo.....

----- Assegurar que as entidades e os intervenientes no sistema educativo, os pais, os encarregados de educação, os directores das escolas, os concelhos gerais, a Direcção Regional de Educação do Norte, participem conjuntamente com o Município, tem que ter um papel importante, por isso é legalmente o promotor da Carta Educativa, na elaboração da qual o Conselho Municipal de Educação colabora a título consultivo, submetendo-a a aprovação da Assembleia Municipal.....

----- A Câmara Municipal tem uma Carta Educativa de que resultou o reordenamento da rede escolar, essa que está em vigor, é só essa que nós seguimos.

----- Temos princípios de coesão e defesa de equilíbrio entre o espaço urbano e o espaço rural, que nos recomendam por razões de coesão territorial, por razões de desenvolvimento, em circunstância alguma o Município, a Câmara Municipal, o Município, os seus órgãos, do nosso ponto de vista, validem qualquer situação que penalize o sucesso escolar, penalize os pais, penalize os trabalhadores do estabelecimentos de ensino, os senhores professores, restantes trabalhadores, sendo certo que evoluções a ocorrerem têm que ser conciliadas com os recursos disponíveis.

----- A nossa posição foi já, por escrito, manifestada nalguns Conselhos Gerais dos agrupamentos e escolas não agrupadas onde esta matéria foi abordada informalmente, tendo apesar disso a posição da Câmara Municipal sido transmitida em documento escrito para constar da acta de modo a evitar situações de interpretação desconforme a posição oficial.

Refiro-me designadamente às reuniões do Conselho Geral da escola Miguel Torga, em que por iniciativa do Conselho Geral foi apresentada proposta de criação de um novo agrupamento ao qual os representantes da Câmara se opuseram, não pelas razões invocadas na proposta, mas por entender que a discussão, dever ser feita por aqueles que têm competência nesta matéria, envolvendo todos, não pode haver iniciativas unilaterais que sempre prejudicaram alguém que também tem que fazer parte da solução, e também à reunião do Conselho Geral do agrupamento Augusto Moreno e do Agrupamento Izeda.

Há um tempo e uma exigência para que as coisas aconteçam. Temos uma Carta Educativa, a que corresponde a solução de rede escolar do nosso município. O município tem responsabilidades nos transportes, na parte social, nos apoios educativos, nas refeições nas actividades de enriquecimento curricular e outras, por isso ao município não é indiferente a forma como este problema é abordado, tanto por razões de natureza económica ou financeira, mas também por razões de desenvolvimento e por isso a posição da câmara Municipal está marcada de forma clara, ou seja: somos contra o encerramento de qualquer centro escolar na área rural e a reflexão necessária que venha a ser desenvolvida dentro do quadro que salientei relativa a recursos existentes tem que ser ponderada de acordo com as competências de cada órgão ou entidade.

----- No Executivo fazemos naturalmente a nossa abordagem, as actas da reunião de Câmara são transparentes, reflectem com pleno rigor a síntese daquilo que é discutido e de

acordo com o que é razoável, ser transmitido externamente de forma a evitar que fora de tempo se criem condições prejudiciais e contrárias às soluções a que todos nos obrigamos de modo a favorecer o sistema educativo

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem. Como os trabalhos, hoje, como dizia no princípio da sessão, vai ser muito difícil terminarmos a agenda. Temos vinte e cinco minutos, mais ou menos, até à uma, iríamos dar início aos pedidos de esclarecimento. Procuraríamos terminar a sessão da manhã à uma, para ver se às duas e pouco estávamos aqui com o órgão para trabalhar. Para eventualmente trabalharmos a sessão às seis com a eventual tolerância de prolongamento um pouco mais, por isso e tendo em vista que vamos parar agora à uma da tarde, pedimos, então, pedidos de esclarecimento ao Plenário relativamente à comunicação do Senhor presidente de Câmara. A Mesa vai pedir que coloquem os braços no ar e eu volto a dizer, pedidos de esclarecimentos? Registamos: Brinquete, Malhão, Luís do Vale, Luís Felipe, a nossa presidente de junta de Izeda, Rosa, e a deputada Ana Cláudia do CDS/PP. Não registamos mais inscrições para esclarecimentos. Vamos dar início aos pedidos de esclarecimentos.

----- Tem a palavra para formular os seus pedidos de esclarecimento, Senhor Deputado Eduardo Malhão.

----- **Eduardo Malhão** – Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. Algumas questões muito breves e começava já a perguntar:

----- Primeiro - Para quando em definitivo do problema das fossas sépticas em algumas aldeias e a construção das mini hectares?.....

----- Segundo - Em que situação é que se encontram o troço da estrada nacional 217 até São Pedro? Perguntava se ainda é da competência das estradas de Portugal, ou se por outro lado uma vez que se já está dentro do perímetro urbano, já foi transferido para a competência da Câmara Municipal?.....

----- Uma última questão, dado que o ultimo Inverno foi bastante rigoroso, perguntava se existe algum plano extraordinário de reparação de caminhos que foram caminhos rurais, que foram bastante danificados. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado José Brinquete, tem a palavra.....

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da AM, há dois meses mais precisamente na sessão da AM de 26 de Fevereiro, a CDU trouxe aqui várias questões sobre Gimonde. A

saber: O escândalo dos esgotos a céu aberto, e inexistência de um hectare, a necessidade da construção de uma ponte moderna, prática, acessível e funcional no rio Sabor, na passagem para o bairro do Arrabalde. A urgência de uma intervenção de requalificação urbanística de Gimonde à semelhança, na altura, citava os casos de Izeda, Outeiro e Samil.

----- O presidente da Câmara passou ao lado do assunto e não respondeu às questões por mim colocadas.

----- Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Gimonde, pelos vistos nem estava na sala, logo não teve condições de me ouvir e de me esclarecer. Entretanto a actualidade das questões colocadas mantêm-se. Daí que hoje voltamos ao assunto, pela nossa parte reiteramos a importância de Gimonde, ao nível da paisagem natural. Ali dá-se um encontro de quatro rios, Igrejas, Malar, Rio Frio e Sabor.

----- Ao nível da memória cultural na margem direita do Sabor existe um castro e um povoado Romano, Gimonde possui uma igreja cujo valor arquitectónica e artística é reconhecida por todos, tem duas fontes de mergulho e é detentora de uma das mais belas pontes Românicas do concelho.

----- Ao nível de restauração, sem qualquer apoio institucional, nomeadamente autárquico, sobretudo por iniciativa privada, a gastronomia de Gimonde e as suas unidades hoteleiras são reconhecidas a nível nacional e internacional. Gimonde, porta aberta do concelho e porta de entrada e centro turístico de excelência nas áreas da gastronomia, do artesanato, do fumeiro, da paisagem natural e da memória cultural, não pode continuar ao desprezo por parte dos responsáveis autárquicos.

----- Aproxima-se mais um Verão e é inaceitável que os esgoto a céu aberto continuem a drenar mesmo em frente a um dos restaurantes mais prestigiados, com maus cheiros, mosquitos e outras fontes de poluição.

----- Gimonde encerra grandes potencialidades no contexto do desenvolvimento do concelho, para, tende merecer de toda a atenção de quem de direito. Portanto Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente de Junta de Freguesia, pelos vistos hoje não participa na AM, depois vai certamente ler a acta

----- Solicito que não fujam novamente às questões colocadas, e informem esta AM do que pensam fazer, quer no imediato, quer a médio prazo, para resolver os problemas em Gimonde.

----- Gostaria de perguntar também ao Senhor Presidente da Câmara para quando a instalação do crematório no Cemitério novo. Foi uma das condições para o funcionamento

daquele cemitério novo, entretanto já decorreram estes anos todos, gostava de saber quando é que, até porque parece que há vária gente que já pensou recorrer a este tipo de serviço.

----- O gabinete de atendimento da CDU recebeu também um munícipe de Freguesia de Rabal, colocando uma questão de uma fuga de água e queixando-se que a fuga não é da responsabilidade dele, mas responsabilidade do Município, e que entretanto o estão a fazer pagar valores exorbitantes, que a partir do momento em que o empreiteiro foi lá resolver o problema nunca mais houve fuga de água e os valores baixaram drasticamente.

----- Em relação às águas há outros problemas. Recebemos um dossier muito extenso de uma cidadã a residir em Rio Frio, de processo contencioso que tem com a Câmara, mas hoje não tratamos disso, trataremos mais à frente.....

----- Em relação ao plano de mobilidade urbana colocaram-nos alguns munícipes preocupações muito sérias com o cruzamento da Rua Amália Rodrigues com a Avenida Dinastia de Bragança, um cruzamento onde continuam a dar-se acidentes, não é a primeira vez que aqui colocamos o assunto, nós e penso que outras forças políticas e entretanto nada foi alterado.

----- Também há ali um troço que se pode chamar caminho de cabras, da ligação da rua entre a Amália Rodrigues e a Avenida Brigadeiro Sarmiento Rodrigues, que nunca mais tem as obras que pensamos que tem que ser feitas.....

----- Por ultimo, há um cruzamento, não é bem cruzamento é uma entrada em frente à PT no cruzamento do LID, que tem uma sinalização altamente perigosa e que também já aqui foi chamada a atenção e até agora ainda não sofreu os arranjos ou as correcções que tem que ser mais certas para que não haja ali a confusão que existe.

----- Portanto eram estas as informações que gostava de obter.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Luís do Vale.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, três pequenas questões relativamente ao documento que nos foi enviado. o primeiro, no ponto 2.4 - área de habitação e acção social - é referido e destacado a sinalização e acompanhamento de alguns casos de pedidos de habitação urgente. Qual tem sido a evolução destes pedidos desta situação face ao contexto actual, social e económico?.....

----- Depois no ponto 4.1 relativamente ao controlo da qualidade da água, também são enumeradas ou quantificadas o número de análises e também seria interessante saber qual o resultado nessas mesmas análises.....

----- E por fim, no ultimo ponto deste documento relativamente aos parques de estacionamento, eu sei que este assunto já foi aqui referido mais do que uma vez, mas eu gostava de referir até porque chegou até nós algum eco de alguma insatisfação por parte de alguns munícipes relativamente à atitude das forças policiais nos parqueamentos de rua e portanto de uma vez por todas se não se importasse explicar essa situação de como se processa esse controlo, porque de facto tem chegado até nós alguns ecos de alguma insatisfação face à atitude persecutória por parte das forças de segurança. E era só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado do Partido Socialista, Luís Filipe.

----- Eu quero lembrar ao Plenário aquilo que tenho de forma sistematicamente vindo a dizer. Quando o Senhor Deputado está no uso da palavra, o Plenário deve estar silencioso prestando a atenção devida ao que está a ser dito. Estão a perturbar intensamente a Assembleia, tem havido um murmúrio de base, respeitam de facto as pessoas, os oradores que estão no uso da palavra. E eu pedia à Assembleia que mudassem a atitude, e que mantivessem silêncio nesta sala. Muito obrigado senhores deputados.

----- **Luís Filipe** – Duas “questões-zinhas” e um pequeno reparo. O Senhor Presidente, em relação, e vimos na Comunicação Social há pouco tempo, tinha havido uma reunião com várias entidades a respeito das minas do Portelo, a questão que eu já trouxe aqui também. Gostava de saber em concreto o que é que dessa reunião saiu, para rapidamente resolver o problema, porque, como sabe, agora, felizmente, a poluição diminuiu e já não há tanta “escorrência”, mas continua a haver “escorrência”, a saída de materiais finos para a água e a água continua com má qualidade no rio.....

----- Em relação à iniciativa “Limpar Portugal”, também eu aqui queria fazer os elogios a quem participou, porque efectivamente foi uma iniciativa a nível nacional e também aqui no concelho no de Bragança. Houve várias entidades e especialmente as Juntas de Freguesia, que tomaram em mãos essa iniciativa e houve muitos voluntários e foi salutar ver principalmente pessoas jovens a participar num dia de temporal, que estiveram presentes e disseram sim.....

----- Agora, o reparo que eu fazia, para a próxima e vai haver outras e vai haver outras próximas, no próximo ano, era que houvesse maior coordenação na questão de retirada dos

rejeitados. Porque houve situações em que os rejeitados eram postos em locais à beira da estrada para mais facilmente serem recolhidos, e depois estiveram nalgumas situações 15 a passar à beira da estrada, não era só o impacto visual que causava, mas também houve uma situação este ano que houve temporais muito fortes e tudo que era plásticos e materiais menos pesados foram espalhados numa grande área e davam um aspecto muito mau. Portanto, eu gostava, para a próxima, porque eu soube que houve reuniões com a Câmara, que houvesse maior coordenação com a empresa para que rapidamente esses materiais fossem retirados.....

----- E, já agora, outra questão, e já aqui falei várias vezes, e esta é para o Senhor Presidente da Mesa, já nos apelou aqui várias vezes à questão da redução de papel, à questão da informática. Já percebi que na acta temos dupla face, ainda não temos papel reciclado, gostava de ver uma dia.....

----- Agora, esta é para a Câmara, na Conta de Gerência continuamos a ter sem frente e verso. Também aqui, atendendo aos recursos que a Assembleia tem disponíveis podia poupar algum dinheirinho. .. e não só

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Presidente Junta de Izeda.

... ..

----- **Presidente da Mesa** - Prescinde da intervenção? Muito obrigado. Senhora Deputada Ana Cláudia tem a palavra.

----- **Ana Cláudia** – Bom dia. Eu estou aqui não é num lema, mas estou aqui de facto num estado bastante incomodada, porque acho que o Estado do Município vai mal, e vai mal e vai mal pela violação das mais singulares regras de direito democrático. Acabei de me aperceber, francamente, que tinha havido uma Assembleia Municipal no dia 25 de Abril para a qual eu não recebi qualquer convocação, tratando-se de uma Assembleia Municipal, nos termos legais deveria ter sido convocada como qualquer outra, e portanto acabo de confirmar que a convocação passou não pelos serviços da Assembleia mas pelos serviços da Câmara, eu questiono-me disto, quer dizer e em nome do CDS/PP, grupo que estou a representar, obviamente repudio toda esta situação porque isto não pode voltar a acontecer e como se vê a Vida do Município vai mal porque a Câmara Municipal não pode ultrapassar as competências que são da Assembleia, Senhor Presidente. Portanto eu repudio toda esta situação e lamento o sucedido porque é que a AM não faz ela o papel que tem que fazer e delega na Câmara Municipal, não se percebe, nós somos um órgão

independente, que tem as suas competências para serem desempenhadas com total independência relativamente ao Executivo.....

----- Depois a outra questão, enquanto à menos grave vida do Município, era insistir num pedido de esclarecimento que fiz uns tempos atrás a propósito de noção de discussão do PDM, que era qual o papel da ciclo via enquanto enquadramento, qual o nível de continuidade na mesma para outras zonas da cidade ou se fica só por aquilo que está em execução e implementada. Obrigada.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhora Deputada. Eu daqui a um pouco vou comentar o que acabou de dizer, necessito de uma confirmação dos serviços sobre a matéria, já lhe respondo. Temos ainda sete minutos, Senhor Presidente da Câmara, pretende ainda responder aos esclarecimentos que foram solicitados? Faça favor Senhor Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Em resposta aos senhores deputados, a estrada nacional 217 entre Bragança e Samil está desclassificado, entre Samil /São Pedro, a partir desse quilometro não está desclassificado, não sei qual será a evolução, há evoluções que vão ocorrer necessariamente com a construção da circular da A4, construção do nó, beneficiações, rectificações. Hoje a Assembleia tomou uma atitude, também positiva, relativamente a essa via, no sentido de que a rectificação e beneficiação do Penacal deveria conciliar-se com a finalização desta importante obra para o nosso concelho e para o nosso distrito. Não sei responder para além disto.....

----- A substituição das fossas sépticas por hectares - uma questão financeira e de oportunidade, consta dos objectivos e do Plano Plurianual a possibilidade de proceder a essa evolução e naturalmente vai ter que ocorrer sobre Gimonde. Não tenho condições de responder ao Senhor Deputado, por escrito, também é um dossier extenso, enfim, poderei preparar para a próxima Assembleia, naturalmente, uma resposta mais detalhada sobre essa matéria.

----- A questão da substituição da antiga ponte por uma nova ponte no Rio Sabor, na aldeia de Gimonde, é uma questão financeira, e prioritária de acordo com as opções que estão feitas, nós gostávamos que tivesse uma ponte excelente, oxalá tenhamos condições para a vir a concretizar, mas temos algumas dúvidas.

----- A questão do cemitério é uma questão de oportunidade, é uma questão de procura e questão de investimento e disponibilidades financeiras.

----- Questão da reclamação em Rabal, esse concidadão deverá dirigir-se aos serviços do Município, na parte de águas, onde todas as dúvidas e todos os problemas são resolvidos, desde que legítimos.

----- A questão de Paçó de Rio Frio não vou aborda-la, também não foi abordada, mas o Município age estritamente no respeito da legalidade e sempre.

----- Habitação social, Senhor Deputado Luís do Vale - pedidos de apoio por melhores condições habitacionais - temos alguns pedidos, vamos promovendo algumas iniciativas nesse âmbito, saliento que em dois mil e sete a Junta de Freguesia de Salsas conseguiu fazer melhorias em dezasseis habitações. Estamos num quadro de restrição financeira muito grande e portanto não podemos ceder com facilidade às muitas solicitações que surgem.

----- Quanto à questão da atitude Policiais de Segurança Publica, age correctamente, do nosso ponto de vista, de acordo com as instruções superiores que tem, com as políticas que digamos de segurança para a cidade e de ordenamento do transito. Este é o comentário que podemos fazer relativamente à actuação da PSP, é um comentário positivo. Uma coisa são as orientações, outra coisa é a implementação das orientações. Registo a preocupação, mas a nossa apreciação só pode ser esta, a Policia de Segurança Publica age num quadro de legalidade e de acordo com a sua missão.....

----- A questão da Policia Municipal - somos frontalmente contra a criação de uma Policia Municipal, já o salientamos, por razões económicas, por razões de defesa e soluções que existem e são boas, a criação de uma Policia Municipal conduziria inevitavelmente, inevitavelmente à redução de efectivos da Policia de Segurança Publica em Bragança e é uma situação de sobreposição de tarefas independentemente de ter a Policia Municipal uma função no plano administrativo, e há uma diferença muito grande entre o que são as intenções de adesão à criação de Policia Municipal, e o que é o número de iniciativas efectivamente concretizado, há uma distancia muito grande. Nós definitivamente já o dissemos, nem voltaremos a prenciar-nos sobre isso na Assembleia, durante este mandato não tomaremos nenhuma iniciativa nesse âmbito.

----- A questão das minas do Portelo, eu peço desculpa vou ter que ir buscar um papel.

----- Sobre esta matéria, de forma sintética, que é um dossier complexo e terá desenvolvimentos próximos, a Câmara Municipal deliberou suspender a actividade de extracção de areias, invocando, de entre outras razões, razões relacionadas com a Protecção Civil. Realizou a vinte e três de Março de dois mil e dez, reunião que envolveu

nove entidades públicas tendo sido expressa em acta, que enviamos para a Assembleia Municipal, as orientações imediatas que proporcionaram clarificações técnicas e jurídicas e o correspondente envolvimento das entidades públicas, conforme as suas competências políticas, administrativas e financeiras. Aguardando-se comunicação dessas entidades ou de algumas dessas entidades de acordo com o que está previsto nessa acta. E é isto que tenho a responder sobre essa matéria.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente, é uma da tarde, vamos parar, mas, senhores, tomem atenção ao que eu vou dizer, são duas da tarde iniciamos, vamos todos fazer um esforço, temos uma hora para almoçar, vamos iniciar a sessão às duas da tarde.....

----- **Presidente da Mesa** - Temos quórum, neste momento, podemos iniciar os trabalhos. Vamos continuar a reunião. De manhã estávamos já na apresentação da informação escrita do senhor Presidente de Câmara, sobre o Estado e Vida do Município, foram feitos pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Câmara fez os esclarecimentos devidos e iniciamos agora o período das intervenções.....

----- A Mesa solicita aos Senhores Deputados que queiram fazer a sua intervenção sobre este ponto que coloquem o dedo no ar. Registamos já um pedido da Senhora Presidenta de Junta de Izeda. Mais pedidos de intervenção? Não há pedidos de intervenção? De facto registamos apenas dois pedido de intervenção.

.....

----- **Presidente da Mesa** – Ah! Então isto, afinal de contas, acontece! Mais dois pedidos de intervenção.....

.....

----- **Presidente da Mesa** – Não ficará prejudicada porque já tivemos momentos, hoje, durante a Assembleia, os deputados que não respondem ao pedido da Mesa e à intenção da Mesa para inscrição e que o fazem posteriormente e a Mesa tem acedido a essa intenção passando, de facto, a disponibilidade do uso da palavra.

----- Relativamente aos convites relativos à sessão solene do 25 de Abril, tenho a confirmação que ocorreu um lapso. Houve uma indicação por parte da Câmara Municipal do Programa que iria ser incluído no Programa da Sessão Solene do 25 de Abril, seguido de um conjunto de inaugurações. A Mesa da Assembleia concordou com o figurino, foi mandada

para a Câmara a indicação que concordávamos. Foi pedido à Câmara que fosse feita a montagem e a elaboração do convite e acontece que por parte dos serviços da Câmara foi enviado o convite para o protocolo nomeadamente também para os Senhores deputados. Temos a confirmação, não tendo sido enviada por correio registado, essa comunicação foi para os senhores deputados. Normalmente não é o que acontece, houve aqui um problema, sim... -- -... ..

----- **Presidente da Mesa** – Eu estou a dar esta explicação de forma verbal, isso não quer dizer que esta comunicação que eu estou a dar não seja oficial, no momento em que esta acta vai ser elaborada, vai ser passado a escrito, tudo o que nós estamos aqui a dizer, à excepção do que acabou agora de dizer, porque não ficou gravado, mas basta em termos oficiais pedir uma certidão desta acta que há-de ser aprovada na Sessão Ordinária seguinte para ter a confirmação... de qualquer forma e desta maneira presenciada por todos os deputados que eu digo que houve de facto um lapso, normalmente todas as convocatórias são efectuadas por parte.....

----- **Presidente da Mesa** - sim, sim, mas o que eu estou a dizer é que ocorreu de facto um lapso, os serviços de Apoio da Assembleia Municipal receberam informação que os convites para a Sessão solene tinham seguido através dos Serviços da Câmara e de facto aconteceu esse lapso, lamentavelmente os convites seguiram sem ser pela via normal que é daqui dos Serviços de Apoio à Mesa da Assembleia.....

----- **Presidente da Mesa** – Não entenda dessa forma, essa expressão.....

----- **Presidente da Mesa** – O que aconteceu foi o seguinte, foi por parte da Mesa e por mim próprio verificada a comunicação que a Câmara deu à Assembleia na sequência das Comemorações do 25 de Abril, havia algumas iniciativas da responsabilidade da Câmara, nomeadamente a inauguração da Av. General Humberto Delgado, Luciano Cordeiro e a inauguração do Centro de Convívio de Grijó de Parada. Concordámos em que se enviasse um documento que é normal, que é um convite enviado pela Mesa da Assembleia para o protocolo e também para os senhores deputados. Nesse convite, e eu estava fora, não estava em Portugal, estava no estrangeiro, tive oportunidade de dizer que autorizava a

utilização da minha assinatura digital para colocação no convite e assim formulado e desenvolvido nos serviços da Câmara. Acontece que na Câmara terão desenvolvido o convite, no fundo é construir o convite de acordo com as indicações da Mesa, as minhas próprias indicações, que concordava com aquele formulário, com aquele convite, só o que aconteceu, e eu repito, eu não estava cá mas tínhamos combinado que depois era elaborado pela Câmara, era enviado para a tipografia, esse documento deveria chegar aqui, como é normal, à Mesa, para os Serviços enviarem os enviarem para os Senhores

deputados. Acontece que a Mesa é surpreendida por esta circunstância, confesso que não tinha sequer conhecimento que tal convite tinha seguido directamente por parte dos Serviços da Câmara! Essa surpresa também aconteceu de facto, aqui nos Serviços, que pensavam, e pelo facto de eu estar ausente, que essa situação tinha sido desenvolvida em acordo com a Câmara Municipal. Acho que foi aqui um lapso de coordenação e tão só isso. Pelo facto, naturalmente, peço desculpa.

----- Penso que a Câmara também se quer pronunciar sobre a matéria.

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, se bem entendo o que está aqui em causa e acho que o Senhor Presidente não está a ser, de alguma forma, preciso nas desculpas a apresentar aos membros desta Assembleia, é que se está a referir a um convite. Uma coisa é a associação do Órgão Assembleia Municipal numas Comemorações do 25 de Abril conjuntas com a Câmara Municipal, e essas sim podem ser invocadas através de um convite conjunto do Senhor Presidente da Câmara, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal aos membros Outra coisa bem diferente que é aquilo que se passa é que ocorreu uma sessão extraordinária desta Assembleia Municipal evocativa do 25 de Abril e isso carece de convocatória e não de convite aos membros desta Assembleia Municipal, e esta falha e o lapso da convocatória é algo extremamente grave e que o senhor Presidente tem obviamente que assumir e que não pode andar com desculpas, até vou defender a Câmara, de alguma forma, quer dizer, a desculpar-se com a Câmara e com o convite, porque o que falhou efectivamente foi a convocatória aos membros desta Assembleia Municipal, de pleno direito. O convite sobre aquilo que se passa lá fora ao qual os membros desta Assembleia Municipal se podem ou não juntar a essas comemorações é da liberdade individual de cada um. Agora, a questão fundamental é que existiu uma Assembleia Municipal, ou pelo menos, para ter existido legalmente uma Assembleia Municipal tinham que os senhores membros ser convocados, coisa que efectivamente não aconteceu.

----- **Presidente da Mesa** – Queria dar um esclarecimento suplementar e dou aqui uma palavra de agradecimento ao Professor Acúrcio que me lembrou o seguinte: A Sessão Solene da Assembleia Municipal Comemorativa do 25 de Abril não se trata nem de uma reunião ordinária, nem de uma reunião extraordinária, pelo facto de que não carece de uma convocatória formal para a sua reunião. Por isso é que tem sido prática, ao longo dos anos, não quer dizer que não se venha a mudar, que para a Sessão Solene da Assembleia

Municipal do 25 de Abril não haja a convocatória formal como habitualmente se faz, tem existido sim, volto a dizer, é uma prática instalada nesta Assembleia, desde há muitos anos, com um convite enviado aos senhores deputados, e não convocatória, insisto, não se trata de uma reunião ordinária nem tão pouco extraordinária e portanto não carece de convocatória, é uma Sessão Solene e nessa Sessão Solene é enviado um convite aos senhores deputados. Este modo de fazer tem sido prática, insisto, ao longo dos anos nesta Assembleia e poderá, enfim, por decisão em sede da Comissão Permanente, de se proceder de forma diferente, mas o que vos devo dizer é - esta era a prática, entendido era o facto de não ser uma reunião ordinária ou extraordinária e portanto não carecia da forma formal de convocatória ou de convite. Tanto não é uma sessão que devo dizer que nenhum dos senhores deputados que esteve presente ou ausente, neste caso, quem esteve presente, nem sequer receber senha de presença. A senha de presença significa uma remuneração pela presença numa reunião, sendo que a reunião para existir tem que ser convocada para o efeito e ela não é convocada para o efeito, porque não se trata de uma reunião ordinária ou extraordinária.....

----- Portanto este modo de fazer pode ser alterado, mas esta era a maneira de fazer ao longo destes últimos anos, desde há mais de quinze anos que eu me lembro que é assim que se faz. Portanto acho que a Mesa não está em falta por não vos ter mandado uma convocatória para uma reunião que não existia de forma formal. Estes são os esclarecimentos que eu tinha que fazer, julgo que da parte da Câmara, nesta matéria, não sei se pretende fazer algum esclarecimento acessório.

----- Portanto os convites, sim, poderiam ter sido enviados por parte da Secção de Apoio, mas foram enviados através da Câmara.

----- Senhores deputados vamos dar início os trabalhos. Tínhamos registado uma intenção de proceder a uma intervenção por parte da Senhora Presidente de Junta de

Freguesia de Izeda, por parte do Partido Socialista registamos, Dr. Vítor Prada Pereira; Ana Cláudia, também.

----- Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, tem a palavra.....

----- **Maria Rosa Pires** – Boa tarde a todos.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal
----- Senhor Presidente da Câmara.....
----- Minhas Senhoras e meus Senhores.....
----- Vivemos **tempos de silêncio!**

----- Tempos, em que o **legítimo e obrigatório direito à informação**, se tornaram numa deliberada ficção!.....

----- **Tempos**, em que se perfilha a ocultação da informação, para evitar que as populações, e os seus legais representantes, possam vir a público defenderem-se dos ataques, **ou do que é preparado na penumbra**.

----- Como é sobejamente sabido, e é por demais comentado, há um plano, **da Direcção Regional da Educação do Norte e com a convivência da EAE (equipe de Apoio às escolas) do Nordeste Terra Fria e Arribas**, que visa o reordenamento dos Estabelecimentos de Ensino, e por via deste, a extinção, **sem qualquer ressentimento ou pudor, do Agrupamento Vertical de Izeda**.

----- Neste contexto, a obsessão pela traição ao Povo de Izeda, o gosto pelo desrespeito das famílias que têm os seus educandos no Agrupamento Vertical de Izeda, das pessoas que lá exercem a sua actividade profissional, é de tal forma alimentado, que, até ao momento, ninguém teve a hombridade” de contestar, ou desmentir por escrito, a existência de um estudo que tem como supremo propósito o encerramento do Agrupamento Vertical de Izeda, e conseqüentemente potenciar o abandono escolar!

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, digníssima Assembleia: Vamos ser claros:

Quem não deve, não teme!

----- Assim, em nome do Povo que me elegeram, em nome do respeito das famílias que têm os seus filhos a estudar no Agrupamento Vertical de Izeda, faço uma simples sugestão à DREN e lanço uma pergunta aos serviços da EAE (Equipe de Apoio às Escolas) do Nordeste Terra Fria e Arribas, **sugiro: não tenham medo! Divulguem o estudo que têm entre gavetas, e digam ao que vêm!**

----- **Ao PS**, nomeadamente na pessoa do senhor deputado que é um dos coordenadores da equipe de apoio nesta que é, por excelência, a casa soberana do concelho: têm ou não conhecimento deste estudo cada vez menos oculto? Se têm conhecimento, o que lhes apraz dizer? -

----- Se, põe mera distração, ainda não sabem, mas quando souberem, que posição vão assumir?

----- De defesa da Vila de Izeda, das aldeias limitrofes, e do seu Agrupamento, ou vão apoiar um estudo feito às cegas, sem rigor, e que é penalizador da realidade socioeconómica da Vila?

----- Respondam, respondam o que responderem, pedimos apenas que não nos distraiam com frases que nem são sim, nem são!

----- **O momento, exige clarificação.**

----- E a resposta só pode ser, objectivamente, uma de duas: concorda-se, ou não se concorda!

----- Continuemos com os factos, e atentemos às contradições que subjazem ao referido estudo, **cada vez mais oficial, e cada vez menos oficioso.**

----- São indiscutíveis as vantagens sociais, culturais e económicas que a existência do Agrupamento traz para Izeda.....

----- Num território que se confronta, inevitavelmente com a desertificação, ter ao serviço da comunidade um serviço como o Agrupamento Vertical de Izeda, **é uma bênção e uma barreira ao abandono.**

----- Não perceber esta realidade é estar alheado do país e em particular da região.

----- O querer extinguir o Agrupamento, é fazer um convite ao abandono das famílias, é querer expurgar da Vila quadros qualificados, é querer incitar o abandono escolar.....

----- **Não tenhamos ilusões!**.....

----- Com a extinção do Agrupamento Vertical de Izeda, corre-se o risco, REAL, de a esmagadora maioria dos alunos deixarem de frequentar o ensino, já que a área de influência do Agrupamento confina-se, e bem, a freguesias limítrofes de Izeda.....

----- Não podemos olhar para esta realidade com cinismo!

----- O querer arrastar crianças para Macedo de Cavaleiros, ou eventualmente Bragança, vai destruir o futuro educacional de uma geração, porque são muitas as famílias que se confrontarão com o transtorno das distâncias e com gastos acrescidos, demasiado grandes para os seus rendimentos.

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, digníssima Assembleia.

----- *Fomos mandatados para defender os interesses das nossas populações, **Fomos incumbidos, em sede das nossas funções, de perfilhar o Bem Comum,***

----- Que esta Assembleia consiga, a par de outras instituições, dissuadir caminhos truculentos que, felizmente, já não se conseguem esconder. Que Saibamos todos, amigos do bom senso, buscar a força para nos defendermos!.....

----- Conhecemos também a posição da Câmara Municipal e de toda a Comunidade Educativa relativamente a esta matéria e sabemos que está connosco e partilham as preocupações da Junta de Freguesia e da população local, por se considerar que este assunto é de extrema importância para a coesão territorial do Município.

----- *Apelo, assim, que os interesses políticos não se sobreponham aos interesses das crianças, até porque a carta educativa contraria alguns dos princípios que estão a ser levados a cabo*

----- *E eu vou dar um exemplo prático: uma aluna que seja de Izeda e que queira vir estudar para Bragança, o autocarro demora cerca de uma hora e meia a chegar a Bragança, ao final do dia a aluna andou três horas de autocarro. E agora deixo aqui uma questão! Qual o aproveitamento escolar desta aluna?*.....

----- *Quero deixar aqui outro ponto também que é completamente obsoleto. Neste momento estão a passar crianças em Izeda, quer de Talhas e Talhinhas que vão para Macedo de Cavaleiros, quando distam de Izeda quinze minutos, como é o caso de Bagueixe. Bagueixe é também uma aldeia, Bagueixe e Vinhas, que estão a dez minutos de Izeda, não se compreende porque é que vai passar ali um autocarro que demora também cerca de uma hora a chegar a Macedo de Cavaleiros. Muito obrigada a todos”*

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada Senhora Presidente de Junta. A Mesa dá agora a palavra, para a sua intervenção, ao Vítor Prada Pereira, do Partido Socialista.....

----- **Vítor Pereira** – Boa tarde a todos. Eu começo por fazer alguns comentários à intervenção que a Senhora Presidente de Junta de Izeda acabou por fazer. Senhora Presidente, eu estranho, se quer que lhe diga, a sua intervenção neste momento, e vou-lhe dizer porquê. De manhã veio dizer aqui que não comentava - eu vou utilizar a palavra que se diz na minha aldeia –“os dissemos, dissemos”, que não comentava coisas que andam no ar! Coisas que não há, dizia a senhora Presidente, coisas concreta, aliás o Senhor Presidente da Câmara veio dizer aqui que não há nada em forma de escrita, por isso mesmo não pode vir a fazer aqui afirmações que fez. Mas, com certeza, nenhum de nós, se está a perguntar, nenhum de nós lhe pode dar essa resposta, porque nenhum de nós conhece a dita proposta. Por isso eu digo, parece-me infundamentada a sua intervenção, aliás, e deixando a senhora Presidente da Junta... não estou a criticá-la, de maneira nenhuma, estou a fazer um pequeno reparo, deixando de parte a Senhora Presidente da Junta de Izeda, eu queria-me referir ao Senhor Vereador, Senhor Vereador, alguém com as suas responsabilidades que tem no Executivo Municipal, alguém que acabou de fazer uma campanha eleitoral, alguém que se deve pautar pela seriedade das questões, e alguém que queria ser Presidente da Câmara deste Concelho, tem que assumir as coisas de uma forma frontal, sim, mas de uma forma séria, uma forma correcta, não é andar quase que na calada da noite a dizer que ouviu, a dizer que alguém lhe disse e depois dizer aqui, tentar inflamar, tentar incendiar uma Assembleia, que efectivamente nada de concreto sabe, e pelos vistos, nada de concreto há.

----- E, portanto, Senhor Vereador, ficou-lhe muito mal, desculpe que lhe diga, a sua atitude perante esta Assembleia. E quero-lhe dizer mais, ficou-lhe muito mal, Senhor Vereador, as palavras que proferiu em relação a um camarada meu, que concretamente

neste momento ocupa o lugar de coordenador educativo, em que pôs em causa, aqui, e a linguagem que utilizou é...deixe-me escolher o objectivo, para não ferir susceptibilidades, digamos que altere o discurso. Isto, Senhor Vereador, não se faz, não se diz e muito menos a alguém que não está presente para se defender. Isto é muito feio, é muito mau e, Senhor Vereador, há coisas que por vezes chocam não só nós que somos os ouvintes mas chocam também, e eu concretamente já tive oportunidade de falar com ele, chocam pessoas que têm a sua dignidade, que têm o seu brio profissional e que não pode ser à custa seja do que for, sejam postas em causa, isso ficou-lhe muito mal, olhos nos olhos lho digo, ficou-lhe muito mal, pelo respeito que tenho por si.

----- Passando isto eu quero acrescentar aqui, para acabar este tema, de uma vez por todas, o PS à semelhança do que disse de manhã em relação ao outro tema, sempre estará em defesa das populações de Izeda e em defesa deste Concelho e portanto vamos ver...e como disse o Senhor Presidente, e muito bem, de manhã, vamos aguardar por aquilo que se está a desenrolar, sinceramente eu fui apanhado de surpresa, não sei do que se está a passar, e depois, com certeza que tomaremos também posição, nesta Assembleia, quando for necessário.

----- Mudando de assunto, Senhor Presidente da Câmara, há um assunto que eu queria falar aqui, que me parece que não está a ser dada a devida importância por este Executivo. ...

----- Queria-me referir concretamente à questão – Queima das Fitas do Politécnico de Bragança. Eu acho que a festa que a nossa rapaziada faz, aqui, todos os anos, é dos eventos, e perdoem-me se eu estou errado, ou desmintam-me, é dos eventos, ou se calhar o maior evento que trás mais gente a esta cidade. Passando pelas dificuldades que nós sabemos que estamos todos a passar e que o Concelho de Bragança não é alheio, um evento que trás a gente que trás ao nosso Concelho, que proporciona algumas condições e alguma facturação à nossa restauração, parece-me que o apoio que esta Câmara está a dar neste momento não é o adequado. Portanto, Senhor Presidente, eu peço-lhe aqui, eu à bocado vi aqui o Presidente da Associação Académica, está lá atrás, pensei que estavas cá à frente, mas desculpa tratar-te assim, eu julgo que é de repensar e a queima está aí à porta, é de repensar e equacionar o novo apoio a esta gente. É evidente que eu sei e se calhar na mente de alguns de nós está-nos a passar isto pela cabeça - a queima serve para beber uns copos e serve para alguma “libertinagem” - mas não é assim, a queima é muito mais do que

isso, e se estivermos a tempo, e eu estou, porque o meu desempenho profissional agora leva-me a pensar um bocado nisso e a reflectir nisso, todas as cidades deste País, mas principalmente cidades como Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Évora dão uma importância extrema a este evento, extrema, talvez dos eventos, na agenda cultural, que mais marcam a vida das cidades, neste caso.

----- E portanto, Senhor Presidente, isto não é critica, nós às vezes fazemos as coisas, ou equacionamos as questões de uma maneira que se calhar não é a mais correcta, por isso mesmo é que eu lhe peço que equacione a queima das fitas de Bragança, de uma maneira completamente diferente, porque efectivamente a rapaziada, como se costuma dizer, merece, merece e de que maneira. Não é só com os autocarros que levamos para...e pelos vistos parece que até às quatro da manhã, não é? Senhor Presidente, Que é mau, a rapaziada gosta de se divertir e beber umas cervejolas até tarde, acho muito bem, eu concordo inteiramente. E portanto até às quatro da manhã parece-me muito pouco, parece-me muito pouco e do apoio monetário que nem sequer sei o que é que dão, não faço ideia, mas, Senhor Presidente, deixo essa questão, é importante apoiar tudo isso.....

----- E por último, Senhor Presidente, para terminar, não me vou alongar mais, há bocado quando nos apresentou aqui o diapositivo da questão do Estado e Vida do Município mostrou aqui algumas imagens de Paris, e não sei se foi de Amesterdão, mas por exemplo Viana de Áustria tem a mesma coisas, que eu conheço, a questão da Ciclo via. Se fosse para fazer uma Ciclovía, aliás eu disse isso à Comunicação Social, há bocado, então não valia a pena gastar aquele dinheirão todo! Fazia-se ao lado, fazia-se ali uma marcação no terreno e não se gastava o dinheiro, quer dizer, não se justifica, aliás eu disse-lhe à Comunicação Social – Eu sou frontalmente contra aquela Ciclovía, porque aquela Ciclovía só trouxe uma grande vantagem e um grande benefício, foi vedar, condignamente, o Politécnico de Bragança, só. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.....

----- Eu tenho que lembrar ao Senhor Vereador o artigo trigésimo primeiro - Uso de palavra pelos membros da Câmara Municipal – “ No Período “da ordem do dia”, a palavra é concedida ao Presidente da Câmara, ou seu substituto legal, para, entre várias matérias:

----- Intervir nas discussões, sem direito a voto;

----- A solicitação do Plenário da Assembleia Municipal, pode ser feita, ou com a anuência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, ou do seu substituto legal, pode a palavra ser concedida aos vereadores para intervirem, sem direito de voto, nas discussões.....

----- Agora eu vou ter que devolver...mas a defesa da honra está restringida, no que diz respeito ao regulamento, à prática dos Senhores Deputados. O uso da palavra da Câmara está restringida ao Regimento deste Município. A defesa da honra só tem lugar para os Senhores Deputados. No seu caso, eu vou pôr à apreciação do Plenário da sua intenção para responder.

----- Com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, ou a solicitação do Plenário, pode ser concedida o uso da palavra, pelo que, e perante a necessidade que o Senhor Vereador tem e demonstra para intervir em sua defesa, a Mesa coloca ao Plenário a devida autorização para o Senhor... ..

.....

----- **Presidente da Mesa** – O Senhor Presidente de Câmara pretende... Não, não, era, antigamente era assim, era. Eu tive o cuidado de dizer, há pouco, que houve uma alteração regimental. A verdade é que ao longo de vários mandatos, o uso da palavra por parte da Câmara, era sempre restringida ao Senhor Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal, o uso da palavra pelos Senhores Vereadores era concedida só se o Presidente da Câmara anuísse a tal. Foi feita uma alteração regimental neste regimento que foi aprovado e que permite, de facto, a ultrapassar de alguma limitação que o Presidente da Câmara podia fazer para impedir o uso da palavra, factos que aconteceram no passado.

----- Então a questão está no número quatro deste artigo trigésimo primeiro – A solicitação do Plenário da Assembleia Municipal, ou com a anuência do Presidente da Câmara, que antigamente dizia – e com a anuência do Presidente da Câmara – obrigava sempre o Presidente de Câmara a dizer, mesmo que a Assembleia dissesse sim, mas o Presidente de Câmara dizia não, tal facto não podia acontecer, hoje é possível os vereadores poderem usar da palavra se o Plenário entender mesmo com a reserva do Presidente da Câmara. Por isso a Assembleia vai ter que se pronunciar e a Mesa coloca então a questão:

----- O Senhor Vereador Humberto Rocha pretende usar da palavra para responder a algumas questões que foram formuladas e que o visavam em particular.

----- **Presidente da Mesa** - Muito bem, faz favor, Senhor Deputado. Sendo certo que a Mesa não vai voltar atrás no que vai ter que fazer.....

----- **Eduardo Malhão** – Só para esclarecer, porque da parte do Plenário não houve nenhuma solicitação para o Senhor Vereador intervir. A solicitação veio do próprio Vereador, portanto penso que não deve haver votação nenhuma.....

----- **Presidente da Mesa** – Imagino que há uma intenção de resposta.

----- **Presidente da Mesa** – Ponto de Ordem à Mesa? Faz favor Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado do Partido Social Democrata tem razão, de facto tem que haver uma solicitação por parte... ..

----- **José Lourenço** – Acho que hoje estamos a assistir a alguns subterfúgios, para não se falar abertamente de uma questão deveras importante. Acho que a corajosa intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Izeda é sinal disso. Se é necessário vir aqui pedir ao Plenário que o Senhor Vereador possa usar da palavra para defender a honra, aqui estamos, é um pró-forma, espero que o senhor membro esteja satisfeito.

----- Efectivamente vamos apresentar por escrito um requerimento para que o Senhor Vereador possa, caso o Plenário entenda não calar o Senhor Vereador... ..

----- **Presidente da Mesa** – Acabou de dizer ao microfone, não de forma bem clara que o que pretende o Deputado do Movimento Sempre Presente, que é solicitar à Mesa que proponha ao Plenário a votação do Requerimento.....

----- Presidente da Mesa – Muito obrigado, está entendido, agora, que não ficou bem clara essa intenção. Vai passa-la a escrito.

----- **José Lourenço – Apresentou, por escrito, o seguinte**

“ REQUERIMENTO.....

Na sequência da intervenção do membro desta Assembleia Municipal, eleito pelo Partido Socialista, Sr. Victor Prada Pereira, e para possibilidade do uso da Defesa da Honra pelo Sr. Vereador Humberto Rocha na sequência do envolvimento da sua pessoa na intervenção do representante do PS, vimos solicitar a V. Ex.^a a colocação à consideração desta Assembleia a permissão para uso deste direito.....

----- O Grupo Municipal do Movimento por Bragança Sempre Presente

a) José João Martins Lourenço”

----- Após análise e discussão foi o mesmo Requerimento submetido a votação tendo sido aprovado, por maioria qualificada, com zero votos contra, onze abstenções e sessenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.

----- **Presidente da Mesa** – Eu tenho é que fazer aqui um comentário antes do Senhor Vereador intervir, e vai perceber a minha intervenção.....

----- A Câmara Municipal, no conjunto, dispõe para o Período da Ordem do Dia, de catorze minutos, e são vários os temas, peço-lhe ao Senhor Vereador que seja sucinto porque apenas há catorze minutos para a totalidade do tempo para a Câmara se fazer expressar ao Plenário. Faz favor, tem a palavra.

----- **Vereador - Humberto Rocha** – Senhor Presidente da Assembleia , está-se, a transformar, digamos assim, ou a fazer-se uma tempestade num copo de água. Para mim é uma questão extremamente simples, e eu nem sequer faria qualquer comentário à intervenção do senhor Dr. Vítor se a seriedade do assunto que temos em mãos não o exigisse. Às palavras ofensivas que me dirigiu eu não respondo, porque o insulto não me atinge, devolvo-o à procedência e lembro apenas que em questões de seriedade e serenidade sei o suficiente para meu governo, tanto na minha vida privada como na minha intervenção pública. Portanto aí não lhe darei resposta.....

----- Quanto à ideia que pretendeu fazer passar que isto seria um “disse, disse, um talvez sim, talvez não, não há nada de concreto”, claro que há! E só o Senhor é que não quer ver, mas eu depois explicar-lhe-ei porque é que o senhor não quer ver, e porque é que eu vejo. É que nós não estamos na mesma posição, Senhor Deputado.

----- Eu, com o direito que tenho enquanto Vereador em exercício de funções, coloquei à Câmara algumas questões que me preocupavam e que se prendiam com a vida do Concelho. Não é só a questão de Izeda, eu subscrevo inteiramente a intervenção da Senhora Presidente de Junta, mas não é só a questão de Izeda, é a questão de todas as freguesias que se encontram nas mesmas circunstâncias. A acta da reunião de Câmara refere claramente as questões que eu coloquei. O Senhor Presidente da Câmara confrontado com esta questão respondeu-me e eu passo a ler-lhe, para seu governo e para que veja que eu não falo no ar, passo a ler-lhe o segundo ou terceiro parágrafo da resposta que o senhor

Presidente da Câmara me deu. E só o faço e não mantenho isto sob total reserva por uma razão simples, porque é o interesse do Concelho que está em causa, a acta há-de ser tornada pública e o senhor ou qualquer membro desta Assembleia vai ter acesso a ela, basta ir à Internet e tirá-la, porque doutra forma aquilo que o Senhor Presidente da Câmara dissesse ou qualquer Vereador, eu mantê-lo-ia sob reserva até devido tempo.

----- Paço a ler esse parágrafo, isto é a resposta que o Senhor Presidente me deu – “Tendo em vista a preparação do próximo ano lectivo foi solicitada uma reunião com o Senhor Coordenador de Equipa de Apoio às Escolas, Dr. Luís Martins, que ocorreu no dia trinta de Março e posteriormente no dia oito de Abril. O Dr. Luís Martins ...-ouçam bem isto que eu lhes vou ler – O Dr. Luís Martins informou que tinha enviado à DREN uma proposta de evolução da Rede Escolar do Concelho, que passaria pelo encerramento de todas as Escolas com menos de vinte alunos; a fusão de Escolas, como o Agrupamento de Izeda, com um agrupamento da cidade, resultante de fusão entre o Agrupamento Augusto Moreno e a Escola Secundária Miguel Torga; a extinção do ensino secundário na Escola Miguel Torga, encerramento em dois mil e doze do Segundo e Terceiro Ciclos do Agrupamento Vertical de Izeda. Cá está, eu não falo de cor, Senhor Deputado! Agora eu também compreendo a sua posição, é que nós não temos o mesmo espaço de intervenção. Eu cheguei aqui, pretendi ser presidente de Câmara, não fui eleito, mas cheguei aqui com o voto do eleitor, eu não vim abrigado no guarda chuva de ninguém, Senhor Deputado. E esta questão preocupa-me, e a forma como os alunos são tratados, preocupa-me, por uma razão simples, porque eu para fazer a primeira, segunda e terceira classe, eu fazia, a pé, seis quilómetros todos os dias, suponho que o Senhor não passou por uma experiência dessas. Portanto tenho toda a legitimidade para vir dizer aquilo que disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Vereador.....

----- Senhor Deputado Vítor Prada Pereira tem a palavra, Senhora Presidente da Junta de Izeda, a seguir.....

----- **Vítor Pereira** – Bom, não é que eu fosse ofendido na minha honra, que não o fui, mas tenho que usar esta figura. Tenho que usar esta figura porque efectivamente o Senhor Vereador aquilo que fez aqui foi uma lição de retórica e aquilo que disse aí foi exactamente, além de pôr em causa aquilo que fez de manhã o Senhor Luís, que é o Delegado do CAE, ou o Representante do CAE, porque ele o que disse foi que há aqui uma fusão de

agrupamentos, isso advém da Lei, Senhor Vereador, tem que entender isso. Mais, o senhor Presidente da Câmara disse, e muito bem, eu não tinha conhecimento desse documento, eu já li isso, Senhor vereador, disse, e muito bem, tudo isto passaria por alguns pareceres que o Conselho Municipal de Educação teria que dar, o que é importante, para a reestruturação, e também diz aí o documento, para a reestruturação e eventual evolução da rede, e como tal é evidente que o Senhor vereador se precipitou, quis fazer aqui, ao contrário do que me acusou, um cavalo de batalha, donde neste momento não tem razão de ser.....

----- E, como tal, Senhor Vereador, também lhe quero dizer que eu fui tão eleito como o Senhor para esta digníssima Assembleia, também foi o povo que votou em mim, é o mesmo povo que vota em mim, tal e qual como votou em si.....

----- Eu vou terminar lembrando estes pormenores ao Senhor Vereador e que nunca foi minha intenção ofender a sua honra, como eu não me senti ofendido na minha, é evidente....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor deputado Bruno Veloso, você queria usar a defesa da honra?

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde, eu vou ser breve. Eu pedi a defesa da honra não que me tenha sido atingida a mim pessoalmente mas foi a todos os membros desta Assembleia. O Senhor Vereador na sua intervenção que aqui tem, lastimável, lastimável, vem aqui dizer que não é eleito sob guardas chuvas de ninguém, os seus eleitores que o elegeram, num acto democrático, que assim o fizeram, também o fizeram a estes membros da Assembleia, e portanto não se pode colocar acima de tudo e de todos dizendo que só os seus eleitores e a sua forma de eleição, porque a lei o permite, e muito bem, que possa haver movimentos independentes, isso não tem nada a ver, não tem nada rigorosamente a ver com aquilo que o senhor aqui disse “ sob guarda chuvas e subterfúgios “ eu estou aqui de pleno direito, tão eleito quanto o Senhor. E é isso que estes membros da Assembleia Municipal devem repugnar em relação às suas declarações, que são anti democráticas e absolutamente lastimáveis num estado de direito. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Senhores deputados, o nível de intervenção e de nervosismo está a aumentar, vamos dar a palavra para direito de resposta à Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Izeda.

----- **Maria Roda Pires** - Realmente, de manhã, eu estive porque neste momento nem a Freguesia, suponho que nem o Município, nem a própria escola tem um suporte em papel para se poder pronunciar, mas uma vez que eu dirigi a pergunta ao Grupo do PS, eu particularizava essa pergunta e dirigia-a ao Senhor Coordenador da Equipa de Apoio às Escolas, que eu sei que é aqui o Senhor Deputado Dr. Pires, dizer se ele me poderia esclarecer, a nós e a toda a digníssima Assembleia relativamente a este problema que subjaz aqui nas nossas cabeças e que de certa forma está a contribuir, pelo mau sentido, da informação dos pais dos próprios educandos e da própria Direcção da escola. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhora Presidente de Junta.

----- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, o Deputado do Partido Socialista, Nuno Miranda. Eu lembro ao, Partido Socialista, que tem seis minutos, sendo que há duas pessoas inscritas, portanto sejam sucintos, por favor.

----- **Nuno Miranda** – O meu muito boa tarde a todos, Mesa, Executivo, Deputados. Pela primeira vez estou aqui nesta Assembleia, há algum nervosismo também da minha parte, mas é com enorme prazer que estou aqui também em representação do Partido Socialista e portanto também me considero dos jovens. E é nesse sentido que eu queria tecer esta minha primeira intervenção.

----- Hoje é o dia do Associativismo, por todo o País e em Bragança também no Instituto Português da Juventude é celebrado este dia pelas associações juvenis, em que organizam um plano de actividades, expõem à sociedade em si, todo o trabalho que é feito, e bem feito, pelos jovens e que estas actividades têm também uma vertente social porque também há uma recolha de bens e donativos para a entrega a associações com fins sociais. ...

----- Mas o principal que me trás hoje aqui e o Deputado do Partido Socialista, Vítor Pereira, fez aqui uma introdução que tem a ver com a Semana Académica que vai decorrer durante a próxima semana.

----- A Semana Académica, a meu ver, é um evento que promove não só o espírito de associativismos nos jovens mas promove também, e muito, toda a cidade e todo o concelho. E aquilo que tem vindo a acontecer ao longo dos anos e nomeadamente estes últimos dois, dos quais eu me recordo muito bem, este Executivo, esta Câmara, cada vez mais diminui os apoios à Associação Académica de Bragança. Isto é uma verdade, o Bruno

que aqui está também é deputado eleito pelo PSD, como Presidente da Associação Académica também o sabe. Basta olhar para o caso de Vila real em que a Autarquia é o principal financiador desta actividade, uma actividade que enaltece a cidade, uma actividade que enaltece a capacidade dos jovens, de organizar, capacidade dos jovens, de participar na vida do Concelho, porque é um evento cultural para o concelho, que promove o concelho e esta Autarquia, cada vez mais, tem vindo a diminuir.....

----- Aquilo que eu gostava de colocar era se o Senhor Presidente nos quisesse esclarecer acerca disso, o porquê! Porque nós, os jovens, e quem organiza este tipo de eventos não poderemos contar com um maior apoio da parte da Autarquia.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.....

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Deputado, Manuel Pires, do Partido Socialista, eu quero dizer que de manhã, por duas vezes, me dirigi aos deputados que estavam sentados nas duas últimas filas, sendo que está claro no Regimento que as duas últimas filas são reservadas para o Público, eu peço, mais uma vez, aos senhores deputados que se levantem, por favor, venham ocupar os vossos lugares na sala, mais adiante, façam esse favor, é a terceira vez que o digo.....

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Partido Socialista, Manuel Pires.

----- **Manuel Pires** – Muito boa tarde a todos, digníssima Mesa.

----- Atenção, Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Izeda, eu estava a reservar-me porque naturalmente pensei que o Dr. Victor Vítor Prada e os restantes membros e o Senhor Presidente da Câmara teriam eventualmente já dado a resposta. E também é evidente que em relação a isso não vai ter uma resposta minha, com o respeito todo que tenho pela autonomia do colega que coordena esta EAE.

----- Relativamente àquilo que eu lhe posso dizer é tão só isto – tudo o que seja encerramento de escolas, pelo menos é assim que se costuma fazer, carece naturalmente de estudos prévios, e os estudos prévios metem naturalmente taxas de natalidade e frequência actual. E em função disso ver se a evolução é positiva ou é negativa. E em função disso, depois haverá, naturalmente, propostas, será discutido naturalmente no órgão político municipal, neste caso, no Conselho Municipal de Educação, onde estão representados vários organismos e a própria Câmara Municipal e até esta Assembleia, e aí naturalmente darão um parecer no sentido de tudo ser resolvido de acordo com o que seja,

naturalmente, o interesse o interesse do Município, o interesse das populações e, naturalmente, o interesse do País. Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra, para a sua intervenção, o Senhor José Brinquete, em representação da CDU e depois Luís do Vale.

----- **José Brinquete** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Em relação ao estado e Vida do Município, que é um momento muito importante, em que o Senhor Presidente da Câmara selecciona as informações que nos quer dar, no intervalo que vai entre as duas assembleias, permite, depois, que cada um de nós possa colocar as preocupações que tem em relação ao Município, no momento em que estamos a reunir a Assembleia. E da parte da CDU damos muita importância a este ponto e colocamos as questões que entendemos.

----- E quer dizer-vos que do ponto de vista dos estabelecimentos de ensino, da qualidade do ensino e de tudo que está ligado ao ensino, designadamente as condições de transporte, de segurança, etc., são, para nós, muito caras.

----- E eu gostava de deixar aqui bem claro o seguinte, do ponto de vista deste ??? que aqui houve entre o PS e porque penso que o Senhor Vereador Humberto Rocha ainda é militante do PS, estes problemas deviam de ser resolvidos no âmbito interno do Partido Socialista, não podem os vários militantes do Partido Socialista trazerem para a Assembleia Municipal os problemas pessoais ou políticos, internos, que têm, resolvem lá com o Vereador!.

----- Depois, sendo certo que o Regimento permite que os Vereadores também possam usar da palavra dentro destas duas condições, o Regimento só colocou isto porque a Lei também coloca, a Lei cento e sessenta e nove criou esta nova realidade e portanto desde que seja para acrescentar, eu acho que é sempre útil os vereadores também usarem da palavra.....

----- Agora, o que me parece é que o assunto que aqui foi colocado é um assunto da maior gravidade e todos estamos a perceber que mais tarde ou mais cedo vai acontecer, quer a Câmara e a Presidente da Junta de Izeda, pensem que ainda não têm nada escrito e talvez a Presidente da Junta de Izeda, também em consonância com o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor da Câmara, na qualidade de Presidente da Câmara, pensando que ainda pode exercer alguma influência no âmbito das competências que tem nesta área, fizeram a

opção por ir por outros caminhos. O Vereador Humberto Rocha, preocupado, resolveu vir a esta tribuna e colocar este problema à Assembleia, mas isto vai acontecer, e sabem os membros da Assembleia Municipal, do Partido Socialista, e designadamente o membro Vítor Prada Pereira, até porque trata por tu os seus camaradas que têm responsabilidade nesta área, sabem que estas propostas de redução e de encerramento de mais escolas não é só no Concelho de Bragança, sabem tão bem como eu, eu até estou muito distante do poder e até sei, sabem que há outras que também vou fechar e que estão aí na calha. E portanto o que é grave é que isto vai acontecer mais tarde ou mais cedo, a não ser que haja capacidade de luta para impedir, e aqui a Junta de Freguesia de Izeda tem um papel importante a desempenhar com a sua população. Está ou não disposta a lutar para que isso não aconteça? Se for preciso envolver também a população, os pais, porque vai acontecer de facto, porque o que nós estamos a assistir nesta cidade, é uma coisa completamente absurda do ponto de vista da construção de equipamentos escolares, ou ninguém se interroga “o que está a acontecer?” Porque nós temos que olhar para o número de alunos existente, para aquele número de alunos que vamos ter a médio e longo prazo e para as construções que se estão a fazer. Claro que qualquer um de nós diz assim - mais um edifício - podemos estar de acordo mas esse edifício é necessário ? A Escola Abade de Baçal, por exemplo, está a construir ali um “mastudonço” que provavelmente até vai descaracterizar o edifício principal ou o conjunto de edifícios principais daquela escola, que até são de referência do ponto de vista arquitectónico e tanto pode ser útil como não pode. Há condições para manter três escolas secundárias na cidade de Bragança? Miguel Torga, Abade de Baçal e Emídio Garcia? A Emídio Garcia também sofrer obras em grande profundidade. Há condições, ou é razoável, para ver as crianças de todo o Concelho, com a dispersão geográfica que este Concelho tem, para a Cidade? Mas é isso que vão fazer! Ou pensam que não vão? Vão mesmo fazer!.....

----- Portanto estão-se a cometer alguns crimes muito graves e é bom nós discuti-los aqui e assumi-los, e por isso, da parte da CDU, fica também lavrado o nosso profundo protesto por esta política de terra queimada que se está a fazer a todos os níveis.

----- Há bocado aprovámos aqui uma Moção muito importante do Bloco de Esquerda sobre os CTTs. É preciso termos consciência que nem Salazar, nem Marcelo Caetano

decidiram privatizar os Correios, pois, agora, é o Governo do Partido Socialista que vai privatizar os Correios, isto é aceitável? Isto não é aceitável!

----- E vamos ter outras novidades. Vão fechar tribunais, vão fechar quartéis da GNR e qualquer dia vão fechar concelhos, porque entretanto não há nenhuma outra medida que inverta tudo isto. E também não é correcto pensar que as auto-estradas é que vão levar as pessoas para fora do Distrito. A maior parte das pessoas que saíram deste Distrito, saíram quando não havia estradas, saíram dos anos cinquenta, sessenta e setenta, para a França, para a Alemanha e até muito antes do início do Século vinte, para o Brasil, porque ninguém quer morrer de fome, é que ninguém quer mesmo morrer de fome.

----- Portanto penso que estamos perante um dilema muito importante que é – que políticas de desenvolvimento para o interior do País - aliás o nosso problema nem sequer é único, todo o interior do País se está a debater com esta situação. E daí que por mais defesas de honra ou por mais intervenções inflamadas de que não está cá quem se defenda, quando nós criticamos o poder político que não está aqui eleito, tem que assumir as críticas, pois não está, não é eleito, eles criticar-nos-ão lá noutros sítios.

----- Portanto, para nós, não há dúvidas nenhuma, o objectivo deste Governo é fechar tudo que mexa no interior do País e nós estamos contra isso. Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Estão terminadas as inscrições, neste momento, pelo que vamos ao ponto seguinte.

PONTO 4.2 – APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO MUNICÍPIO, RELATIVA ÀS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA.

----- Sobre esta matéria, julgo que tinha sido pedida a inscrição para apresentar, por parte do senhor Coordenador da Comissão, criada no âmbito desta Assembleia Municipal, para as Comemorações do centenário da República. Senhor Carlos Moreno, faz favor, tem a palavra,.....

----- **Carlos Moreno** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

Páginas 115 a) e 115 b

----- **Carlos Moreno** - Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de

Junta, Membros desta digníssima Assembleia. Antes da minha intervenção, se me permite, Senhor Presidente da Mesa, queria apresentar uma simples sugestão. É que para nós, transmontanos, uma hora para almoçar é muito pouco e embora já haja empresas instaladas na nossa cidade do chamado “faste food”, nós transmontanos ainda somos adeptos do slow food, por isso eu deixo esta sugestão para que numa próxima assembleia, marque lá o tempo que entender, para a hora do almoço, agora, uma hora isso é impensável, acho eu.....

----- Retomemos o ponto da ordem de trabalhos e após a minha apresentação do Plano de Actividades do Centenária da República para o Município de Bragança, na última Assembleia Municipal, o Grupo de Trabalho retomou as suas funções, continuou os seus trabalhos, desde Fevereiro até hoje o Grupo de trabalho promoveu duas reuniões, uma com o Executivo Camarário e a outra com a Comissão Permanente deste Órgão. Nessas reuniões o Plano de Actividades apresentado pelo Grupo de Trabalho mereceu um voto de confiança e favorável.....

----- Passo a apresentar um simples resumo daquilo que já foi apresentando aqui e que entretanto, hoje, distribuído por todos os presentes, assim, o Grupo de Trabalho entendeu promover um ciclo de conferências subordinada a quatro painéis, que alguns deles ainda estão incompletos mas que a curto prazo serão fechados, assim:.....

----- O primeiro painel surgirá de hoje a oito dias, que é “A República e o 25 de Abril”, temos, neste momento, confirmada a presença do Senhor Coronel Vasco Lourenço.

----- O segundo painel “A república e as Questões Sócio-Económicas”, temos confirmadas as presenças do Dr. Octávio Teixeira e do Dr. Paulo Ferreira da Cunha, que é um Professor de Direito Constitucional da Universidade do Porto.

----- O terceiro painel, que se realizará a oito de Outubro, que é “A República e o Ensino”, temos confirmadas as presenças do Dr. António Reis, historiador, de Lisboa, e o Dr. Manuel Loff, também historiador da Universidade do Porto.....

----- O último painel, que se realizara no dia dois de Dezembro, “A República e o Poder Local” que ainda não temos confirmadas as presenças dos contactos que entretanto já foram efectuados.

----- Depois segue-se um conjunto de actividades a desenvolver ao longo do ano como, por exemplo a Sessão Solene do dia cinco de Outubro à semelhança daquilo que acontece com a Sessão Solene do vinte e cinco de Abril e que cada força política poderá apresentar,

ou poderá fazer uma apresentação de até dez minutos, subordinada ao tema, bem entendido.....

----- Nesse mesmo dia e que já constava da programação do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, um concerto, chamado “Concerto da República” que é “Musica no tempo da 1.ª República: Cosmopolitismo e Nacionalismo”, nome esse, pomposo, mas que foi dado pelo próprio Grupo.

----- Depois, com a coordenação do Dr. Jorge Novo, temos três concursos literários subordinados aos temas:

----- A vida na época;

----- A vida e obra das figuras da República;.....

----- Ideias e conquistas.

----- Estes três concursos são destinados a todas as escolas do Município de Bragança, alunos das escolas do 2.º e 3.º Ciclo e Secundário.

----- Foi feito o contacto com a Fundação Mário Soares para garantirmos a exposição itinerante desta Fundação e aguardamos, também, a confirmação da data possível e também a calendarizarmos, de modo a que essa data esteja presente no Programa das Actividades do Município.....

----- Depois uma outra segunda exposição itinerante “ Viva a República” que se instalará na Praça Cavaleiro de Ferreira, também aguardamos a calendarização desta iniciativa, e em colaboração com o Arquivo Distrital e outras Instituições pensamos realizar também uma exposição documental e bibliográfica de jornais e revistas da 1.ª República.

----- Confirmada também está esta actividade do dia vinte e oito de Maio “Tertúlia e Poesia na República” com o Dr. Capela Miguel, Dr. Fernando Branco e o nosso António Afonso. Como disse, esta iniciativa realizar-se-á no dia vinte e oito de Maio, às nove e meia da noite, no Auditório do Centro Cultural da Praça da Sé.

----- Também integrada, neste Plano de Actividades, o “Dia da Vila de Izeda” com programação própria, para o dia dezassete de Julho, à volta também da figura do Dr. Alves da Veiga.....

----- Depois o “Teatro da República” a ser distribuído por três dias, também iniciativa já programada e constava na programação do Pelouro da Cultura do Município de Bragança.....

----- Uma outra iniciativa que é o Livro com ilustrações sobre a República, projecto já em andamento, já em curso, através do Dr. Adérito Branco, na parte da história, da literatura, da prosa e também com a colaboração do Dr. Manuel Trovisco na parte da ilustração, e que pensamos que este livro esteja pronto em meados de Setembro, de modo a que possa ser

distribuído na primeira semana do mês de Outubro, que é por assim dizer, o cerne das Comemorações do Centenário da República que andarão naquela semana em volta do dia cinco de Outubro, isto a nível nacional, e também coincide com praticamente a abertura do ano lectivo.....

----- Como já referi, todas estas actividades terão, como suporte de promoção, um desdobrável, o programa propriamente dito. Também a criação de um PIN, e aqui também na criação do PIN e que já aceitou este repto, o Dr. Manuel Trovisco, na concepção da figura do PIN, onde, pelo menos, será inscrito “ Centenário da República” e depois “Município de Bragança”, também irá colaborar e que também, depois em seu devido tempo, será distribuído.

----- Uma outra iniciativa que é a “Criação de um Mural” e esta rubrica, se já repararam, não tem até uma estimativa orçamental porque nessa reunião com o Executivo Camarário e através do Senhor Presidente da Câmara, talvez esta iniciativa, esta ideia, poderá evoluir para um elemento escultórico a ser colocado num espaço público. Parece-nos muito bem esta iniciativa e, em meu entender, trará ainda mais dignidade a este marco do Centenário da República.....

----- E depois, também, vamos ter a colaboração dos Serviços Multimédia da Câmara e também no Protocolo que o próprio Município tem, com o “Local Visão”, para o registo das actividades, que esperemos decorram da melhor maneira possível e também com a vossa boa participação.....

----- Estou à vossa disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento. Agradeço, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.....

----- Mais pedidos de esclarecimento? Tem a palavra Senhor deputado.

----- **Fátima Renovato** – Muito boa tarde a todos, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, Deputados, Comunicação Social e Público em geral, se ainda está presente.....

----- O meu esclarecimento era o seguinte: O Senhor Deputado Carlos Moreno veio aqui dar-nos conhecimento do Programa das Comemorações que vão ser postas em prática. O Grupo que foi constituído aqui, foi constituído e de imediato, tal como o Senhor deputado Carlos Moreno afirmou, ao dizer que o Grupo de Trabalho retomou as suas funções, se retomou indica que elas foram interrompidas, e foram interrompidas com o conhecimento

de todos nós que estávamos aqui presentes e que assistimos ao pedido de demissão de alguns elementos que faziam parte dessa Comissão.....

----- Penso que se esse grupo de Trabalho retomou as suas funções, aos membros desta Assembleia deverá ser dado conhecimento dos motivos, ou do que se passou, para esse Grupo de Trabalho retomar essas funções. Porque nós só temos conhecimento efectivamente daquilo que se passou na dita cuja Sessão em que sucessivamente foram pedindo a demissão. Nós gostaríamos e acho que temos esse direito, de saber o que é que se passou até aí, porque o resto sabemos nós, porque razão foi interrompido. Era só esse esclarecimento que eu queria pedir.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Senhora Deputada.

----- Senhor Deputado faz favor de proceder ao esclarecimento.

----- **Carlos Moreno** – Senhora Deputada e amiga Fátima, o mais importante é que as coisas andem, e como diz o nosso Povo sábio “águas passadas não movem moinhos”. É do conhecimento público, agora não me compete a mim esclarecer porque é que os meus colegas ou companheiros do Grupo de Trabalho, tomaram aquela decisão quando a tomaram! Essa pergunta teria de ser dirigida a eles próprios. Agora o mais importante é o seguinte: tudo isso foi ultrapassado, o Grupo de Trabalho retomou e continuou os seus trabalhos, temos aqui um Plano de Actividades para aprovarmos e que as Comemorações do Centenário da República aconteçam em Bragança, isso é o mais importante.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.....

----- Feito este esclarecimento, que não sei se respondeu à sua dúvida.

----- Pedidos de intervenção sobre esta matéria? A Mesa regista três pedidos de intervenção.

----- Deputada Alexandra tem a palavra, depois o José Brinquete e depois Fátima Renovato.

----- **Alexandra Reis – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “ Exmo Senhor Presidente da Mesa, Exmos Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Exmos Membros da Assembleia Municipal, Digníssima Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

----- No âmbito das Comemorações do Centenário da República, a freguesia da Sé encetou algumas diligências no sentido de fomentar a divulgação e enriquecer as Comemorações que se irão desenvolver ao longo deste ano.

----- Uma das actividades propostas consistia na edição de um livro subordinado ao tema da República.....

----- Para tal foi pedida a colaboração dos agrupamentos de escolas Paulo Quintela, Augusto Moreno, Escola Secundária Abade de Baçal, Escola Secundária Miguel Torga e Escola Secundária Emídio Garcia.

----- Nesta actividade, as várias Escolas foram representadas pelos coordenadores das áreas de português, ciências sociais e, ainda, os coordenadores de educação visual.

----- Por todos, foi manifestada receptividade e abertura para abraçar o referido projecto.....

----- Entretanto, chegou-nos a notícia que a Comissão, designada neste *digníssimo* Órgão, para organizar as Comemorações da República, prevê como actividade organizar um concurso literário semelhante.

----- Assim, o executivo da Freguesia da Sé reconhecendo todo o mérito e capacidade desta Comissão, vem informar que, considerando que não faz qualquer sentido a existência de dois concursos literários com o mesmo objecto e a mesma finalidade.

----- Assim, entregamos a esta ilustre Comissão, todos os documentos no âmbito desta Actividade, tais como, regulamento do concurso, que havíamos lançado.....

----- Da mesma forma que informamos esta ilustre Assembleia, desta nossa intenção, também informamos as escolas envolvidas no projecto.....

----- Com esta atitude pretendemos, apenas e somente, enaltecer a Comissão criada, indicando desde já, a nossa total disponibilidade para trabalhar e colaborar em ideias a projectos destas Comemorações. Obrigada!.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Tem a palavra, agora, o José Brinquete da CDU.---

----- **José Brinquete** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, um ponto prévio, primeiro, para dizer que a questão que a membro da Assembleia Municipal Fátima Renovato colocou é pertinente, provavelmente podia ter cabido a alguém dar a informação, antes, a Mesa da Assembleia ou até mesmo o Coordenador, mas eu, pela minha parte, dou o seguinte testemunho: eu pedi a demissão da Comissão pelas razões conhecidas, da última Assembleia que foi até bastante turbulenta nesse ponto, e depois, como há bocado foi lido na correspondência, retirei o pedido de demissão, porque as condições alteraram-se, houve uma evolução muito positiva, que também o Partido Socialista tem um representante na Comissão e podia já estar informada sobre isso, se houvesse articulação entre vocês. Houve,

de facto, uma evolução positiva e eu só entendo agora este ponto formal nesta ordem de trabalhos, também para a aprovação formal da Assembleia Municipal na medida em que o espírito, que eu percebi, e que levou ao meu regresso à Comissão, foi de que as comemorações são do Município em estreita articulação com a Câmara Municipal, leia-se: Presidente da Câmara e a restante Vereação, ou Executivo Camarário. Portanto devíamos olhar para as Comemorações com esse espírito. Se o Executivo entretanto depois também quiser formalmente aprovar o documento, ou se já o aprovou, ou se tacitamente, com o gesto que deu, isso está resolvido, mas portanto é assim que eu vejo, neste momento, o processo.

----- Relativamente ao Programa quero dar o testemunho que é minha opinião e a opinião também da CDU que nós temos aqui uma proposta de Programa muito importante, não é um Programa extravagante, nem de longe, nem de perto, mas é um Programa que contempla várias áreas, algumas com grande qualidade que passa pelas conferências e também nas conferências abordando várias perspectivas da República, pelas artes plásticas, pela poesia, por tudo o que aí está, pela edição de um livro, etc.

----- Também me parece que este gesto da Junta de Freguesia da Sé é significativo, daquilo que se pretende, e até sendo assim, a Junta de Freguesia da Sé retirando a proposta do concurso também nada implica que outras entidades não possam ainda ter expressões na área do Centenário.

----- Agora, o que vale a pena registar é que o Município entendido, e com as componentes de autonomia destes dois órgãos, mas entendido em termos de Assembleia Municipal e de Câmara, encontraram um caminho comum para comemorar uma efeméride que é das da maior importância, o Centenário da República. Provavelmente eu não estarei em condições de expressar suficientemente aquilo que quer dizer, mas diria que nós temos uma história, os portugueses têm uma história, Portugal tem uma história e da meia dúzia de momentos altos, daqueles que nós nos orgulhamos, que temos na história, este é um deles, e na passagem dos cem anos resolvemos comemorá-lo com esta importância.

----- E a última palavra é sobre o seguinte: O Município de Bragança tem feito um percurso na área da afirmação cultural, que ainda está muito longe daquilo que eu pessoalmente desejo, mas é um percurso interessantíssimo. Tivemos tempos em que nem sequer tínhamos Vereador da Cultura, hoje temos uma actividade cultural já significativa, como dizia, longe ainda do que me parece que poderíamos ter, mas nunca é demais termos a consciência de que a afirmação cultural é, nos dias que correm, das maiores e das mais

importantes estratégias para a afirmação duma comunidade, uma das nossas grandes insuficiências está ainda na afirmação cultural da nossa identidade.

----- Temos, já, um conjunto de actividades de outras culturas, quer nacionais, quer internacionais, temos também algumas, diga-se, da nossa cultura própria mas face à importância e à especificidade intrínseca da cultura do Nordeste Transmontano estamos ainda a muitos quilómetros de podermos retirar todo o proveito do potencial que temos. E dentro da afirmação cultural só nos engrandece e só nos dignifica o sabermos também apropriarmo-nos de acontecimentos da nossa Pátria, do nosso País, da nossa História, e este é um desses acontecimentos.

----- Portanto, eu, pela parte da CDU, irei votar favoravelmente este programa.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada do Partido Socialista, Fátima Renovato.....

----- **Fátima Renovato** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu só quero dizer o seguinte: eu congratulo-me com as Comemorações do Centenário da República, como é evidente, só me orgulho que a Comissão tivesse retomado as suas funções, agora o que eu pergunto e que tenho todo o direito de me questionar é porque razão foi posta em causa essa Comissão, porque razão, se ela tinha pernas para andar, porque razão ela não continuou o seu percurso, porque razão se criaram aqui aquelas condições que todos nós sabemos que se criaram, sem explicação alguma, porque razão não se reflectiu nesse momento sobre o que se estava aqui a questionar, os problemas que estavam aqui a levantar, a falta de coordenação entre trabalhos, etc., etc., porque razão se deixou chegar àquele ponto que eu acho que foi um bocadinho, não quero dizer vergonhoso, mas que também não elevou em nada o trabalho da Assembleia, e acho que se poderia perfeitamente ter resolvido aqui e podia não se ter chegado a essa situação.

----- Segundo, eu pedi o meu esclarecimento como membro da Assembleia e não como elemento do Partido Socialista porque isto é uma tomada de posição, eu sou um membro da Assembleia, tomei conhecimento aqui, que ela foi extinta, e tomei conhecimento que ela retomou as suas funções sem saber o que se passava pelo meio, e acho que é justo saber as razões que levaram a esse motivo. Se calhar não era o Carlos Moreno que as devia dar mas se não as querem dar, pronto, fico na mesma satisfeita.....

----- Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhora Deputada. A Mesa tem que prestar aqui também um esclarecimento. Quero lembrar, Senhora Deputada, que a Comissão não

foi extinta, na Assembleia Municipal em que esses factos ocorreram, julgo que em dezoito de Dezembro, a Comissão não foi extinta, o que houve foi, aqui, intenção de alguns deputados que faziam parte da Comissão, em retirar-se dessa Comissão. De imediato a Mesa da Assembleia procedeu, solicitando aos Grupos Municipais de onde eram oriundos os membros que tinham enunciado aqui a intenção de se retirar da Comissão, solicitando naturalmente a indicação de novos representantes para a Comissão. Portanto a Comissão nunca foi extinta.

----- Por outro lado, o que a Mesa registou, em sede da Comissão Permanente, é que os Senhores Deputados que faziam parte da Comissão Permanente receberam a informação por parte da Câmara, deste Senhor Vereador que esteve presente, da intenção do Município, de trabalhar em conjunto e de forma íntima com esta Comissão criada na Assembleia Municipal de Bragança, e portanto que havia vontade e em conjunto de um lado e do outro trabalharem para um objectivo único que era as Comemorações do Município. Portanto os deputados que estavam presentes e perante esta afirmação da própria Câmara Municipal de Bragança estar intimamente ligada a este processo, mostraram de imediato vontade de voltarem a constituir e tornar assento nessa Comissão.

----- Mas reformulo aqui, e julgo que fica prejudicada a sua intenção de intervenção, essa Comissão não chegou a ser extinta em sede da Assembleia Municipal.

----- Foi feita a discussão sobre esta matéria, procedemos à votação sobre este Programa, esta proposta de Programação do Município relativo às Comemorações do Centenário da República.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Proposta de Programação submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? Não há declarações de voto.

----- Avançamos para o seguinte
.....

PONTO 4.3 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2009 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I – CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de Abril do ano de dois mil e dez, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2009 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Pela Divisão Financeira foi presente a seguinte informação:

Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram presentes para aprovação os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2009, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a Resolução n.º 04/2001-2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos os Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o Mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os Mapas dos Activos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal), pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2009 apresenta um activo líquido no valor de 175.502.630,38 euros, registando os fundos próprios e o passivo igual montante.

A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 28.682.681,49 euros e proveitos no montante de 29.351.852,98 euros, originando um resultado líquido do exercício positivo de 669.171,49 euros.

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2009, os seguintes valores:

Um total de recebimentos no valor de 41.909.859,21 euros, que compreendem 1.286.850,65 euros do saldo da gerência anterior, 38.896.393,52 euros de receita orçamental (receitas correntes no montante de 22.803.730,35 euros, receita de capital no montante de 16.031.843,12 euros e o valor de 60.820.,05 euros relativo a outras receitas) e 1.726.615,04 euros de operações de tesouraria.

Foram efectuados pagamentos no valor total de 40.429.022,17 euros, correspondendo 38.858.969,00 euros a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 19.166.225,24 euros e 19.692.743,76 euros de despesas de capital), e 1.570.053,17 euros relativos a operações de tesouraria.

Estes valores evidenciam um saldo de 1.480.837,04 euros a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 41.011,73 euros referente à execução orçamental e 1.439.825,31 euros referente a operações de tesouraria.

Intervenção do Sr. Vereador, Rui Afonso Cepeda Caseiro:

O Sr. Vereador, apresentou os aspectos mais relevantes do documento de prestação de contas, no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara em Reunião Extraordinária do dia 06 de Abril, tendo sublinhado:

“Os documentos de prestação de contas do ano de 2009, consideradas as perspectivas contabilística, de gestão e concretização do programa e actividades previstas, fornecem informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas, completada com a certificação legal de contas.

Da análise dos documentos, concluiu-se que o orçamento municipal do ano de 2009, cujo valor inicial foi de 42.893.100,00 euros e que, após revisão foi de 47.528.000,00 euros, foi executado em 90,37 % da dotação inicial em 81,56% das dotações corrigidas, uma boa execução, e uma boa realização de receitas, só possível pela eficiência na concretização selectiva do investimento, orientado para projectos elegíveis no âmbito dos apoios

comunitários, projectos nos quais foram aplicadas prioritariamente as receitas próprias disponíveis para o investimento.

No município tem, nos últimos doze anos, sido assegurado um elevado nível de execução orçamental, em média acima dos 80%, comparada com o intervalo de realização do conjunto de municípios que, em 2007 variava entre os 24,4% e os 117,7%.

Em termos de síntese pode-se referir:

1 – A receita líquida cobrada foi de 38.763.425,55 euros, (registando um acréscimo de 15,56% acima da receita cobrada relativamente ao ano de 2008) em resultado do eficaz aproveitamento de Apoios Comunitários, a que o município acedeu, apesar da conjuntura económica e financeira que condiciona a receita e actividades das entidades públicas.

2 – A despesa paga foi de 38.858.969,00 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 81,76% (da execução prevista), desagregada de acordo com a classificação económica da seguinte forma: despesas com pessoal 17,71%; aquisição de bens e serviços 26,80%; juros e outros encargos 0,94%; transferências correntes 3,09%; outras despesas correntes 0,79%; aquisição de bens de capital 38,64%; transferências de capital 6,99%; activos financeiros 0,86% e passivos financeiros 4,18%.

A receita corrente, com uma taxa de execução de 98,22%, tendo diminuído 0,74% relativamente ao ano de 2008, destacando a diminuição de 12,54% nos impostos directos e indirectos relativamente ao ano de 2007 e o crescimento moderado, mas estável, na Venda de Bens e Serviços.

Destaca-se uma ligeira redução na receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (a principal receita própria).

A receita capital, ascendeu a 16.031.843,12 euros e desta 53,8% é proveniente de Apoios Comunitários, 43,92% de transferências de capital de Fundos Municipais, destacando-se assim a importância que os Apoios Comunitários representam no investimento municipal, tendo contribuído em 25,75% para o orçamento global da receita.

A despesa corrente, diminuiu 3,47% relativamente ao ano de 2008, a realização foi de 90,37% da dotação inicial, o que identifica um esforço conjunto da gestão e dos trabalhadores do município, no sentido da eficiência da aplicação de recursos, continuando a assegurar níveis crescentes e elevados de qualidade nos serviços prestados.

A despesa com pessoal, aumentou 2,10%, e representa 35,94% da despesa corrente e 17,7% da despesa global. Salientando que o intervalo da despesa com pessoal na despesa total para o conjunto dos municípios, variou no ano de 2007 entre 8,92% e 52,51%. A

despesa com pessoal situa-se em 34,60% para o pessoal do quadro e 10,90% para pessoal em qualquer outra situação, relativamente aos limites legais.

A aquisição de bens e serviços, diminuiu em 8,32%, representando esta rubrica 54,33% da despesa corrente, estando incluída a prestação de serviços em diversas áreas como: ensino (refeições, transporte); ambiente (resíduos sólidos urbanos, jardins, tratamento de água e de esgotos); comunicações; energia; seguros; encargos de cobrança de receitas, etc.

As transferências (Freguesias; Associações de Municípios e Instituições sem Fins Lucrativos), tiveram uma execução de 90,52% e um aumento de 14,35% relativamente ao ano de 2008.

As despesas com juros e outros encargos, teve uma execução de 80,77% e representou 1,9% da despesa corrente paga, sendo de 0,94% da despesa paga.

A despesa de Capital, ascendeu a 19.692.743,56 euros, o equivalente a uma taxa de execução de 75,56% e representou 50,68% da despesa paga, tendo ocorrido um aumento de 42,43% relativamente ao ano anterior. Trata-se, do segundo melhor ano de investimento Municipal, dos últimos 12 anos e atingiu o valor de 15.015.783,22 euros.

As transferências de capital, no valor de 2.716.596,22 euros feita para os municípios, freguesias e instituições sem fins lucrativos, representou 13,7% da despesa de capital, tendo ocorrido um aumento de 12,72% relativamente a 2008 e de 60% relativamente a 2007, verba que muito contribuiu para o bom e relevante trabalho feito, designadamente pelas freguesias.

Passivo Financeiro, representou 8,25% da despesa de capital e 4,18% da despesa total paga. A amortização de empréstimos de médio e longo prazo, acrescido de juros, representa 3,78% da despesa total paga.

O endividamento municipal mantém-se em níveis baixos, comparando com os limites de endividamento impostos na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro que aprova a Lei das Finanças Locais, estando a dívida a médio e a longo prazos em 36,73% do limite legal e o endividamento líquido em 25,75%. Salienta-se o facto de em 2009 ter sido transferido algum passivo da intervenção Polis.

Em termos de Balanço, o Activo que inclui bens e direitos da autarquia, apresenta um crescimento de 7,85%, resultante do crescimento de 12.769.296,27 euros, sendo o seu valor de 175.512.630,38 euros. Salienta-se que o Activo transferido da sociedade Bragança Polis ainda não foi integrado.

Relativamente aos Fundos Próprios, que representam 65,76% do Activo, ascendem a 115.416.924,13 euros, tendo crescido 4.671.618,03 euros, o equivalente a 4,22%.

Quanto ao Passivo, que inclui três grandes componentes: o passivo exigível (as dívidas a curto e médio prazos), o passivo não exigível que inclui os “acréscimos de custos” e os “proveitos diferidos” e as “provisões para riscos e encargos” que representa 32,24% do Activo e que registou um aumento de 15,58%.

No entanto, é de salientar, que só cerca de um terço deste valor corresponde de facto a dívidas para com terceiros, e que os proveitos diferidos representando mais de 50% do Passivo são devidos a transferências e subsídios de capital registados como proveitos durante a vida útil dos bens adquiridos ou construídos com essas receitas.

Em síntese, os documentos apresentados, e relativamente ao ano de 2008, reflectem o crescimento da receita global de 15,56%, o aumento no investimento de 41,94%, o aumento no activo bruto de 10,50% e a redução de despesas correntes de 3,47%.”

Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 669.171,49 euros, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 33.458,57 euros e o restante no valor de 635.712,92 euros para reforço do Património.

Mais se propõe, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e submeter para apreciação e votação dos referidos documentos, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/2009, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e submeter a sua aprovação à Assembleia Municipal, nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações.

Mais foi deliberado, com 3 votos a favor dos Srs. Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 3 abstenções dos Srs. Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Humberto Francisco da Rocha e José Leonel Branco Afonso, aprovar o documento de prestação de contas relativos ao ano de exercício de 2009 e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do

artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/2009, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de Abril de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2009